

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
RELATÓRIO
Gerência – 2008



RELATÓRIO ANUAL

Gerência de 2008



Presidente da Assembleia da República
Jaime José Matos da Gama

Vice-Presidentes

Manuel Alegre de Melo Duarte
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
António Filipe Gaião Rodrigues
João Nuno Lacerda Teixeira Melo

Secretários da Mesa

Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Fernando Santos Pereira
Artur Jorge da Silva Machado
Abel Lima Baptista

Vice-Secretários da Mesa

Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Maria Isabel Coelho Santos
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro

Conselho de Administração

José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
Presidente

Jorge Fernando Magalhães da
Costa
Representante do GP do PPD/PSD

José Baptista Mestre Soeiro
Representante do GP do PCP

João Guilherme Nobre Prata
Fragoso Rebelo
Representante do GP do CDS-PP

Helena Maria Moura Pinto
Representante do GP do BE

Francisco Miguel Baudoin
Madeira Lopes
Representante do GP do PEV

Maria Adelina de Sá Carvalho
Secretária-Geral da AR

Rui Manuel de Oliveira Calado Nogueira
Representante dos Funcionários Parlamentares

Glossário

AFID	Associação Nacional de Famílias para a Integração da Pessoa Deficiente
AIP	Associação Industrial Portuguesa
AIPFP	Assembleia Interparlamentar do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa
ANA	Assembleia Nacional de Angola
ANCV	Assembleia Nacional de Cabo Verde
ANPGB	Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau
ANSTP	Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe
APCE	Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa
APEM	Assembleia Parlamentar Euro Mediterrânica
APM	Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo
APNATO	Assembleia Parlamentar da NATO
AP OSCE	Assembleia Parlamentar da OSCE
AR	Assembleia da República
ARM	Assembleia da República de Moçambique
ASGP	Associação dos Secretários Gerais dos Parlamentos
ASG – PLP	Associação dos Secretários Gerais dos Países de Língua Portuguesa
ASG – UIP	Associação dos Secretários Gerais da União Interparlamentar
AUEO	Assembleia da União da Europa Ocidental
AWEPA	Association of European Parliamentarians for Africa
BE	Bloco de Esquerda
CADA	Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
CDS-PP	Centro Democrático Social – Partido Popular
CFPI	Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar
CIC / RP	Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas
CINF	Centro de Informática da AR
CIVITAS	Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CNPD	Comissão Nacional de Protecção de Dados
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DAC	Divisão de Apoio às Comissões
DAR	Diários da Assembleia da República
DAPAT	Divisão de Aprovisionamento e Património
DAPLEN	Divisão de Apoio ao Plenário
DE	Divisão de Edições
DGF	Divisão de Gestão Financeira

DILP	Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
DR	Diário da República
DRHA	Divisão de Recursos Humanos e Administração
DSAF	Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros
DSATS	Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado
DSDIC	Direcção de Serviços de Documentação e Informação ao Cidadão
EAT	European Association for Terminology
ERC	Entidade Reguladora para a Comunicação Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPIA	Fórum Parlamentar Ibero-americano
GABSG	Gabinete do Secretário-Geral
GARIP	Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo
GP	Grupo Parlamentar
GR%	Grau de Execução (percentagem)
IGELU	International Group of Ex-Libris
LOFAR	Lei Orgânica da Assembleia da República
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OAR	Orçamento da Assembleia da República
OE	Orçamento de Estado
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
PAR	Presidente da Assembleia da República
PCP	Partido Comunista Português
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
PEV	Partido Ecologista "Os Verdes"
PNTL	Parlamento Nacional de Timor Leste
POC-AR	Plano Oficial de Contabilidade da Assembleia da República
POCP	Plano Oficial de Contabilidade Pública
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
SIGAR	Sistema Integrado de Gestão da Assembleia da República
UEFA	União Europeia das Associações de Futebol
UIP	União Interparlamentar
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Índice

NOTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	11
1. ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL	13
1.1 OAR 2008	13
1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL — 2008	16
2. ACTIVIDADES PARLAMENTARES	21
2.1 GABINETES DE APOIO DOS GRUPOS PARLAMENTARES	25
2.2 COMISSÕES PARLAMENTARES	26
2.3 DIPLOMACIA PARLAMENTAR	26
2.4 GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE	40
2.5 RECEPÇÃO DE DELEGAÇÕES, ENTIDADES OFICIAIS, CERIMÓNIAS E OUTRAS REUNIÕES	40
2.6 OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	47
3. ACTIVIDADES DE APOIO	49
3.1 GESTÃO DAS ACTIVIDADES DE APOIO	50
3.2 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	55
4. ACTIVIDADE EDITORIAL	64
5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	67
5.1 BILATERAL	67
5.2 MULTILATERAL	69
6. FINANCIAMENTO DE ENTIDADES AUTÓNOMAS	71
7. INVESTIMENTOS	73
7.1 PROJECTOS TRANSITADOS PARA 2009	77
8. EXECUÇÃO FINANCEIRA	79
8.1 DAS DESPESAS	79
8.2 DAS RECEITAS	81
9. SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA AR A 31 DE DEZEMBRO DE 2008	84
NOTA FINAL	87

Índice de Quadros

QUADRO 1	ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2008	15
QUADRO 2	SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	16
QUADRO 3	SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM SUBVENÇÃO P/CAMPANHAS ELEITORAIS	17
QUADRO 4	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ACTIVIDADES	17
QUADRO 5	EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	19
QUADRO 6	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ACTIVIDADE PARLAMENTAR”	23
QUADRO 7	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ACTIVIDADE PARLAMENTAR”	24
QUADRO 8	REUNIÕES (UIP)	28
QUADRO 9	REUNIÕES (APNATO)	29
QUADRO 10	REUNIÕES (APCE)	31
QUADRO 11	REUNIÕES (APEM)	32
QUADRO 12	REUNIÕES (OSCE)	33
QUADRO 13	REUNIÕES (AUJO)	35
QUADRO 14	REUNIÕES (APM)	36
QUADRO 15	OUTRAS REUNIÕES REALIZADAS	37
QUADRO 16	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO	39
QUADRO 17	QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS	48
QUADRO 18	ENCARGOS COM AS “ACTIVIDADES DE APOIO”	49
QUADRO 19	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ACTIVIDADES DE APOIO”	49
QUADRO 20	LANÇAMENTOS EDITORIAIS	66
QUADRO 21	EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES AUTÓNOMAS	71
QUADRO 22	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES AUTÓNOMAS	72
QUADRO 23	EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO	73
QUADRO 24	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS	73
QUADRO 25	PROJECTOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2009	77
QUADRO 26	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	79
QUADRO 27	ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2009 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	80
QUADRO 28	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS	81
QUADRO 29	GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS EM 2008	82

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS	19
GRÁFICO 2.1	DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2008	20
GRÁFICO 2.2	DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL EM 2008	20
GRÁFICO 3	EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES E AUDIÊNCIAS DAS COMISSÕES PARLAMENTARES	22
GRÁFICO 4	PESSOAL AFECTO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES	25
GRÁFICO 5.1	EVOLUÇÃO DO Nº DE VISITAS GUIADAS	53
GRÁFICO 5.2	DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS DE PÚBLICO-ALVO	53
GRÁFICO 6.1	EVOLUÇÃO DE ASSISTÊNCIAS A SESSÕES PLENÁRIAS	54
GRÁFICO 6.2	DISTRIBUIÇÃO POR PÚBLICO-ALVO	54
GRÁFICO 7	EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE CONCURSAL	57
GRÁFICO 8	EFFECTIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS	59
GRÁFICO 9	EFFECTIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS/SERVIÇOS	60
GRÁFICO 10	EFFECTIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS E SEXO	60
GRÁFICO 11	EFFECTIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL	61
GRÁFICO 12	NÍVEL HABILITACIONAL POR SEXO	61
GRÁFICO 13	EFFECTIVOS POR GRANDES ÁREAS DE ACTIVIDADE	62
GRÁFICO 14	EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE EDITORIAL	66
GRÁFICO 15	EVOLUÇÃO DAS VENDAS NA LIVRARIA PARLAMENTAR	83
GRÁFICO 16	EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS	84



Nota do Conselho de Administração

Nos termos do nº 1 do artigo 59º da LOFAR, o Conselho de Administração elabora o **Relatório** relativo à gerência de 2008, bem como a Conta relativa ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro referente à X Legislatura, com os elementos que foram, para o efeito, organizados e trabalhados pelos competentes Serviços da Assembleia da República, sob directa coordenação da Secretária Geral da Assembleia da República.

O Relatório que se apresenta traduz, tendo em conta as alterações que ao longo do ano de 2008 foram introduzidas no OAR inicial, aprovado no Plenário em 18 de Outubro de 2007, as características gerais da vertente orçamental e financeira da gestão da AR, destacando-se, desde logo, a adaptação decorrente da necessidade de corresponder às obrigações expressas na lei para o pagamento das Subvenções para as Campanhas das Eleições Legislativas Regionais da Região Autónoma dos Açores de 2008.

Na globalidade das despesas geriu-se, excluindo a verba das subvenções para as campanhas eleitorais (€2.848.935), um total de **€117.142.764** (encontrando-se nesta verba incluídas as Entidades Autónomas, no montante total de €12.310.901, bem como as subvenções aos Partidos Políticos, no montante total de €17.217.152,90) com um nível global de **execução de 91,78%**, dos quais:

- **€102.169.789** em **Despesas Correntes**, com um nível de **execução de 91,93%**,
e
- **€14.972.975** em **Despesas de Capital** com uma **execução de 90,72%**.

No âmbito da Actividade Parlamentar, a Assembleia da República, através dos seus órgãos eleitos, desenvolveu os habituais trabalhos de Sessões Plenárias e em Comissões Especializadas, recebeu entidades estrangeiras e esteve representada nas delegações da UIP, APNATO, AI FPLP, APCE, APEM, OSCE, UEO, APM e FPIA.

Deu-se continuidade à consolidação da aplicação do POC AR, através da implementação de novos procedimentos de controlo e de registos contabilísticos, bem como da adopção de novos métodos de trabalho por parte dos Recursos Humanos directamente nele envolvidos, factores determinantes para a obtenção de resultados positivos ao nível da informação patrimonial.



É igualmente de sublinhar, ter sido adjudicado um sistema integrado de gestão da AR – SIGAR – o qual, na presente data, se encontra em fase de desenvolvimento prevendo-se que a entrada em funcionamento ocorra no presente ano.

Em matéria de investimento importa destacar que, no cumprimento do Plano de Investimentos de 2008, se deu início à importante **“Empreitada de Remodelação da Sala das Sessões da Assembleia da República”**, com relevância para o desenvolvimento tecnológico, que se concluiu já em 2009. Considerando que, a **Sala das Sessões** integra um monumento classificado, com características históricas e específicas muito próprias, a implementação desta obra revelou-se de grande complexidade, uma vez que, consubstanciou numa série de outros projectos de várias especialidades, designadamente, a reformulação total do sistema de AVAC do Hemiciclo, a criação de um novo sistema audiovisual (projecção multimédia), a implementação da solução informática “bancada electrónica parlamentar” para todos os postos de trabalho dos Deputados, no hemiciclo, a remodelação do sistema de iluminação e dos equipamentos eléctricos, o restauro das bancadas dos Deputados e a substituição integral do pavimento integrados num projecto de estabilidade e reforço da estrutura com francas melhorias ao nível de segurança contra incêndios e de segurança anti-xilófagos.

Esta obra visa dotar a sala das Sessões de novas funcionalidades e melhores condições de conforto para todos os que desempenham as suas funções neste espaço.

Por outro lado, a intensificação da actividade editorial própria, a crescente abertura ao público em geral do Palácio de São Bento e a aproximação da Assembleia e da sua actividade parlamentar ao exterior, marcam uma opção clara pela política de transparência, adoptada na presente legislatura.

É ainda de registar a continuidade de resposta empenhada e qualificada por parte dos Funcionários Parlamentares envolvidos nas diversas vertentes de acção cometidas aos Serviços deste Órgão de Soberania, sendo de considerar, na gestão efectiva dos recursos humanos, ter sido para o efeito fundamental o investimento prosseguido na sua permanente e adequada formação profissional, com a sua conseqüente motivação.

Cabe salientar, finalmente, que se verificou a continuação do crescimento substancial das actividades desenvolvidas na AR, o qual não foi acompanhado de um aumento correspondente de efectivos ao serviço.

1. Enquadramento Orçamental

1.1 OAR 2008

Em 11 de Outubro de 2007, o Conselho de Administração elaborou a proposta de Orçamento da Assembleia da República para 2008, com base no projecto de proposta coordenado e apresentado pela Secretária Geral, nos termos dos artigos 15º e 24º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, tendo este sido aprovado em Plenário, na sessão de 18 de Outubro de 2007, pela Resolução da Assembleia da República n.º 57/2007, publicada no Diário da República n.º 217 - I Série A, de 12 de Novembro de 2007.

No OAR2008 aprovado, os montantes inscritos para as despesas correntes e de capital ascenderam, respectivamente, a €98.895.142,00 e €10.925.488,00, traduzindo globalmente uma **diminuição de 12,67% relativamente ao OAR2007 corrigido** (cfr Quadro1). Em termos extra-orçamentais, foram inscritas operações de tesouraria, tanto na vertente da receita como da despesa, no montante global de €14.658.772,10, correspondendo a excedentes não utilizados de subvenções para campanhas eleitorais que permaneciam na posse da AR.

O OAR2007 foi objecto de uma primeira alteração, elaborada nos termos do artº 50º da LOFAR, elaborada pelo Conselho de Administração em 1 de Abril, e submetida à aprovação do Plenário da Assembleia da República a 3 de Abril¹, como **1º Orçamento Suplementar 2008**, alterando-se a dotação global das Despesas de €109.818.630 para €119.991.699, com os seguintes fundamentos:

- Integração do diferencial do saldo de gerência da Assembleia da República apurado à data de encerramento da gerência de 2007, no montante de €7.039.341,72;
- Integração do diferencial do saldo de gerência da Provedoria da Justiça apurado à data de encerramento da gerência de 2007, no montante de €32.966,57;
- Integração do diferencial do saldo de gerência da Comissão Nacional de Protecção de Dados, apurado à data de encerramento da gerência de 2007, no montante de €544.670,64;
- Aumento da previsão de receita própria da Comissão Nacional de Protecção de Dados em €139.000;
- Integração do saldo de gerência do ano de 2007 da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos no montante de €76.528,43.

¹ Resolução da Assembleia da República n.º 16/2008, de 3 de Abril, publicada no DR n.º 79 – I Série A, de 22 de Abril.

- Actualização para 11% da dotação da rubrica em que se inscreve a contribuição de da Assembleia da República, enquanto Entidade Patronal para o pagamento à Caixa Geral de Aposentações, de acordo com o estabelecido na Lei nº67-A/2007, de 31/12.
- Actualização em 5,7% das dotações das rubricas indexadas à retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para vencimentos e abonos a processar ao pessoal dos Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares, globalmente sujeitos a um *plafond* definido nos termos do art.º 46º da LOFAR e as subvenções a pagar aos Partidos Políticos e aos Grupos Parlamentares, nos termos do art.º 47 da referida Lei e ainda a subvenção para encargos com comunicações;
- Actualização da subvenção para a Campanha Legislativa Regional dos Açores, indexada à retribuição mínima mensal garantida (RMMG);
- Reforço das dotações das rubricas onde se registam os vencimentos dos Deputados, do pessoal dos Gabinetes e dos funcionários parlamentares, e abonos relativos às três entidades que funcionam na dependência financeira da AR, nomeadamente o Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informação (CFSI), o Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz (CAJP) e o Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA), reflectindo os efeitos da actualização salarial de 2,1% e a actualização das rubricas de subsídio de refeição e o subsídio de almoço e jantar em 2,1%;
- Reforço das dotações das rubricas nas quais se registaram aumentos do preço do Km, que correspondeu a um crescimento de 2,63%;
- Reajuste das dotações de diversas rubricas orçamentais em função dos encargos assumidos em 2007, e transitados para o exercício de 2008, no valor de €3.742 10³ cuja cobertura seria assegurada pelo saldo de gerência apurado;
- A reafectação de encargos da subactividade 108 - Comissões Parlamentares, de forma a garantir os meios necessários ao desenvolvimento das respectivas actividades com base na nova legislação que determinou a execução de orçamentos para cada uma das Comissões Parlamentares ;
- O reforço de rubricas relativas à actualização de contratos, com base na actualização decorrente da variação aos índices de preços ao consumidor e inflação para 2008 em 2,5%.

- O reforço, num total de €490.350, das dotações de algumas rubricas de despesa e o reforço da rubrica 07.03.02 – “Bens de domínio público - Edifícios” em € 1.685.000, relativos ao aumento dos trabalhos realizados, no decurso de 2008, no hemiciclo.

Para além do orçamento suplementar referido, efectuaram-se **oito alterações orçamentais**, visando reajustar dotações e enquadrar situações pontuais com tradução financeira entretanto surgidas, as quais não influenciaram, contudo, a despesa global. Essas alterações foram aprovadas pelo Conselho de Administração, respectivamente, em 9 de Julho, 24 de Setembro, 22 e 29 de Outubro, 28 de Novembro e 18 de Dezembro do ano em referência e 7 de Janeiro de 2009.

As alterações aprovadas, quer em sede do OAR Suplementar, quer das oito Alterações Orçamentais, reflectiram-se ao nível das diversas actividades, conforme se apresenta no Quadro 1.

Quadro 1- ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2008

Unidade: Euro

Actividades	OAR2007 corrigido	OAR2008 inicial	OAR2008 corrigido	Var%	Var%
	1	2	3	4=2/1	5=3/1
ACTIVIDADES PARLAMENTARES	35.235.157	35.835.031	37.737.144	1,70%	7,10%
ACTIVIDADES DE APOIO	32.550.867	28.858.083	32.520.836	-11,34%	-0,09%
ACTIVIDADE EDITORIAL	1.905.096	2.273.418	2.448.422	19,33%	28,52%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	469.801	507.850	592.701	8,10%	26,16%
PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UNIÃO EUROPEIA	2.280.622	23.715	12.084	n.aplic.	n.aplic.
OUTRAS ACTIVIDADES	15.334	1.000.000	0	6421,34%	-100,00%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	32.186.170	19.156.100	20.186.268	-40,48%	-37,28%
CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO SERV. INFORM.	134.039	130.206	155.721	-2,86%	16,18%
CONSELHO DE ACOMP. JULGADOS DE PAZ	57.425	69.381	69.921	20,82%	21,76%
ENTIDADES AUTÓNOMAS	11.514.761	10.847.908	11.104.332	-5,79%	-3,56%
CONSELHO NAC. PROcriação MED. ASSISTIDA	0	191.450	191.297	n.aplic.	n.aplic.
DESPESAS CORRENTES (1)	116.349.272	98.893.142	105.018.724	-15,00%	-9,74%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	40.000	55.000	107.000	37,50%	167,50%
INVESTIMENTO	8.544.499	10.087.132	13.657.406	18,05%	59,84%
OUTRAS ACTIVIDADES	0	100.000	0	n.aplic.	n.aplic.
ENTIDADES AUTÓNOMAS	821.230	681.356	1.206.569	-17,03%	46,92%
CONSELHO NAC. PROcriação MED. ASSISTIDA	0	2.000	2.000	n.aplic.	n.aplic.
DESPESAS DE CAPITAL (2)	9.405.729	10.925.488	14.972.975	16,16%	59,19%
TOTAL DAS DESPESAS (3=1+2)	125.755.001	109.818.630	119.991.699	-12,67%	-4,58%
ORÇ. S/ SUBVENÇÃO PARA AS CAMPANHAS	109.928.831	107.020.118	117.142.764	-2,65%	6,56%

Da análise do Quadro 1 ressalta que o OAR2008 corrigido, face ao OAR2007 corrigido, excluindo as subvenções para as campanhas eleitorais, apresenta um crescimento de 6,56%, sendo que, por outro lado, o decréscimo de 4,58% das despesas totais que se verifica da comparação entre aqueles dois orçamentos (OAR2007 corrigido e OAR2008 corrigido) é determinado pela redução de encargos para subvenções para as campanhas eleitorais.

Em “Despesas Correntes” a variação negativa de 9,74% é influenciada pelo decréscimo de 37,28% em “Outros Encargos Parlamentares”, em que se incluem as subvenções para as campanhas eleitorais, pela redução integral que se verifica em “Outras Actividades”, onde se inscreve a dotação provisional, não obstante as correcções efectuadas em “Actividade Editorial” (28,52%) e “Cooperação Interparlamentar” (26,16%).

No que se refere às “Despesas de Capital” o Quadro 1 evidencia ter sido percentualmente a “Cooperação Interparlamentar” (167,50%) e, em termos absolutos, a subactividade “Investimento” (59,84%) que apresentaram as maiores variações.

1.2 Execução Orçamental — 2008

Quadro 2 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

Tipo de Despesa	OAR2008 corrigido	Execução Orçamental	
		montante	GR%
DESPESAS CORRENTES	105.018.724	96.678.827	92,06%
DESPESAS DE CAPITAL	14.972.975	13.583.195	90,72%
TOTAL DAS DESPESAS	119.991.699	110.262.022	91,89%

Em 2008, os encargos assumidos e pagos atingiram €110.262.022 (Quadro 2), o que se traduziu numa execução orçamental de 91,89%, registando-se uma diferença de €9.729.678, entre o valor total orçamentado e o valor de despesa paga, reflectindo uma melhoria dos níveis de execução face a 2007 (77,36%) de quase 15%. De salientar ainda que €3.360.086, isto é, 34,5% do valor não executado, respeita a dotação orçamental afecta às “Actividades Parlamentares”.

Acresce em termos de Operações Extra-orçamentais da despesa à data de 31 de Dezembro de 2008 um excedente total de €14.658.772,10, relativo às Eleições Presidenciais de 2006, às Eleições Autárquicas e Legislativas de 2005, assim como relativo às Eleições Legislativas Regionais da Região Autónoma da Madeira de 2007.

Na sequência do trânsito em julgado dos Acórdãos do Tribunal Constitucional, ocorrido já no final de 2008, a liquidação dos excedentes destas subvenções para as campanhas eleitorais,

por via da redistribuição de verbas ou entrega de excedentes ao Tesouro, passaria para o ano económico de 2009.

Verifica-se, assim, que o grau de execução das despesas correntes e de capital foi respectivamente de 92,06% e de 90,72%.

Assim, e com o objectivo de melhor esclarecer a execução da actividade da AR em 2008, far-se-á de agora em diante uma análise que **não inclui os montantes das mencionadas Subvenções para as Campanhas Eleitorais.**

Quadro 3 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM SUBVENÇÕES PARA CAMPANHAS ELEITORAIS

Unidade: Euro

Tipo de Despesa	OAR2008 corrigido sem Subvenções	Execução Orçamental	
		montante	GR%
DESPESAS CORRENTES	102.169.789	93.928.985	91,93%
DESPESAS DE CAPITAL	14.972.975	13.583.195	90,72%
TOTAL DAS DESPESAS	117.142.764	107.512.180	91,78%

Verifica-se, cfr. Quadro 3, que a taxa de execução orçamental para a totalidade das despesas em 2008 foi de 91,78%, com um nível de execução de 91,93% em "Despesas Correntes" e de 90,72% em "Despesas de Capital", constituindo estas percentagens as que verdadeiramente traduzem a execução resultante da actividade normal da AR.

Desagregando a execução por actividades (Quadro 4), face à respectiva natureza de despesa, a taxa de execução orçamental mais elevada, em despesas correntes, é atingida em "Outros Encargos Parlamentares" (99,88%), seguida da "Entidades Autónomas" (95,94%), e das "Actividades Parlamentares" (91,10%).

Quadro 4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ACTIVIDADES

Unidade: Euro

Actividades	OAR2008 corrigido sem Subvenções	Encargos assumidos		
		montante	GR%	Estrutura
		1	3=2/1	4=2/Σ
ACTIVIDADES PARLAMENTARES	37.737.144	34.377.057	91,10%	31,98%
ACTIVIDADES DE APOIO	32.520.836	29.390.746	90,38%	27,34%
ACTIVIDADE EDITORIAL	2.448.422	1.646.858	67,26%	1,53%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	592.701	298.624	50,38%	0,28%
PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UNIÃO EUROPEIA	12.084	10.584	87,59%	0,01%
OUTRAS ACTIVIDADES*	0	0	n. aplic.	0,00%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	17.337.333	17.316.543	99,88%	16,11%
CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO SERV. INFORM.	155.721	133.102	85,47%	0,12%
CONSELHO DE ACOMP. JULGADOS DE PAZ	69.921	36.010	51,50%	0,03%

Actividades	OAR2008 corrigido sem Subvenções	Encargos assumidos		
		montante	GR%	Estrutura
		1	2	3=2/1
ENTIDADES AUTÓNOMAS	11.104.332	10.653.585	95,94%	9,91%
CONSELHO NAC. PROcriação MED. ASSISTIDA	191.297	65.877	34,44%	0,06%
DESPESAS CORRENTES (1)	102.169.789	93.928.985	91,93%	87,37%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	107.000	9.000	0,00%	0,01%
INVESTIMENTO	13.657.406	12.367.626	90,56%	11,50%
OUTRAS ACTIVIDADES	0	0	n. aplic.	0,00%
ENTIDADES AUTÓNOMAS	1.206.569	1.206.569	100,00%	1,12%
CONSELHO NAC. PROcriação MED. ASSISTIDA	2.000	0	0,00%	0,00%
DESPESAS DE CAPITAL (2)	14.972.975	13.583.195	90,72%	12,63%
TOTAL DAS DESPESAS (3=1+2)	117.142.764	107.512.180	91,78%	100,00%

(*) Dotação Provisional não utilizada

Quanto às despesas de capital, sublinham-se as despesas de investimento assumidas no âmbito das "Entidades Autónomas", com uma taxa de execução de 100%, dado tratarem-se de transferências do OE e de receitas próprias para fazer face aos encargos dessas Entidades. Já ao nível da subactividade "Investimento" registou-se uma execução de 90,56%, um indicador que praticamente duplicou face aos 46,3% registados em 2007.

A evolução da despesa realizada por actividades, no decurso dos últimos quatro anos, consta do Gráfico 1, verificando-se que, no ano de 2008, houve uma estabilização generalizada das despesas realizadas no âmbito dos vários quadrantes reflectidos, não obstante as variações já mencionadas ao nível de "Investimentos" e correspondente desenvolvimento tecnológico.

O acréscimo em "Investimento" é justificada pela execução, ao longo de 2008, das grandes obras que constituíram o Plano de Investimentos de 2008:

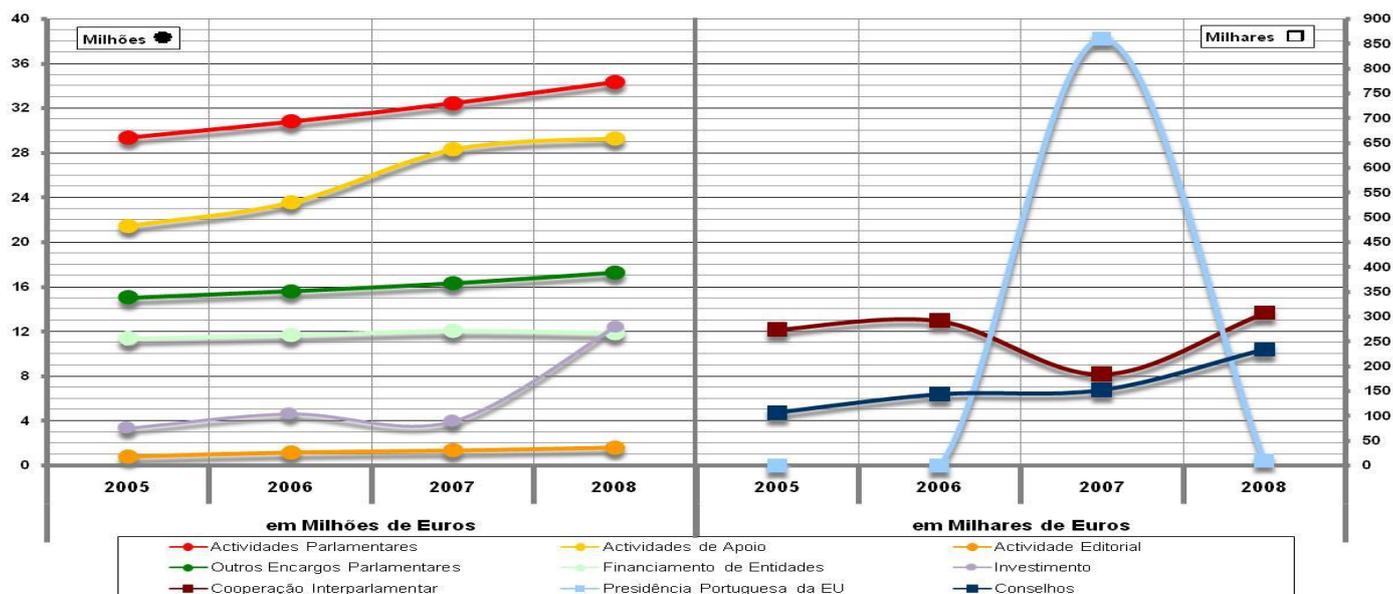
- Obra da Sala das Sessões, que se encontrava prevista no Plano de Investimento, transitou para 2008, pela alteração inicial ao projecto e pela inclusão de novas áreas (audiovisual, iluminação) inicialmente não contempladas;
- Reforço estrutural das Lajes (2ª fase), transitou igualmente para 2008, pelo facto de se incluir na empreitada o AVAC, que inicialmente não estava previsto;
- Obra de requalificação da Cozinha transitou para o Plano de Investimentos de 2008, uma vez que teve de ser revisto todo o plano de preços dos equipamentos, não tendo sido possível lançar o procedimento concursal no tempo previsto.

Assim, analisando o quadro 5 reflectido no gráfico nº1 para os anos de 2004 a 2008, destacam-se em 2008 os crescimentos verificados nos encargos assumidos da subactividade

“Investimentos”, com um aumento de €8.414.576, correspondendo a uma variação superior a 200%, fundamentados em detalhe no ponto 7 deste relatório.

Evidenciam-se, igualmente, o crescimento verificado ao nível da subactividade “Cooperação Interparlamentar” (+66,53%) e o acentuado decréscimo verificado na subactividade “Presidência Portuguesa da EU”, este último naturalmente decorrente do fim da presidência.

Gráfico 1 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2005 A 2008



Quadro 5 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

Actividades	Encargos Assumidos		Var%
	2007	2008	
ACTIVIDADES PARLAMENTARES	32.486.513	34.377.057	5,82%
ACTIVIDADES DE APOIO	28.343.899	29.390.746	3,69%
ACTIVIDADE EDITORIAL	1.383.130	1.646.858	19,07%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	184.727	307.624	66,53%
PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UNIÃO EUROPEIA	860.496	10.584	-98,77%
OUTRAS ACTIVIDADES	0	0	n.aplic
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES*	16.359.007	17.316.543	5,85%
CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO SERV. INFORM.	112.946	133.102	17,84%
CONSELHO DE ACOMP. JULGADOS DE PAZ	40.385	36.010	-10,83%
ENTIDADES AUTÓNOMAS	12.060.781	11.860.154	-1,66%
CONSELHO NAC. PROcriação MED. ASSISTIDA	0	65.877	n.aplic
INVESTIMENTO	3.953.050	12.367.626	212,86%
TOTAL DAS DESPESAS	95.784.934	107.512.180	12,24%

(*) Sem Subvenções para Campanhas Eleitorais

O Gráfico 2.1 apresenta a **distribuição da despesa assumida**, por agrupamento económico: As “Despesas com o Pessoal” representam 44,6% do total da despesa de 2008, seguidas das “Aquisições de Bens e Serviços” (16,0%). As “Subvenções”, que incluem as subvenções estatais

às campanhas eleitorais, e as subvenções aos Partidos Políticos, representam no seu conjunto 17,7%.

De acordo com a realidade patente no Gráfico 2.2 – **distribuição da despesa com pessoal em 2008**, verifica-se uma distribuição quase equitativa na partição dos encargos relacionados, por um lado, com “Pessoal da AR” (39,0%) e, por outro, os encargos imputáveis a “Deputados” (40,70%), enquanto que os encargos com pessoal afecto aos Conselhos integrados no orçamento da AR representam um peso residual inferior a meio ponto percentual (0,4%).

Gráfico 2.1 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2008

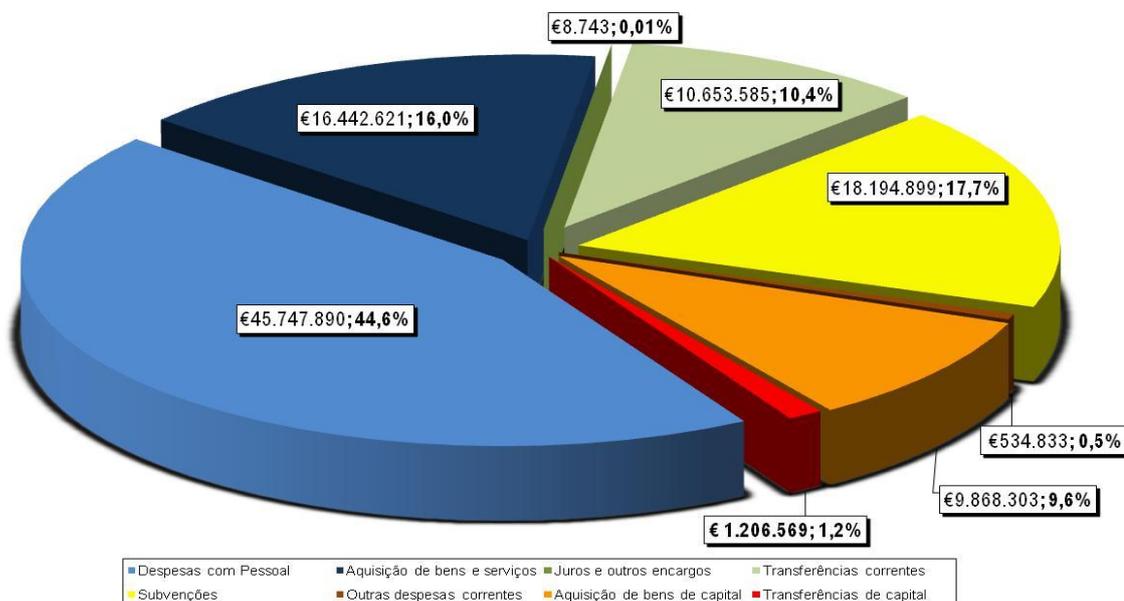
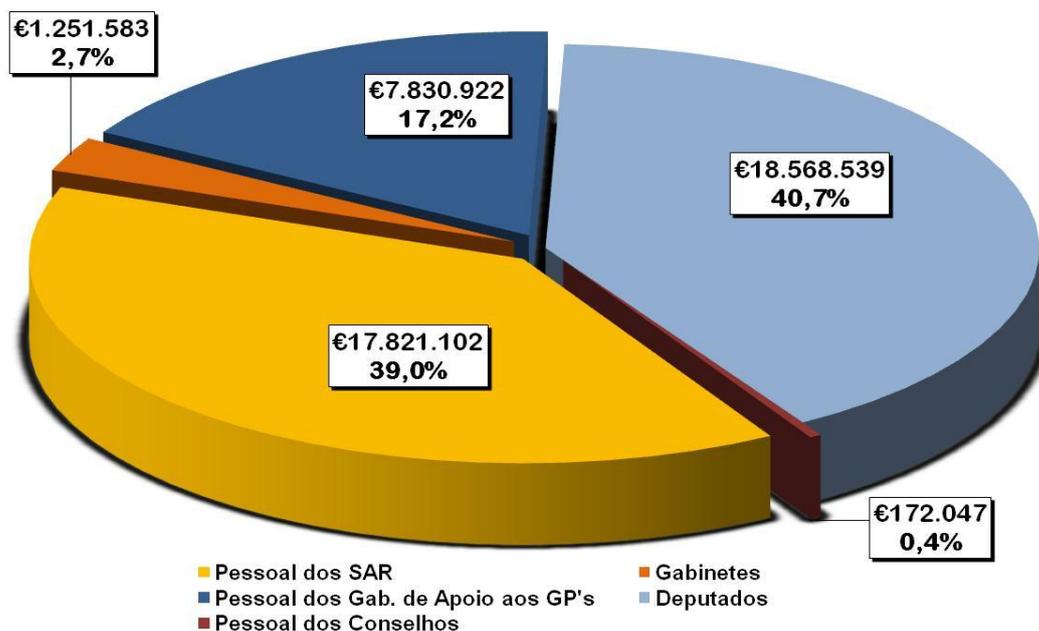


Gráfico 2.2 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL EM 2008



2. Actividades Parlamentares

Do conjunto das actividades desenvolvidas pela Assembleia da República, destacam-se as que respeitam directamente ao exercício das suas competências enquanto órgão de soberania, com funções legislativas e de orientação e fiscalização política, bem como a competência electiva de outros órgãos.

Não obstante a actividade política do Parlamento ser objecto de um Relatório específico e autónomo, nos termos do artº 291º do Regimento, referem-se desde já alguns indicadores próprios dessa actividade.

Assim, em 2008, realizaram-se 107 reuniões plenárias e 2 da Comissão Permanente. Ainda no âmbito da actividade parlamentar, foram realizadas 28 Conferências de Líderes e 20 Conferências dos Presidentes das Comissões Parlamentares.

Durante o ano de 2008 realizaram-se ainda 26 reuniões do Conselho de Administração.

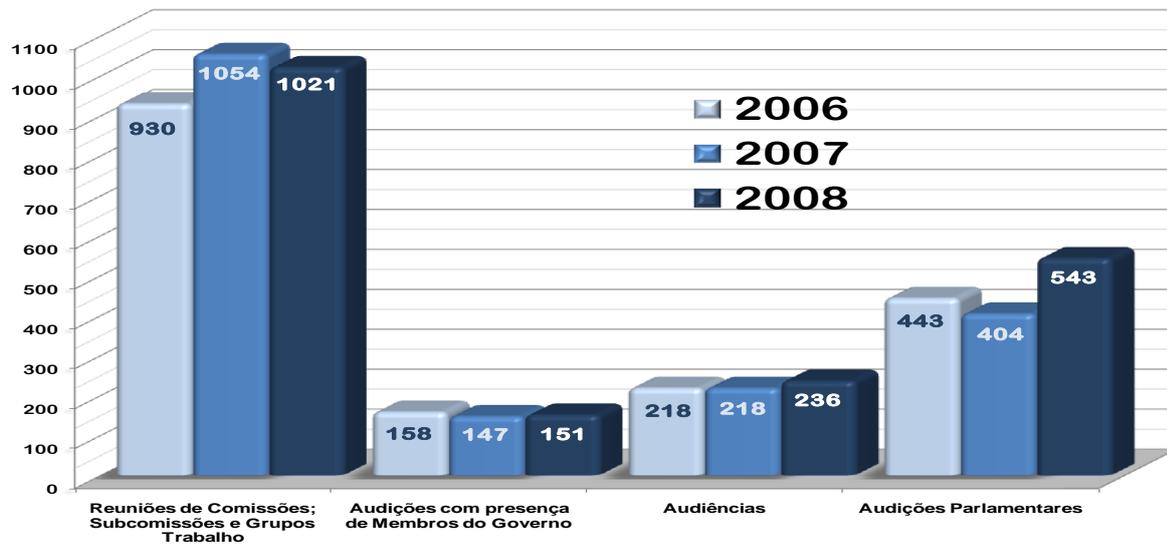
Importa assinalar que deram entrada na Mesa da Assembleia da República as seguintes iniciativas legislativas: 72 Propostas de Lei, 192 Projectos de Lei, 49 Propostas de Resolução, 163 Projectos de Resolução, 2 Projectos de Deliberação, 38 Apreciações Parlamentares, tendo sido aprovadas 3 Leis Orgânicas, 70 Leis, 68 Resoluções e 2 Deliberações. Acresce a estes dados as 2.991 perguntas dirigidas ao Governo para as quais houve 2.233 respostas.

Foram apresentados pelos Senhores Deputados os seguintes Requerimentos: 310 ao Governo, 725 à Administração Local, 9 à Assembleia da República e 1 à Região Autónoma dos Açores. No mesmo ano foram dadas as seguintes respostas: 253 pelo Governo, 477 pela Administração Local e 2 pela Assembleia da República.

No ano de 2008, no seu conjunto, as Comissões, as Subcomissões e os Grupos de Trabalho efectuaram 1021 reuniões, das quais 147 contaram com a presença de Membros do Governo, num total de 527 audições. Foram igualmente concedidas 230 audiências.

Relativamente ao período compreendido entre 2008 e 2006 verificam-se as diferenças evidenciadas, de forma sintética, no gráfico 3 que a seguir se apresenta.

Gráfico 3 – EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES E AUDIÊNCIAS DAS COMISSÕES PARLAMENTARES



Verifica-se, assim, que no ano de 2008 o número total de reuniões realizadas pelas Comissões, Subcomissões e Grupos de Trabalho reduziu em 3,1% em relação ao ano anterior, enquanto que, ao nível das audiências, houve um crescimento de 8,3%.

Contudo, destaque-se o aumento de 2,7% quanto a reuniões com Membros do Governo e, principalmente, o número de Audições Parlamentares que cresceram em 34,4%.

Em 2008 deram entrada 130 petições, 41 das quais subscritas por mais de 4.000 cidadãos, e apenas 25 remetidas por via electrónica. Comparativamente com 2007 houve um decréscimo de 44% uma vez que, nesse ano, deram entrada 293 petições, 70 das quais subscritas por mais de 4.000 cidadãos, e 144 apresentadas por via electrónica.

Por outro lado, a actividade parlamentar originou a produção de 595 Diários da Assembleia da República (versão exclusivamente electrónica), distribuídos por 110 números da I Série, 214 números da II Série A, 159 números da II Série B, 43 números da II Série C e 39 números da II Série D e 30 números da II Séries E. Na 1ª Série do DAR foram trabalhadas 16.384 páginas (uma variação positiva de 0,5% face a 2007) e que deram origem a 5.461 páginas no respectivo original, sendo que nas três sub-séries da 2ª Série do DAR foram trabalhadas 134.595 páginas, que deram origem a 44.865 páginas nos respectivos originais (um aumento exponencial superior a 72% face ao ano anterior). Esta produção desenvolveu-se a partir da gravação de 5.905 cassetes áudio, gravadas ao longo de 1.369 horas, durante as reuniões do Plenário da Assembleia da República, das Comissões Parlamentares e de outros eventos.

Já o Canal Parlamento produziu 4.033 horas de emissão (em directo e em diferido) correspondentes a reuniões do Plenário, das Comissões Parlamentares e de outros eventos

realizados na AR, designadamente Conferências e Colóquios, tendo havido um aumento de 82 horas de emissão.

Em termos globais, e como se infere do Quadro 4, as “**Actividades Parlamentares**” representam **31,98% dos encargos assumidos** e obtiveram um **nível de execução de 91,1%**. Regista-se no Quadro 6, a correspondente desagregação desta despesa realizada pelas respectivas subactividades:

Quadro 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ACTIVIDADE PARLAMENTAR”

Unidade: Euro

Actividade Parlamentar	OAR2008 Corrigido	Encargos assumidos		
		montante	GR%	Estrutura
		1	2	3=2/1
Presidente da Assembleia da República	120.092	119.826	99,78%	0,35%
Gabinete de Apoio ao PAR	613.870	514.621	83,83%	1,50%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	1.099.187	1.090.054	99,17%	3,17%
Gabinetes de Apoio aos Vice-Presid., Secretários e Vice-Secretários	326.511	287.243	87,97%	0,84%
Conselho de Administração	74.497	69.096	92,75%	0,20%
Grupos Parlamentares	993.329	986.805	99,34%	2,87%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	7.611.979	7.579.806	99,58%	22,05%
Comissões Parlamentares	889.703	386.503	43,44%	1,12%
Deputados	19.535.114	18.938.390	96,95%	55,09%
Parlamento Europeu	1.389.627	1.349.058	97,08%	3,92%
Comemorações do Aniversário do 25 de Abril	11.333	11.266	99,41%	0,03%
Deslocações em Território Nacional	92.642	47.373	51,14%	0,14%
Deslocações ao Estrangeiro	3.163.346	2.210.777	69,89%	6,43%
Grupos Parlamentares de Amizade	167.461	24.105	14,39%	0,07%
Recepção de Delegações e Entidades Oficiais	1.553.181	698.374	44,96%	2,03%
Programa Parlamento Jovem	95.271	63.760	66,93%	0,19%
TOTAL DAS DESPESAS	37.737.144	34.377.057	91,10%	100,00%

O Quadro 6 permite, assim, avaliar a **estrutura dos encargos** assumidos por cada uma das dezassete subactividades que integram as “Actividades Parlamentares”, bem como o respectivo grau de execução orçamental, **concluindo-se que 77,14% do total dos encargos assumidos** correspondem às seguintes componentes:

- “**Deputados**” – que integra as despesas com as respectivas componentes remuneratórias, nomeadamente: Vencimentos, Vencimentos Extraordinários, Despesas de Representação, Ajudas de Custo, Transportes, Prestações Familiares e Complementares, Contribuições para a Segurança Social, Seguros e Subsídio de Reintegração, (55,09%); e

- “Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares” – onde se registam as remunerações auferidas pelo pessoal afecto a estes Gabinetes (22,05%) e respectivos encargos sociais obrigatórios.

Quadro 7 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ACTIVIDADE PARLAMENTAR”

Unidade: Euro

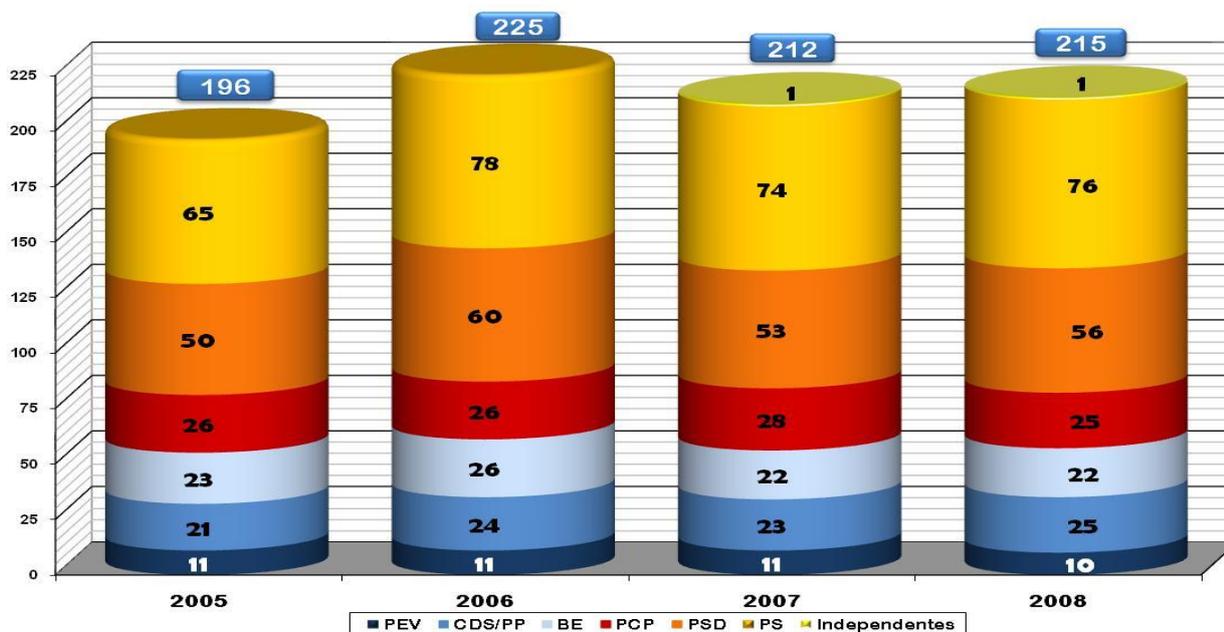
Actividade Parlamentar	Encargos assumidos		
	2007	2008	Var%
	1	2	3=2/1
Presidente da Assembleia da República	108.414	119.826	10,53%
Gabinete de Apoio ao PAR	581.699	514.621	-11,53%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	923.939	1.090.054	17,98%
Gabinetes de Apoio aos Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	265.569	287.243	8,16%
Conselho de Administração	62.037	69.096	11,38%
Grupos Parlamentares	935.838	986.805	5,45%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	6.839.169	7.579.806	10,83%
Comissões Parlamentares	88.132	386.503	338,55%
Deputados	17.672.201	18.938.390	7,16%
Parlamento Europeu	1.184.843	1.349.058	13,86%
Comemorações do Aniversário do 25 de Abril	26.706	11.266	-57,81%
Deslocações em Território Nacional	188.177	47.373	-74,83%
Deslocações ao Estrangeiro	2.010.157	2.210.777	9,98%
Grupos Parlamentares de Amizade	47.118	24.105	-48,84%
Recepção de Delegações e Entidades Oficiais	1.500.867	698.374	-53,47%
Programa Parlamento Jovem	51.649	63.760	23,45%
TOTAL DAS DESPESAS	32.486.513	34.377.057	5,82%

Relativamente à evolução dos encargos assumidos, de 2007 para 2008, (Quadro 7), as “Actividades Parlamentares”, em termos globais, registaram um **acréscimo de 5,82%**. Há, no entanto, a salientar a subactividade “Comissões Parlamentares” que apresenta a maior variação positiva (338,55%), em consequência de uma imputação de custos mais eficaz, inerentes às actividades das comissões que eram anteriormente imputados às despesas de funcionamento e às “Deslocações em Território Nacional”, subactividade cujos encargos reflectem uma redução consequente de quase 75% (-74,83%).

2.1 Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares

A evolução do número de funcionários por Grupo Parlamentar, nos últimos quatro anos, é apresentada no Gráfico seguinte.

Gráfico 4 – PESSOAL AFECTO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES



A gestão das verbas atribuídas nos termos do artigo 46.º da LOFAR, para suportar os encargos com o pessoal que integra os Gabinetes de Apoio aos Grupos Parlamentares no que respeita às rubricas de vencimentos, subsídio de férias e Natal, remunerações por doença, maternidade e paternidade, pessoal aguardando aposentação e horas extraordinárias é da estrita responsabilidade de cada um dos Grupos Parlamentares.

No entanto, refira-se que os encargos sociais acarretam um custo crescente não incluído no plafond atribuído aos GP's, mantendo, à semelhança de anos anteriores, um ritmo de crescimento sem inflexão, com destaque, mais uma vez, para os encargos relativos à entidade patronal com as Contribuições para a Segurança Social:

Anos	Seg. Social (€)	Var%
2004	511.591,77	
2005	609.849,93	19,21%
2006	669.669,93	9,81%
2007	723.699,26	8,07%
2008	833.566,34	15,18%

2.2 Comissões Parlamentares

A reforma do Regimento da Assembleia da República, que entrou em vigor em Setembro de 2007, em conjunto com a alteração do elenco das comissões, que teve lugar em Outubro de 2007, impôs múltiplas alterações ao funcionamento das comissões parlamentares e às bases de dados internas que servem de suporte à actividade destas. Assim, ao longo de 2008, funcionaram as seguintes Comissões Parlamentares Permanentes:

- 1.ª Comissão - Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;
- 2.ª Comissão - Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas;
- 3.ª Comissão - Comissão de Defesa Nacional;
- 4.ª Comissão - Comissão de Assuntos Europeus;
- 5.ª Comissão - Comissão de Orçamento e Finanças;
- 6.ª Comissão - Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional;
- 7.ª Comissão - Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território;
- 8.ª Comissão - Comissão de Educação e Ciência;
- 9.ª Comissão - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
- 10.ª Comissão - Comissão de Saúde;
- 11.ª Comissão - Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública;
- 12.ª Comissão - Comissão de Ética, Sociedade e Cultura.

Ao longo de 2008, funcionaram ainda duas **COMISSÕES EVENTUAIS**:

- Comissão Eventual Para o Acompanhamento das Questões Energéticas;
- Comissão Eventual de Acompanhamento e Avaliação da Política Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Assim como duas **COMISSÕES DE INQUÉRITO**:

- Comissão de Inquérito Parlamentar ao Exercício da Supervisão dos Sistemas Bancário, Segurador e de Mercado de Capitais;
- Comissão de Inquérito sobre a Situação que Levou à Nacionalização do BPN e sobre a Supervisão Bancária Inerente.

No seguimento da política de aproximação ao cidadão iniciada em 2006, as Comissões Parlamentares realizaram vários eventos, num total de 35, destacando-se os seminários e conferências, nacionais e internacionais, a cerimónia de entrega do Prémio dos Direitos Humanos, bem como diversas audições públicas e visitas.

2.3 Diplomacia Parlamentar

No domínio das Organizações Internacionais das quais a Assembleia da República é membro e



no âmbito das relações com outros parlamentos nacionais, a Assembleia da República participou, por intermédio das suas representações permanentes e/ou extraordinárias, em diversas reuniões internacionais.

Previamente ao elenco do conjunto de actividades que desenvolveram no ano de 2008, devem assinalar-se os eventos de maior importância deste ano, como foram a Conferência dos Presidentes de Parlamentos da União Europeia (UE) e a participação de várias delegações da Assembleia da República em organizações parlamentares internacionais.

Na sequência da Presidência Portuguesa da UE, que ocorreu durante o 2º semestre de 2007, realizou-se em Junho de 2008, na Sala do Senado, a Conferência dos Presidentes de Parlamentos Nacionais da União Europeia, do Parlamento Europeu e dos Países candidatos à adesão à UE.

A Conferência teve uma elevada participação de Presidentes de Parlamentos, registando algumas inovações ao nível do formato e dos temas discutidos, bem como de documentos aprovados, constituindo um ponto de viragem no decurso das mesmas.

Por outro lado, durante 2008, a elevada actividade das Delegações da Assembleia da República a organizações parlamentares internacionais teve efeitos directos ao nível do exercício de cargos, por Deputados portugueses, nas mesmas. Assim:

- O Deputado João Soares foi eleito Presidente da Assembleia Parlamentar da OSCE
- O Deputado José Junqueiro foi eleito Vice-Presidente da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM) e Presidente da sua Comissão de Cooperação Política e de Segurança
- O Deputado Alberto Antunes foi eleito Presidente da Comissão de Cultura da APEM
- O Deputado Vera Jardim manteve, durante este ano, as Vice-Presidências da APCE e da AUEO, tendo sido reeleito para futuras Sessões.
- O Deputado José Lello exerceu até Novembro de 2008, o cargo de Presidente da APNATO.

O desempenho destes cargos contribuiu para a realização de um maior número de reuniões destas organizações em Portugal, bem como levou a que os Deputados da Assembleia da República passassem a ter um papel mais relevante na orientação política das mesmas.

2.3.1. No âmbito da **União Interparlamentar (UIP)** verificaram-se 9 deslocações, destacando-se a 118ª Assembleia da União Interparlamentar (13 e 18 de Abril), que centrou os seus trabalhos, no Plenário e nas Comissões Permanentes, nos seguintes temas:

- O papel dos parlamentos na procura do equilíbrio entre a segurança nacional, a segurança humana e as liberdades individuais;
- A prevenção das ameaças à Democracia;
- A fiscalização parlamentar das políticas governamentais em matéria de ajuda externa;
- Os trabalhadores migrantes, o tráfico de seres humanos, a xenofobia e os direitos humanos.

A 119ª Assembleia - 13 a 15 de Outubro - debateu a promoção da não-proliferação e do desarmamento nuclear, as alterações climáticas, modelos de desenvolvimento sustentável e energias renováveis e a liberdade de expressão e o direito à informação.

As deslocações feitas no âmbito da UIP foram distribuídas da seguinte forma:

Quadro 8 – Reuniões (UIP)

Reuniões (UIP)	N.º deslocações
118ª Assembleia da União Interparlamentar	8
119ª Assembleia da União Interparlamentar	8
Fórum Parlamentar e Fórum de Viena sobre "Combate ao tráfico de seres humanos"	2
Reunião Parlamentar por ocasião da 52ª sessão da Comissão das NU	2
Reunião Internacional de Washington sobre Energias Renováveis	2
Sessão anual da Conferência Parlamentar da OMC	2
6º Seminário de Informação sobre os parlamentos e a CEDAW	2
Audição Parlamentar 2008 da 63ª Sessão da Assembleia Geral das NU	2
Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento	1
Seminário Regional sobre "Elaborar um quadro de protecção da criança"	1

De referir que, em paralelo com as Assembleias da UIP, decorreram as reuniões da Associação dos Secretários Gerais dos Parlamentos (ASGP), de que é membro a Secretária-Geral da Assembleia da República, que integra o respectivo Comité Executivo, na qualidade de antigo Presidente desta Associação.

2.3.2. No que respeita à **Assembleia Interparlamentar do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa (AI FPLP)**, e não tendo sido organizado o Fórum anual, realizaram-se os seguintes eventos, no âmbito da Rede de Mulheres Parlamentares do FPLP:

- Reunião, na Assembleia da República, da Presidente da Rede de Mulheres Parlamentares do FPLP, Deputada Martina Moniz, Vice-Presidente da Assembleia Nacional de Cabo-Verde com as Deputadas da AR Maria Rosário Carneiro e Matilde

Sousa Franco, para preparação das acções a realizar em 2008, no quadro do II Plano de Acção para 2007-2008;

- Seminário de Formação na Assembleia da República nos dias 13 e 14 de Maio, destinado a Deputadas da Rede de Mulheres Parlamentares do FPLP, no quadro do II Plano de Acção para 2007-2008.

2.3.3. No âmbito da **Assembleia Parlamentar da NATO (APNATO)**, e no decurso de 2008, os principais assuntos tratados nesta organização foram a situação na Geórgia, a possibilidade de alargamento da organização a este Estado e à Ucrânia, a participação da Nato nas operações com o Afeganistão, as relações transatlânticas e com a Rússia, a situação económica e mundial e o terrorismo.

Deve, ainda, referir-se que o Deputado José Lello concluiu, em Novembro de 2008, o seu mandato de 2 anos como Presidente da Assembleia Parlamentar da NATO.

No âmbito da APNATO, realizaram-se 69 deslocações distribuídas da seguinte forma:

Quadro 9 – Reuniões (APNATO)

Reuniões (APNATO)	N.º deslocações
Comissão de Defesa e Segurança	4
Reunião conjunta da Comissão de Defesa e Segurança, Comissão Política e Comissão de Economia e Segurança	5
Reunião da Comissão de Economia e Segurança na OCDE	1
68º Seminário "Rose-Roth"	3
Comissão Permanente	3
Visita Presidencial	3
Subcomissão para a Governação Democrática	1
Subcomissão para a Parceria da NATO	2
Seminário "Estabilizar o Afeganistão, desenvolver a segurança e assegurar o desenvolvimento"	3
Visita conjunta da Comissão da Dimensão Civil da Segurança e Subcomissão para o Futuro das Capacidades de Defesa e Segurança	2
Reunião do Conselho Interparlamentar Ucrânia-NATO	1
Subcomissão para a Cooperação Transatlântica em Matéria de Defesa e Segurança	1
Subcomissão sobre a segurança energética e ambiental	1
Sessão Plenária da Primavera	9
Subcomissão para as Relações Transatlânticas	3
69º Seminário "Rose-Roth"	2
Reunião conjunta da Comissão de Economia e Segurança e Subcomissão para a Cooperação e a Convergência Leste-Oeste	2
Grupo Especial para o Mediterrâneo	2

Reuniões (APNATO)	N.º deslocações
Reunião conjunta da Comissão da Ciência e Tecnologia e Subcomissão sobre a Segurança Energética Ambiental	2
Reunião dos Presidentes Membros do Bureau e Presidentes das Comissões	2
Seminário do Grupo Especial do Mediterrâneo e Meio Oriente	3
Reunião conjunta da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Subcomissão sobre a Cooperação e a Convergência Leste-Oeste	1
54ª Sessão Plenária Anual	11
Fórum Parlamentar Transatlântico	2

2.3.4. No âmbito da delegação da **Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE)**, destacam-se os seguintes grandes temas debatidos ao longo do ano:

- Linhas de orientação processuais sobre os direitos e deveres da oposição num Parlamento democrático
- Desenvolvimentos relativos ao futuro estatuto do Kosovo
- Aquecimento global e desastres ecológicos
- Protecção do Ambiente na região do Ártico
- Listas negras do Conselho de Segurança da Nações Unidas e da União Europeia
- Reforço da cooperação com os Países do Magreb
- A situação nas Repúblicas da Ásia Central
- A necessidade de preservar o Modelo Desportivo Desaparecimento de recém-nascidos para adopção ilegal na Europa
- Projecto de protocolo adicional à convenção sobre os Direitos Humanos e a Biomedicina no que diz respeito aos testes genéticos para fins de saúde
- Cooperação transfronteiriça
- Videovigilância em áreas públicas
- As comunidades muçulmanas face ao extremismo Acesso a um aborto sem risco e legal, na Europa
- Suicídio das crianças e adolescentes na Europa: um grave problema de saúde pública
- Adesão da União Europeia/Comunidade Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem
- Promoção do ensino das literaturas europeias
- A imigração proveniente da África Subsariana
- Desenvolvimento sustentável e turismo: com vista a um crescimento qualitativo
- A luta contra os atentados ao ambiente no Mar do Norte
- Reforçar a autonomia das mulheres numa sociedade moderna e multicultural

- O Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD): parceiro catalisador da mudança nos países em transição (Relator da Comissão de Assuntos Económicos e do Desenvolvimento: Deputado Maximiano Martins (PS))
- A situação da democracia na Europa
- Os desafios específicos das democracias europeias: o caso da diversidade e das migrações;
- Medidas com vista a melhorar a participação democrática dos migrantes;
- Funcionamento das instituições democráticas na Europa e evolução do processo de acompanhamento da Assembleia.
- Debate de política geral sobre a situação na China
- Prevenir a primeira das violências feitas às crianças: o abandono à nascença
- A situação em Chipre
- A OCDE e a economia mundial
- Actualização da agenda do Conselho da Europa em matéria de juventude
- Combate à violência doméstica contra as mulheres: para uma Convenção do Conselho da Europa
- Indicadores para os media numa democracia
- Promoção de uma cultura de Democracia e Direitos Humanos através da educação de professores

O total de deslocações efectuadas no âmbito da Delegação Parlamentar Portuguesa à APCE foi de 96² distribuídas da seguinte forma:

Quadro 10 – Reuniões (APCE)

Reuniões (APCE)	Nº deslocações
1ª Parte da Sessão Ordinária de 2008 (Plenária) ³	12
2ª Parte da Sessão Ordinária de 2008 (Plenária) ³	9
3ª Parte da Sessão Ordinária de 2008 (Plenária) ³	9
4ª Parte da Sessão Ordinária de 2008 (Plenária) ³	11
Comissão dos Assuntos Políticos	3
Comissão dos Assuntos Jurídicos e dos Direitos do Homem	2
Comissão dos Assuntos Económicos e do Desenvolvimento	10
Comissão dos Assuntos Sociais, Saúde e Família	12
Comissão das Migrações, Refugiados e População	4
Comissão da Cultura, Ciência e Educação	13
Comissão do Ambiente, Agricultura e Assuntos Territoriais	4
Comissão sobre a Igualdade de Oportunidades para as Mulheres e Homens	7

² Não há coincidência entre o número total de deslocações e a sua distribuição pelas Sessões Plenárias e Reuniões das Comissões uma vez que, em mais de uma situação, a mesma deslocação se refere à participação em mais de uma reunião, incluindo 6 reuniões da AUEO.

³ Inclui reuniões de comissões, subcomissões e grupos políticos não contempladas nos outros pontos.

Reuniões (APCE)	Nº deslocações
Comissão para o para Respeito das Obrigações e Compromissos dos Estados Membros do Conselho da Europa (Comissão de Acompanhamento)	3
Missões de Observação de Eleições	3
Conferências, Colóquios e outros	9

Deve ainda destacar-se, no âmbito das actividades da APCE:

- Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, Saúde e Família da APCE na Assembleia da República;
- Visita de Estudo de Deputados e Funcionários da Assembleia Nacional da República da Sérvia organizada pelo Gabinete da APCE em Belgrado, visita esta que coincidiu com a Visita Oficial a Portugal da Presidente do Parlamento Sérvio, Slavica Djukić Dejanović.

2.3.5. No âmbito da **Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica (APEM)** refira-se que O Presidente da delegação parlamentar portuguesa, Deputado Alberto Antunes, foi eleito, para um período de dois anos, Presidente da Comissão para a Promoção da Qualidade de Vida e Intercâmbios Humanos e da Cultura da APEM, na reunião constitutiva que teve lugar na Assembleia da República, em 18 de Julho de 2008.

No âmbito da APEM verificaram-se 14 deslocações, destacando-se a 4ª Sessão Plenária em Atenas, durante a qual os membros da APEM declaram o seu firme empenhamento no reforço da dimensão parlamentar do Processo de Barcelona e no cumprimento dos seus objectivos, bem como sublinharam o seu empenhamento em reforçar o papel da Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica, enquanto instituição parlamentar do Processo de Barcelona, que contribuirá para o estabelecimento de relações operacionais entre a APEM e a Parceria Euro-Mediterrânica.

Teve ainda lugar uma Sessão Plenária Extraordinária, realizada em Amã, destinada a debater dois temas: “Processo de Paz no Médio Oriente” e “O papel da APEM enquanto dimensão parlamentar do novo quadro do Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo”.

No âmbito da APEM verificaram-se as seguintes reuniões que deram lugar a 14 deslocações:

Quadro 11 – Reuniões (APEM)

Reuniões(APEM)	Nº deslocações
4ª Sessão Plenária da Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica	3
Comissão Económica, Financeira dos Assuntos Sociais e da Educação	4
Comissão Política, de Segurança e dos Direitos Humanos	2
Comissão para a Promoção da Qualidade de Vida e Intercâmbios Humanos e da Cultura	1
Reunião do Bureau da APEM	1
Comissão <i>ad hoc</i> sobre Energia e Ambiente	3

2.3.6. No contexto da **Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)**, o Deputado João Soares, Presidente da Delegação portuguesa, foi eleito Presidente da AP OSCE. Esta eleição teve lugar em Astana, Cazaquistão, aquando da realização da 17ª Sessão Anual.

O tema escolhido para esta reunião plenária foi a "Transparência na OSCE". Este tema, que também foi discutido na 7ª Sessão de Inverno, foi objecto de três resoluções e relatórios. Foram ainda aprovadas resoluções sobre os seguintes temas: Ambiente de Segurança na Geórgia; Afeganistão; Ciber-segurança; Proibição de Munições de Fragmentação na área OSCE; Área de Comércio Livre no Mediterrâneo; Alargar o Comércio entre a Europa e a América do Norte; Gestão de Água na Área OSCE; Encorajar a Transparência nas Industrias Extractivas; Transporte ilícito de Armas Pequenas e Ligeiras e suas munições; Chernobil; Apela à adopção dos Compromissos do Clube de Paris sobre "Vulture Funds" (Fundos Abutre); Combate à Exploração Sexual de Crianças; Violência Contra as Mulheres; Reconhecer os Contributos Económicos, Sociais e Cívicos do Emigrantes; O "Holodomor" de 1932-1933 na Ucrânia; Reforçar as medidas para o combate ao tráfico de seres humanos; Combate ao anti-semitismo; e Missões de Observação Eleitoral.

Durante as Reuniões de Outono teve lugar o Fórum do Mediterrâneo e uma Conferência Parlamentar sobre o tema "A OSCE num Mundo Aberto: Comércio, Segurança e Migrações".

Duas das missões de observação eleitoral da AP OSCE (eleições parlamentares na Geórgia e eleições parlamentares e presidenciais nos Estados Unidos da América) foram chefiadas pelo Presidente da Delegação portuguesa que, na sua qualidade de Presidente desta Organização, efectuou ainda visitas oficiais à Rússia e à Grécia.

As 56 deslocações realizadas no âmbito da Assembleia Parlamentar da OSCE distribuíram-se da seguinte forma:

Quadro 12 – Reuniões (OSCE)

Reuniões (OSCE)	N.º Deslocações
Missão de Observação das Eleições na Geórgia	2
7ª Sessão de Inverno	8
Bureau	2
Visita a Marrocos e à Tunísia	1
Missão de Observação das Eleições na Sérvia	1
Missão de Observação das Eleições na Geórgia	3
Reunião do Grupo de Trabalho com a AP da Comunidade de Estados Independentes	1
17ª Sessão Anual	8
Reuniões no Secretariado Internacional	2
Visita à Rússia	2

Reuniões (OSCE)	N.º Deslocações
Reuniões de Outono	9
Seminário sobre as Eleições norte-americanas	3
Missão de Observação das Eleições na Bielorrússia	2
Encontro da Implementação da Dimensão Humana	2
Missão de Observação das Eleições nos EUA	3
Conselho Permanente da OSCE	2
Sessão Plenária da AP NATO	1
Visita à Grécia	2
Bureau da AP e Conselho Ministerial da OSCE	2

Ainda no plano das relações internacionais bilaterais patrocinadas pela AP OSCE, salientam-se as seguintes visitas:

iniciativa patrocinada pela Missão da OSCE na **Albânia**

- Uma Delegação de 5 Deputados albaneses da Comissão de Integração Europeia efectuou uma visita de trabalho à AR;
- Uma Assessora da Comissão de Assuntos Europeus participou num Seminário sobre integração europeia, para Deputados albaneses e montenegrinos, que decorreu em Tirana;
- O Secretário-Geral, o Director do Gabinete do Presidente e quatro Directores do Parlamento albanês efectuaram uma visita de estudo à AR.

Iniciativa patrocinada pela Missão da OSCE no **Kosovo**

- Visita de uma Delegação composta pelos líderes parlamentares da Assembleia do Kosovo à Assembleia da República.

2.3.7. No quadro da **Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental (UEO)**, no ano de 2008, foram debatidos, entre outros, os seguintes temas:

- 2008: um ano decisivo para os Balcãs Ocidentais
- A missão da União Europeia no Chade: EUROFOR TCHAD/RCA
- Aquisição de Equipamentos de Defesa na Europa
- Veículos Aéreos Não Tripulados : programas europeus
- Sistemas espaciais para a segurança europeia: GMES e Galileo
- Desenvolvimentos Políticos no Afeganistão e no Paquistão
- Desenvolvimentos Políticos no Afeganistão e no Paquistão
- A Política de Defesa da Rússia
- Avaliação do impacto dos conflitos armados no ambiente
- Cooperação Parlamentar para a segurança na região do Mar Negro

- Cadeias de Comando Operacionais da União Europeia
- Uma estratégia de Segurança e de Defesa comum para a Europa
- Actividades terroristas na fronteira entre a Turquia e o Iraque
- Cooperação espacial europeia em matéria de Segurança e Defesa: o sistema multinacional de imagens espaciais MUSIS
- A segurança europeia após a guerra na Geórgia
- O papel dos Parlamentos no reconhecimento do Kosovo.

O total das 24⁴ deslocações efectuadas no âmbito da AUEO foi o seguinte:

Quadro 13 – Reuniões (AUEO)

Reuniões (AUEO)	Nº deslocações
54ª Sessão da AUEO (Plenária) ⁵	9
55ª Sessão da AUEO (Plenária) ⁵	7
Comité de Presidentes	2
Comissão Permanente	1
Comissão de Defesa	3
Comissão Política	2
Reunião Conjunta do Conselho Permanente da UEO com o COPS/UE	1
Conferência "As escolhas estratégicas para a Segurança Europeia"	1
Colóquio "2008: um ano decisivo para os Balcãs Ocidentais"	1
Visita ao Quartel-general da NATO e SHAPE	3

O Presidente da Delegação da AR, Deputado José Vera Jardim, desempenhou o cargo de Vice-Presidente da AUEO durante as 54ª e 55ª Sessões da AUEO, tendo sido, no decurso da 55ª Sessão, reeleito para o mesmo cargo que deverá desempenhar durante as 56ª e 57ª Sessões, a ter lugar em 2009.

2.3.8. No âmbito das actividades desenvolvidas pela **Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM)** verificaram-se oito deslocações dos membros da Delegação da Assembleia da República à APM para participarem nas reuniões listadas na tabela abaixo.

Dessas reuniões destaca-se a Terceira Sessão Plenária que decorreu em Novembro, no Mónaco, e na qual o Deputado José Junqueiro, Presidente da Delegação portuguesa, foi eleito Vice-Presidente da APM e Presidente da I Comissão Permanente – Cooperação Política e Segurança. Para ambos os cargos obteve a unanimidade dos votos do Plenário. No final desta

⁴ Não há coincidência entre o número total de deslocações e a sua distribuição pelas Sessões Plenárias e Reuniões das Comissões uma vez que, em mais de uma situação, a mesma deslocação se refere à participação em mais de uma reunião.

⁵ Inclui reuniões de comissões, subcomissões e grupos políticos não contemplados nos outros pontos.

Sessão Plenária foram distinguidos os membros das delegações parlamentares que se destacaram pelo seu trabalho e empenho na APM. Entre os distinguidos estiveram dois Deputados portugueses: José Junqueiro e Sónia Sanfona.

Durante o ano 2008 foram efectuadas as seguintes 20 deslocações:

Quadro 14 – Reuniões (APM)

Reuniões (APM)	Nº deslocações
Terceira Sessão Plenária	4
Reunião das Três Comissões Permanentes	5
Grupo Especial de Trabalho sobre Gestão Integrada de Recursos	3
Grupos Especiais de Trabalho sobre Diálogo entre Religiões e sobre Migrações	1
Grupo Especial de Trabalho sobre Energia	2
II Comissão Permanente e Grupo Especial de Trabalho sobre Comércio Livre no	1
I Comissão Permanente e Comité <i>Ad hoc</i> sobre Matérias Regionais – o Médio	2
III Comissão Permanente	2

2.3.9. No âmbito do **Fórum Parlamentar Ibero-americano (FPIA)**, realizou-se o IV Fórum daquela organização em El Salvador, tendo a Delegação da AR, chefiada pelo Presidente Jaime Gama, participado com 6 Deputados, uma vez que Portugal assume a Presidência deste Fórum em 2009.

2.3.10. No âmbito das deslocações ao estrangeiro realizadas pelo **Presidente da Assembleia da República** durante o ano de 2008, destacam-se as seguintes:

Visitas oficiais bilaterais:

- Japão
- Brasil
- Estados Unidos da América
- Cabo Verde

Na visita a Cabo Verde, o Presidente Jaime Gama assinou um Protocolo de Cooperação com o Presidentes da Assembleia Nacional de Cabo Verde, Aristides Raimundo Lima.

Além destas visitas, o Presidente da Assembleia da República participou, neste ano, nas seguintes conferências ou reuniões multilaterais:

- Encontro dos Presidentes do Trio de Presidências da União Europeia - Alemanha, Portugal e Eslovénia (Ljubljana)
- Conferência Europeia de Presidentes de Parlamentos do Conselho da Europa (Estrasburgo)
- IV Fórum Parlamentar Ibero-Americano (San Salvador), de que foi co-presidente

- Visita às Forças Nacionais destacadas no Afeganistão e no Líbano (Cabul e Beirute)
- Cerimónia de Lançamento do Primeiro Submarino da Nova Esquadilha da Marinha Portuguesa (Kiel, Alemanha)
- Homenagem ao Presidente do Congresso dos Deputados de Espanha, Manuel Marin, promovida pelo Fórum de Portugueses de Madrid (Madrid)
- Sessão de Abertura da Conferência "Ágora, El Debate Peninsular" (Badajoz)

Finalmente, esteve representado pelo Vice-Presidente da Assembleia da República, Deputado Nuno Melo, na Cerimónia de Comemoração do 50º Aniversário do Parlamento Europeu (Estrasburgo).

2.3.11 - No capítulo das **Deslocações Diversas** estão englobadas todas as deslocações que não estão integradas nas delegações parlamentares permanentes, anteriormente referidas. Contabiliza-se um total de 122 deslocações, entre Deputados e funcionários, conforme exposto no Quadro seguinte:

Quadro 15 – OUTRAS REUNIÕES REALIZADAS

Outras Deslocações Diversas	N
Debate sobre o "Tratado de Lisboa" (Vilnius)	1
Debate Interparlamentar subordinado aos temas "The Broad Economic Policy Guidelines: revision of the cycle: What challenges european and national economic policy?" e "European financial supervision, crisis management on financial markets" (Bruxelas)	2
Reunião de Presidentes das Comissões de Energia e de Ambiente dos Estados membros da UE, do PE e dos países candidatos (Ljubliana)	2
Reunião Interparlamentar sobre Energias Renováveis e Eficiência Energética (Bruxelas)	2
Encontro de "Parlamentares pela Paz" (Israel, Egípto, Palestina e Jordânia)	1
Visita Oficial do Grupo de Amizade à Coreia do Sul (Seul)	1
1º Troféu das Comunidades Portuguesas (St. Moritz)	1
Encontro do "European Friends of Israel" (Polónia)	1
"Parliaments for Peace" (Jerusalém, Telavive, Israel, Cairo, Egípto, Amman e Jordânia)	3
4º Encontro Parlamentar sobre a Estratégia de Lisboa (Bruxelas)	2
Reunião da Troika e de Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus dos Parlamentos Nacionais dos Estados-membros da UE e do PE para preparação da agenda da XXXIX COSAC (Ljubliana)	1
Seminário Parlamentar sobre mercados financeiros da OCDE (Paris)	2
Conferência dos Presidentes das Comissões de Defesa dos Estados-membros da União Europeia, do PE e dos Parlamentos dos Estados candidatos (Ljubliana)	1
II Fórum Europa-Ucrânia (Kiev)	1
Conferência sobre "O papel das mulheres no diálogo intercultural" (Bruxelas)	1
Conferência dos Presidentes das Comissões de Negócios Estrangeiros dos Parlamentos nacionais dos Estados-membros da UE, do PE e dos países candidatos (Ljubliana)	1
10ª Conferência Europeia dos Membros dos Parlamentos nacionais sobre tecnologias de informação e comunicação (EPRI) (Dublin)	2
Colóquio Paris-Berlim "Segurança colectiva e liberdades individuais" (Lyon)	1
Segundo "Brussels Tax Forum" subordinado ao tema "Taxation Policy: enhancing competitiveness and growth in a European Way" (Bruxelas)	1

Outras Deslocações Diversas	N
Reunião dos Presidentes das Comissões de Assuntos Culturais dos Parlamentos Nacionais da UE, dos Estados-membros, do PE e dos Parlamentos dos países candidatos (Ljubliana)	1
Conferência "Parliaments and Members of Parliaments in the Eyes of the Public and the Media – Frustration with Parliaments in Europe" (Budapeste)	2
6º Fórum Europeu "Global Parliamentarians on Habitat" (Bucareste)	2
1ª Cimeira Parlamentar Internacional para a construção da Carta do Ambiente para a América Latina, Caraíbas, Aquecimento Global e Alterações Climáticas (Caracas)	2
XXXIX COSAC (Bled, Eslovénia)	6
4º Fórum Económico Europa-Rússia (Roma)	2
Primeira Conferência Interparlamentar dos Grupo Parlamentares de Amizade do Parlamento da Ucrânia e dos Parlamentos dos Estados-membros da União Europeia (Kiev)	1
Fórum "Shaping the Information Society: the role of Parliaments and Legislators" (Genebra)	2
Reunião Parlamentar Mista sobre os Balcãs Ocidentais (Bruxelas)	2
9ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre a diversidade Biológica das Nações Unidas (Bona)	2
Reunião de Presidentes das Comissões de Agricultura (Ljubliana)	1
97ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho (Genebra)	5
5ª Reunião do Partenariado Ásia-Europa (Pequim)	1
Reunião Anual dos Presidentes das Comissões de Orçamento dos Parlamentos nacionais da UE e do PE	1
Reunião Interparlamentar sobre Direitos Humanos do PE (Bruxelas)	1
Conferência das Comissões Parlamentares para a Igualdade de Oportunidades das Mulheres e dos Homens da UE (Paris)	1
Reunião conjunta da Comissão de Negócios Estrangeiros do PE com as Comissões de Negócios Estrangeiros e de Defesa dos Parlamentos nacionais dos Estados-membros da UE (Bruxelas)	1
Comemorações do Dia da Independência (GPA) (Califórnia)	1
Reunião da Troika e Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus para preparação da agenda da XL	1
Reunião de Transportes e Desenvolvimento Sustentável (Paris)	1
Reunião dos Presidentes das Comissões dos Assuntos Sociais (Paris)	1
Reunião de Parlamentares Ibero-americanos vinculados ao tema da cultura, 3º. Fórum Nacional de Museus e 2º. Encontro Ibero-Americano (Florianópolis)	1
Cerimónia de Lançamento do Primeiro Submarino da Nova Esquadilha da Marinha Portuguesa (Kiel)	3
Reunião da Organização para a proibição das armas químicas (OPWC) (Buenos Aires)	1
"Parliamentary Forum on Sustainable Development and Aid Effectiveness" AWEPA (Nairobi)	1
Sexta Conferência de Verão sobre Defesa (Saint-Malo, França)	2
"XVIII Economic Forum" (Krynica)	2
Reunião Interparlamentar sobre Migrações e Integração (Bruxelas)	2
Conferência dos Presidentes das Comissões de Justiça e Assuntos Internos dos Parlamentos Nacionais e do Parlamento Europeu (Paris)	1
Reunião dos Presidentes das Comissões de Finanças dos Parlamentos Nacionais (Paris)	1
Reunião dos Presidentes das Comissões Parlamentares e do P.E, sobre "Ciência, Sociedade e Parlamentos"	1
Seminário Parlamentar de Alto Nível sobre Alterações Climáticas da OCDE (Paris)	2
Deslocação à Coreia do Sul a convite da "Korea Foundation" e pelo "National Strategy Institute" no âmbito do GPA Portugal/Coreia (Seul)	1
Acompanhamento de Eleições Presidenciais nos EUA, inserido no Programa "I – Vote 2008 – International Visitors Observe the Election" (E.U.A.)	1
Observadores Oficiais às Eleições Presidenciais no Azerbaijão (Azerbaijão)	4
IX Conferência Interparlamentar Europeia do Espaço (Praga)	2

Outras Deslocações Diversas	N
Conferência dos Presidentes das Comissões de Defesa dos Estados-membros da UE, do PE e dos Parlamentos dos Estados candidatos (Paris)	1
30º. Fórum Parlamentar Anual da PGA (Parliamentarians for Global Action) (Santo Domingo)	1
Reunião conjunta entre Comissões de Agricultura dos Parlamentos Nacionais e do PE (Bruxelas)	2
XL COSAC (Paris)	5
8ª Reunião Interparlamentar sobre energias renováveis e eficiência energética (Budapeste)	1
Conferência "Les parlements mobilisés pour l'eau" (Estrasburgo)	2
Reunião conjunta entre Comissões de Agricultura dos Parlamentos Nacionais e do PE (Bruxelas)	1
Congresso Ibérico de Desenvolvimento Rural Sustentável (Mérida)	2
8ª Conferência Anual da Rede Parlamentar do Banco Mundial (PNoWB) (Paris)	1
Reunião Interparlamentar sobre Energia e Desenvolvimento Sustentável (Estrasburgo)	4
Conferência Internacional de Biocombustíveis: os biocombustíveis como vector do desenvolvimento	2
Visita de Estudo "Tanzania Malaria Research Study Tour" (GPPSPD) (Tanzânia)	2
"World e-Parliament Conference 2008" (Bruxelas)	1
Fórum sobre a Cooperação Judiciária em matéria civil – Parlamento Europeu (Bruxelas)	2
XXXIV Congresso Nacional da APAVT (Macau)	2
Reunião conjunta sobre Educação e Cultura promovida pelo P.E. e pela presidência francesa da U.E. (Bruxelas)	1
14ª Conferência das Partes da ONU sobre Convenção das Alterações Climáticas (Poznan)	3

Constam do quadro seguinte alguns indicadores relativos a deslocações ao estrangeiro cuja contabilização se encontra distribuída por várias actividades.

Quadro 16 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO

Unidade: Euro

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
N.º de deslocações	468	394	351	452	442	451
Despesa assumida	1.647.382	1.189.380	993.780	1.621.947	1.699.240	1.728.664
Despesa/deslocação	2.751	3.520	3.019	2.831	3.588	3.833

Importa referir que a despesa com as deslocações ocorridas em 2008 inclui ajudas de custo, alojamento e transportes, reflectindo o número de viagens, que aumentou 2,0% em relação a 2007, realçando-se, contudo, o facto das despesas inerentes traduzirem um acréscimo médio de apenas 1,7%, não obstante o acentuado aumento de custos de viagem verificados mormente no decurso do 1º semestre do ano, particularmente no que respeita aos transportes aéreos.

2.4 Grupos Parlamentares de Amizade

No ano de 2008 foi constituído o Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Cabo Verde. Das actividades destes e outros Grupos criados durante a presente Legislatura, perfazendo um total de 30, resultou um conjunto de 73 reuniões, expressas na seguinte listagem:

- Portugal/Alemanha – 1 reunião
- Portugal/ Angola – 4 reuniões
- Portugal/Argentina – 6 reuniões
- Portugal/Brasil – 3 reuniões
- Portugal / Cabo Verde – 1 reunião
- Portugal/Canadá – 5 reuniões
- Portugal/China – 3 reuniões
- Portugal/Coreia do Sul – 2 reuniões
- Portugal / Cuba – 8 reuniões
- Portugal/Espanha – 1 reunião
- Portugal/Estados Unidos da América – 4 reuniões
- Portugal/França – 2 reuniões
- Portugal/Israel – 9 reuniões
- Portugal/Itália – 1 reunião
- Portugal/Indonésia – 1 reunião
- Portugal/Japão – 1 reunião
- Portugal/México – 2 reuniões
- Portugal/Paquistão – 1 reunião
- Portugal/Timor-Leste – 1 reunião
- Portugal/Ucrânia – 3 reuniões
- Portugal/Uruguai – 2 reuniões
- Grupo de Parlamentares conexo com a UNESCO – 8 reuniões
- Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento – 4 reuniões

EVOLUÇÃO DOS GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE	2005	2006	2007	2008
Nº DE GRUPOS EXISTENTES	6	21	29	30
Nº DE REUNIÕES REALIZADAS	-	39	82	73

2.5 Recepção de Delegações e de Entidades Oficiais, Cerimónias e outras Reuniões

2.5.1. No plano das relações externas assegurou-se a organização de reuniões e conferências promovidas pelo Presidente da Assembleia da República, pelas Comissões Parlamentares,



pelas Delegações da AR a organizações parlamentares internacionais ou por entidades exteriores, com o patrocínio da Assembleia da República.

No plano das **relações internacionais multilaterais**, destacam-se, assim, as seguintes cerimónias e reuniões:

- Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE e Países Candidatos
- Reunião da Troika dos Secretários-Gerais dos Parlamentos da União Europeia no âmbito da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos dos Estados Membros da UE
- Reunião dos Secretários-Gerais dos Parlamentos da UE e Países Candidatos
- Reunião do Grupo de Trabalho “Cooperação Interparlamentar”, constituído no âmbito da preparação da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos dos Estados Membros da UE e Países Candidatos
- Conferência Internacional “Guerra Peninsular, Soberanias Atlânticas, novas instituições” da iniciativa da Comissão de Defesa Nacional
- Conferência Internacional sobre “O acordo ortográfico da língua portuguesa” da iniciativa da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura
- IV Conferência das Comissões Parlamentares de Fiscalização dos Serviços de Informação e Segurança dos Estados Membros da União Europeia, da iniciativa do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa
- Conferência Internacional sobre “Política Externa Portuguesa e as Novas Dinâmicas Internacionais” da iniciativa da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
- Conferência Interparlamentar de Lisboa sobre “Uma política europeia para a segurança rodoviária”, da iniciativa da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações e da Subcomissão de Segurança Rodoviária
- Conferência Internacional sobre Água, da iniciativa da Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território
- Conferência da iniciativa da Comissão de Defesa Nacional sobre “Afeganistão – o grande desafio operacional da NATO” com o General Egon Ramms (Comandante do Allied Joint Force Command)
- Conferência Internacional sobre “O PENT e o Turismo sustentável e competitivo” da iniciativa da Sub-comissão de Turismo
- Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, Saúde e Família da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa – APCE
- Reunião da Comissão de Defesa Nacional com os Adidos Militares dos Países com representação diplomática em Portugal
- Reunião Constitutiva da Comissão para a Promoção da Qualidade de Vida, Intercâmbios Humanos e da Cultura da APEM
- Colóquio Internacional “Tarrafal uma prisão, dois continentes”

- Seminário Internacional de apresentação de dados na Assembleia da República sobre “Os Deputados portugueses em perspectiva comparada: eleições, liderança e representação política” – CIES-ISCTE
- Apresentação pública do Relatório das Nações Unidas sobre o Estado da População Mundial 2008 – Construindo Consensos
- Seminário de formação política de Deputados dos Parlamentos de Língua Portuguesa
- Conferência Internacional “Alterações Climáticas e Segurança Energética” da iniciativa da Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território
- Encontro da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas com os Embaixadores dos Países da CPLP
- Encontro Interparlamentar de quadros de apoio ao processo legislativo dos Países de Língua Portuguesa
- Visita do Presidente do Tribunal de Contas Europeu

2.5.2. No plano das **relações internacionais bilaterais**, salientam-se as seguintes visitas oficiais, cerimónias e reuniões:

- Visita do Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, Francisco Benante
- Visita do Presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste, Fernando “La Sama” de Araújo
- Visita do Presidente do Conselho dos Representantes do Povo da Indonésia, Agung Laksono
- Visita do Presidente da Câmara de Deputados do Brasil, Artindo Chinaglia
- Visita do Presidente da Câmara dos Representantes do Reino de Marrocos, Mustapha Mansouri
- Visita do Presidente do Parlamento da Ucrânia, Arseniy Yatseniuk
- Visita do Presidente do Senado da Austrália, Alan Ferguson
- Visita do Presidente do Parlamento Europeu, Hans-Gert Pöttering
- Visita do Presidente do Conselho Consultivo do Reino da Arábia Saudita, Sheikh Mohammad Bin Humaid
- Visita do Presidente da Assembleia Nacional da Sérvia, Slavica Djukic Dejanovic
- Visita do Presidente do Congresso dos Deputados de Espanha, José Bono Martinez
- Visita do Presidente da Câmara dos Comuns de Chipre, Marios Garoyian
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Primeiro-Ministro de S. Tomé e Príncipe, Patrice Trovoada
- Cerimónia de Boas-Vindas a Suas Majestades os Reis da Suécia
- Cerimónia de Boas-Vindas a Suas Majestades os Reis da Noruega
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República de Cabo Verde, Pedro Pires
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República de Malta, Edward Fenech-Adami
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República da Ucrânia, Viktor Yushenko
- Cerimónia de Boas-Vindas ao Primeiro-Ministro da República Democrática de Timor-Leste, Xanana Gusmão
- Visita do Primeiro Vice-Presidente da Conferência Consultiva do Povo Chinês, Wang Gang

- Reunião da Comissão de Assuntos Europeus com a sua congénere albanesa
- Reunião da Comissão de Defesa Nacional com Alunos do Advanced Command and Staff Course da Defense Academy do Reino Unido
- Visita de uma Delegação de Deputados da Comissão de Saúde, Ambiente, Acção Social, Emprego, Antigos Combatentes, Família, Infância e Promoção da Mulher da Assembleia Nacional de Angola
- Visita do Presidente da Comissão de Segurança Nacional e dos Negócios Estrangeiros da Assembleia Consultiva da República Islâmica do Irão
- Reunião da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública com a Presidente e Deputados da Comissão de Assuntos Sociais do Parlamento Federado de Baden-Württemberg
- Visita da Comissão de Trabalho do Parlamento Alemão e Reunião com a sua congénere portuguesa
- Visita de uma Delegação da Comissão de Administração Pública e Desenvolvimento Regional do Conselho Nacional da Eslováquia
- Visita de uma Delegação da Comissão Permanente para o Trabalho do Gabinete da Câmara de Deputados do Parlamento da República Checa e Reunião com o Conselho de Administração
- Audiência do Vice-Presidente da Comissão de Defesa Nacional com o Secretário de Estado de Defesa da Sérvia
- Visita de Estudo de Deputados da Assembleia Nacional de Cabo Verde
- Visita de uma Delegação Parlamentar do Congresso Nacional do Chile
- Visita de uma Delegação Tailandesa
- Visita de uma Delegação da Assembleia do Kosovo
- Visita de uma Delegação da Assembleia Nacional da Nigéria
- Visita de uma Delegação de Deputados da Assembleia Nacional de Angola
- Visita de uma Delegação da Assembleia da República de Moçambique
- Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Irão e reunião com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
- Visita de uma Delegação da Comissão de Agricultura de Timor-Leste
- Visita de uma Delegação da Comissão de Negócios Estrangeiros, Defesa e Segurança Nacionais do Parlamento Nacional de Timor-Leste
- Reunião da Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território com a Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território do Estado da Vestfália
- Reunião do Presidente da Delegação Portuguesa à Assembleia Parlamentar da OSCE com o Congressista Norte Americano Alcee Hastings
- Visita do Secretário-Geral e de funcionários do Parlamento Federal Alemão (Bundestag)
- Visita do Secretário-Geral da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau
- Visita do Secretário-Geral do Parlamento da Albânia

- Visita do Secretário-Geral de S. Tomé e Príncipe
- Visita de Don Page, Parlamento of New South Wales, Assembleia Legislativa da Austrália
- Visita do Conselho Consultivo de Administração da Assembleia da República de Moçambique
- Visita de uma Delegação do Tribunal de Contas da Ucrânia
- Visita de uma Delegação do Congresso das Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa
- Visita de Bolseiros Americanos do Programa Marshall
- Visita da World Legal Systems da Hungria
- Visita do Grupo Parlamentar de Amizade França-Portugal
- Visita do Grupo Parlamentar de Amizade Indonésia-Portugal
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Timor-Leste com o Embaixador de Timor-Leste
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-México
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Cabo Verde com o Embaixador de Cabo Verde
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Paquistão
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Israel com o Embaixador de Israel
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Uruguai com o Embaixador do Uruguai
- Encontro com o Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Argentina com o Embaixador da Argentina
- Encontro com o Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-França com o Embaixador de França
- Encontro do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Israel com o Embaixador de Israel
- Encontro do Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas com o Embaixador de França
- Visita de funcionários da Câmara de Deputados de Itália

Em 2007 o Presidente da Assembleia da República recebeu **em audiência**:

- Presidente da República de Timor-Leste, Ramos Horta
- Presidente da Assembleia Legislativa de El Salvador
- Senador Richard Shelby (EUA)
- Senador Eduardo Freui Ruiz Tagle
- Eurodeputado Adrian Severin
- Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros
- Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
- Chefe de Estado Maior do Exército
- Chefe de Estado Maior da Armada, Almirante Melo Gomes
- Chefe de Estado Maior da Força Aérea, General Luís Evangelista de Araújo
- Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, General Valença Pinto

- Governador do Banco de Portugal, Victor Constâncio
- Presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde
- Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores
- Vice-Presidente do Parlamento e Delegação do Iraque
- Visita do Príncipe Aga Khan
- Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria
- Ministro dos Negócios Estrangeiros da Argentina
- Ministro dos Negócios Estrangeiros do México
- Ministro dos Negócios Estrangeiros e Embaixador cessante de Angola
- Dra. Graça Machel, por ocasião da Proclamação de Nelson Mandela como sócio de honra da Academia das Ciências de Lisboa
- General Altino de Magalhães
- Grupo de Embaixadores de Portugal
- Governador do Banco de Dados do Conselho da Europa
- Comitiva Portuguesa aos Jogos Olímpicos
- Jornalistas credenciados na AR

2.5.3. No plano nacional, destacam-se as seguintes **cerimónias e reuniões**:

- Sessão Solene Comemorativa do XXXIV Aniversário do 25 de Abril
- Cerimónia Comemorativa do Dia Nacional dos Direitos Humanos (Atribuição do Prémio Direitos Humanos e da Medalha Comemorativa do 50º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos)
- Conferência “Semana de Prevenção do Cancro do Colo do Útero” da iniciativa da Comissão de Saúde
- Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Interparlamentar
- Audição sobre a Conta Geral do Estado 2006, da iniciativa da Comissão de Orçamento e Finanças
- Conferência “Pensar Portugal no Mundo” da iniciativa da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
- Colóquio “Descendentes de Imigrantes – 2ª e 3ª Gerações”, da iniciativa da Comissão de Ética
- Ciclo de Conferência (3) sobre o Tratado de Lisboa, da iniciativa da Comissão de Assuntos Europeus
- Seminário sobre “Direito do Trabalho” da iniciativa da Comissão de Trabalho e Segurança Social
- Conferências “Portugal e o Mar”, da iniciativa da Comissão de Defesa Nacional
- Debate sobre a Reforma da PAC
- 4º Colóquio “Os Direitos Humanos na Ordem do Dia”
- Café da Ciência, da iniciativa da Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- Conferência de Imprensa para apresentação do Projecto Europeu "PESCE", da iniciativa da Comissão de Saúde
- Audição da Comissão de Orçamento e Finanças com a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários
- Audição Parlamentar sobre Indisciplina, Violência e Segurança nas Escolas, da iniciativa da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
- Conferência Parlamentar sobre "Energia e Sustentabilidade, um Novo Desígnio" da iniciativa da Comissão Eventual para Acompanhamento das Questões Energéticas

2.5.4. Foram ainda organizadas outras **cerimónias comemorativas e de homenagem:**

- XIII Cerimónia de Entrega do Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa
- Posse do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Cabo Verde
- Posse do Dr. Domingos Miguel Soares Farinha, representante do Ministério da Justiça no Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz
- Posse da Dra. Noémia Anacleto como representante do Grupo Parlamentar do BE no Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz
- Posse do Representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros na Comissão Nacional de Eleições
- Posse de membros do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informação da República Portuguesa
- Posse de Domingos Manuel Pinto Henrique, Membro do Conselho de Procriação Medicamente Assistida
- Cerimónia Evocativa da memória do Antigo Deputado Francisco Lucas Pires
- Cerimónia de Homenagem a D. António Alves Martins
- Cerimónia de Homenagem a Vasco da Gama Fernandes
- Cerimónia de inauguração do Museu Virtual Aristides Sousa Mendes
- Cerimónia de inauguração da Exposição "José Relvas, o conspirador contemplativo" - Casa dos Patudos
- Cerimónia de inauguração da exposição "Portugal nos Jogos Olímpicos – as medalhas"
- Cerimónia de início do procedimento por via electrónica de perguntas de Deputados e requerimentos ao Governo
- Exposição sobre a temática "Ciências da Terra para a Sociedade", da iniciativa do Grupo de Parlamentares conexo com a UNESCO
- Cerimónia de Descerramento da Placa Comemorativa do Bicentenário das Linhas de Torres
- Apresentação do Selo "Ano Polar Internacional"
- Assinatura de Protocolo entre a AR e a LUSA, Agência de Notícias de Portugal, S.A.
- Exposição "Ano Internacional do Planeta Terra"
- Lançamento do Livro Humberto Delgado: O General sem Medo



- Lançamento de brochura “Campanha do Milénio das Nações Unidas / OCDE”
- Lançamento do livro “Félix Pereira de Magalhães”, um político do liberalismo português (1794-1878)
- Lançamento da Brochura “Dez Questões Chaves a propósito da Convenção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais” da Comissão da UNESCO
- Lançamento da obra: “A questão colonial no Parlamento”, da autoria de Valentim Alexandre e Cândida Proença (Coleção Parlamento)
- Lançamento do livro “Estórias ao acaso ... de vida e de terra”, de Francisco Silva, Presidente da Assembleia Nacional de S. Tomé e Príncipe

2.5.5. No quadro da actividade nacional e da abertura e relacionamento da Assembleia da República com várias entidades e organizações da sociedade civil, são ainda de salientar as seguintes **reuniões:**

- Seminário “O serviço diplomático português do 25 de Abril à actualidade e perspectivas de futuro”, da iniciativa da Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses
- Reunião do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida com os Directores dos Centros de PMA e com a Sociedade Portuguesa de Medicina de Reprodução
- Conferência “À descoberta da Europa Mundo” da iniciativa do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais e da Comissão de Assuntos Europeus
- Forum Europeu sobre Crianças de Rua, da iniciativa do Instituto de Apoio à Criança
- Conferência Europeia “Crianças Desaparecidas e Exploradas Sexualmente, Segurança na Internet”
- Sessão sobre “A temática da dor”, da iniciativa da Associação Portuguesa para o estado da Dor
- Plenário do Conselho Económico e Social
- Colóquio Património Mundial, Significado, Procedimentos e Realidades, da iniciativa da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Comissão Nacional da UNESCO
- Apresentação dos Relatórios da OEDT e IDT em matéria de Droga e da Toxicodependência

2.6 Outros Encargos Parlamentares

A Actividade “Outros Encargos Parlamentares” engloba as **quotizações, as subvenções aos partidos políticos** representados na Assembleia da Republica, assim como as **subvenções estatais para as campanhas eleitorais.**

Esta subactividade representou, em 2008, 5,85% dos encargos globais assumidos, (cfr Quadro 5, página 19), não entrando em linha de conta com os montantes das subvenções estatais para as campanhas eleitorais.

Os encargos assumidos nesta subactividade, num total de €17.316.543, encontram-se distribuídos da seguinte forma: Subvenções aos Partidos Políticos (€17.217.152,76), Subvenções para as Campanhas Eleitorais (€2.749.841,66) e Quotizações (€99.389,78).

No que se refere à rubrica – Quotizações –, a execução orçamental foi de 82,7%, traduzida num acréscimo de 39% face a 2007 no que respeita aos encargos assumidos com quotas relativas a organizações internacionais de que a Assembleia da República é membro, no valor de €97.649,78, distribuídos do seguinte modo:

Quadro 17 – QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Unidade: Euro

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	2007	2008	Var%
UIP	33.235,86	40.981,73	23,3%
UIP – Grupo Doze Mais	683,66	532,18	-22,2%
OSCE	26.161,00	27.989,00	7,0%
ASG UIP	217,15	218,87	0,8%
APM	9.934,00	27.448,00	176,3%
UNIÃO LATINA	0,00	180,00	n. aplic.
CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVO	0,00	300,00	n. aplic.
Total	70.231,67	97.649,78	39,0%

No que respeita às subvenções atribuídas aos Partidos Políticos, a execução orçamental foi plena, representando 100% do valor inscrito nessa rubrica.

Por outro lado, ao nível das subvenções para as Campanhas Eleitorais, a execução foi de 96,5%, respeitando às Eleições Legislativas Regionais dos Açores, realizadas em Outubro de 2008 tendo as respectivas subvenções sido processadas em Dezembro desse ano.

3. Actividades de Apoio

De acordo com o Quadro 4, as “Actividades de Apoio” corresponderam, em 2008, a 27,34% do total das despesas assumidas (correntes e de capital), destacando-se de entre elas a subactividade “**Serviços da Assembleia da República**” como a mais representativa na estrutura de despesa, com 57,45% do conjunto dos encargos assumidos ao nível do respectivo agrupamento (Quadro 18).

Quadro 18 – ENCARGOS COM AS “ACTIVIDADES DE APOIO”

Unidade: Euro

Actividades de Apoio	OAR2008 corrigido	Encargos assumidos		
		montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/Σ2
Serviços da Assembleia da República	17.525.721	16.884.913	96,34%	57,45%
Gabinete do Secretário-Geral	492.846	438.263	88,92%	1,49%
Formação de Pessoal	239.227	155.818	65,13%	0,53%
Acção Social	1.334.223	1.066.157	79,91%	3,63%
Despesas de Funcionamento	12.785.976	10.729.139	83,91%	36,51%
Gabinete Médico	142.842	116.456	81,53%	0,40%
TOTAL	32.520.836	29.390.746	90,38%	100,00%

O crescimento de 3,69% dos encargos assumidos com as “Actividades de Apoio” (Quadro 19), reflecte, em termos médios, quase exclusivamente a actualização que decorre naturalmente da variação anual dos índices de preços ao consumidor. Destaque-se, no entanto, o aumento de 15,42% da subactividade “Serviços da Assembleia da República”, a qual reflecte a centralização dos encargos sociais obrigatórios no âmbito das contribuições para a CGA e Segurança Social pela Assembleia da República enquanto entidade patronal. Esta reafecção de custos operada entre subactividades em sede de preparação do OAR2008 fica bem patente na redução registada ao nível da “Acção Social” (-60,20%), subactividade que englobava a maior parte daqueles custos em orçamentos anteriores.

Quadro 19 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ACTIVIDADES DE APOIO”

Unidade: Euro

Actividades de Apoio	Encargos Assumidos		Var%
	2007	2008	
Serviços da Assembleia da República	14.628.644	16.884.913	15,42%
Gabinete do Secretário-Geral	388.950	438.263	12,68%
Formação de Pessoal	178.307	155.818	-12,61%
Acção Social	2.678.680	1.066.157	-60,20%
Despesas de Funcionamento	10.366.375	10.729.139	3,50%
Gabinete Médico	102.943	116.456	13,13%
TOTAL	28.343.899	29.390.746	3,69%

3.1 Gestão das Actividades de Apoio

No ano de 2008, a gestão das várias “Actividades de Apoio” insistiu nos objectivos relativos a uma contínua racionalização e melhoria dos instrumentos de controlo de gestão; à melhoria das condições de trabalho e das instalações; à abertura do Parlamento ao cidadão e à conservação do património da AR (objecto de análise neste relatório na parte relativa ao “Investimento”).

3.1.1. No que se refere à racionalização e melhoria dos instrumentos de controlo de gestão, importa salientar, no que se refere à área financeira, o facto de terem sido normalizados procedimentos e circuitos, procedendo-se também à redistribuição de tarefas relacionadas com os registos contabilísticos exigidos pela adopção do POC AR.

Ainda na sequência da adopção do POC AR, prosseguiu-se a colaboração integrada entre a Divisão de Gestão Financeira e a Divisão de Aproveitamento e Património, no acompanhamento e controlo, das contas de “imobilizado” e “imobilizado em curso”, bem como da conta de “Existências” (stocks de economato), registando-se terem já sido alcançados, relativamente a esta última, resultados assinaláveis. Igualmente, no que se refere aos “stocks” da Livraria Parlamentar (Divisão de Edições), manteve-se o acompanhamento e controlo tanto ao nível do stock de “Livros”, como dos stocks de “merchandising e peças”.

Regista-se, ainda, a aquisição de uma solução informática que permite a implementação de um Sistema Integrado de Gestão da Assembleia da República (**SIGAR**), tendo a adjudicação sido objecto de despacho do Presidente em 10 de Abril de 2008 e o contrato outorgado com a empresa adjudicatária em 2 de Junho de 2008. Importa relevar as acções e tarefas efectuados pelo Grupo de Trabalho, criado por despacho da senhora Secretária-Geral de 16 do mês mesmo mês de Junho, com vista ao acompanhamento da empresa na implementação desta solução, a qual se prevê entrar efectivar-se no corrente ano económico de 2009.

3.1.2. No âmbito dos objectivos relativos à **racionalização e melhoria dos instrumentos de controlo e gestão**, bem como à utilização eficiente e optimizada dos recursos disponíveis, concretizaram-se as seguintes acções:

- Incremento e manutenção de uma postura assente na procura da excelência e prontidão na **resolução de problemas surgidos/solicitações externas**, consolidando-se as seguintes melhorias:
 - a) Constante atitude de vigilância e prevenção de potenciais situações problemáticas, contribuindo, para a resolução de problemas por antecipação;
 - b) Aumento da rapidez e da eficácia na correcção de problemas;

c) Acompanhamento sucessivo e sistemático das solicitações formuladas por outras entidades/serviços até à sua satisfação total, tanto pessoalmente como via telefone, *e-mail* ou outro meio adequado, revelando uma constante monitorização do Palácio, do Edifício Novo, do Edifício D. Carlos I (Casa Branca), e da Casa Amarela.

- **Continuidade dos processos** assentes em princípios de economia, eficiência e eficácia, nomeadamente:
 - a) Criação de uma base de dados - **Sistema de Controlo de Ajustes Directos** - para controlo dos ajustes directos efectuados ao abrigo do novo Código da Contratação Pública (CCP). Com a entrada em vigor do novo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 Janeiro, revelou-se necessário controlar a realização de despesas com aquisição de bens e serviços até ao montante de €75 000,00, a qual pode ser precedida de ajuste directo (com ou sem consulta). Considerando que, na Assembleia da República, as compras se encontram descentralizadas pelos serviços da AR, o controlo deste imperativo legal só pode ser realizado mediante um sistema centralizado de gestão de adjudicações por ajuste directo. O sistema serve igualmente as despesas com empreitadas adjudicadas, por ajuste directo e nos termos da lei, até ao limite de €150 000,00.
 - b) Criação de um portal, no sítio da AR, para publicitação das aquisições a ela sujeitas efectuadas nos termos do referido Código de Contratação Pública
 - c) Criação/Elaboração de novos modelos para **aquisição de bens e serviços de acordo com o novo CCP**, e divulgação para os restantes serviços da AR. O novo regime legal resultante da entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos alterou profundamente o *modus operandi* dos procedimentos de contratação, o que levou à necessidade de dotar os serviços que efectuam compras com informação pertinente sobre o novo regime da contratação pública nesta área específica.
 - d) **Integração das duas bases de dados “Gestão de Stocks” e “Inventário”** no âmbito do Sistema Integrado de Gestão (SIGAR), permitindo, a curto prazo, fornecer informação detalhada sobre a contabilidade patrimonial, orçamental e analítica. Continuou-se a dar resposta às **requisições de bens móveis e de consumíveis**, com a inerente gestão de stocks, incluindo a manutenção actualizada de um inventário geral de bens móveis e imóveis da Assembleia;
 - e) Aperfeiçoamento da base de dados que efectua o **controlo mensal dos pedidos de intervenção nas infra-estruturas** instaladas nos edifícios da Assembleia da República, designadamente sistemas eléctricos, elevadores e sistemas de AVAC e respectiva

satisfação junto do cliente, efectuando-se um *report* mensal do número de intervenções efectuadas;

- f) Gestão continuada dos **instrumentos contratuais de manutenção global ou parcial**, com propostas de actualização, renovação ou substituição dos mesmos, bem como elaboração de estatísticas periódicas acerca de consumos;
 - g) **Abertura e sequência de procedimentos de aquisição de bens e serviços e de empreitadas de obras públicas**, bem como respectivo acompanhamento/fiscalização, na perspectiva da manutenção, beneficiação e requalificação continuadas do património da Assembleia da República.
- Tendo por objectivo uma melhoria na qualidade do ambiente de trabalho, com o objectivo de contribuir para uma Política Ambiental cuidada na AR, a Equipa de Ambiente (criada por despacho nº 11/SG/2007, de 09.07.2007) continuou a implementar acções que contribuem para **uma racionalização dos consumos e respectivos custos associados**. Foram assim efectuadas as seguintes acções

- a) Implementação da recolha selectiva de rolhas de cortiça nas áreas de restauração da AR;
- b) Colocação de detectores de movimento para iluminação dos WC, no Novo Edifício;
- c) Continuação da substituição das lâmpadas normais por lâmpadas de baixo consumo;
- d) Início do procedimento para aquisição e substituição de torneiras com temporizadores nos WC do Edifício Novo, com o objectivo de racionalizar consumos e reduzir custos;
- e) Continuação de acções de sensibilização para a necessidade da adopção de boas práticas de reciclagem.

3.1.3. O ano de 2008 registou uma diminuição do número de visitas e de visitantes, a qual se regista sobretudo a partir de Julho e até ao final do ano, devido às obras de remodelação da Sala das Sessões e às limitações de circulação e permanência nalguns espaços. Este facto incontornável levou à desmarcação de grande parte das visitas guiadas agendadas neste período, o mesmo tendo acontecido com as assistências às sessões plenárias. Assim, contabilizaram-se, este ano, 335 visitas guiadas, 322 das quais realizadas em dias úteis e as restantes no último sábado de cada mês. Nas visitas em dias úteis, foram acolhidas 10 024

peças, na sua maioria grupos de estudantes dos diversos graus de ensino, tendência que se tem mantido ao longo dos últimos anos. No último sábado de cada mês, visitaram o Palácio de S. Bento 488 cidadãos que integraram, em grupo ou individualmente, as duas visitas guiadas que habitualmente se realizam.

Gráfico 5.1
EVOLUÇÃO DO Nº DE VISITAS GUIADAS

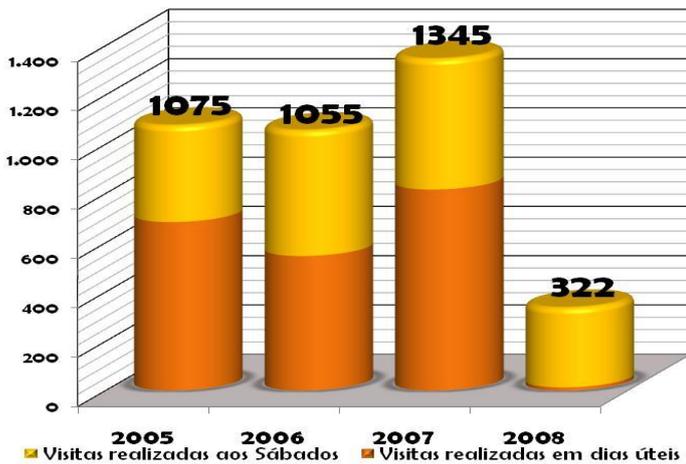
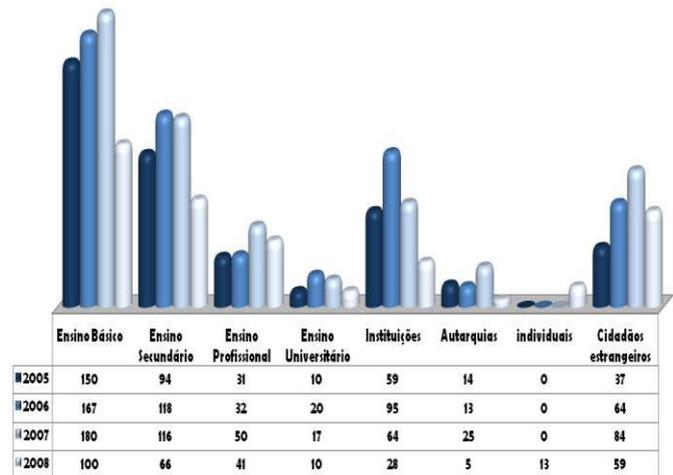


Gráfico 5.2
DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS DE PÚBLICO-ALVO



Em 2008, a Assembleia da República voltou a associar-se à celebração das Jornadas Europeias do Património, que tiveram lugar a 27 e 28 de Setembro, subordinadas ao tema “No Património... ACONTECE”. Também este evento e todas as actividades a ele associadas – visitas livres e guiadas, oficinas de expressão artística e encenações – tiveram de ser adaptados tendo em conta as obras em curso, o que se reflectiu numa redução de cerca de 60% no número de visitantes – 1 818 cidadãos – quando comparado com 2007.

No âmbito das visitas, inscreve-se ainda a exposição “José Relvas: o Conspirador Contemplativo”, que esteve patente no Palácio de S. Bento de 27 de Junho a 29 de Novembro. Visitaram esta exposição ilustrativa das diferentes facetas de José Relvas e do seu percurso político um total de 2 632 pessoas.

Destacam-se ainda ao nível de exposição e eventos diversos e além das já mencionadas, a exposição “Artistas cubanos na Assembleia da República”, a Semana Cultural do Norte Alentejano e momentos musicais de estilos variados, como a actuação da Orquestra de Jazz de Lagos, a Serenata Monumental do Fado de Coimbra, um recital de música barroca, um concerto de música litúrgica polifónica russa e a actuação do duo Mário Laginha e Bernardo Sasseti, que encerrou os trabalhos parlamentares e o calendário musical da AR para 2008 (o qual foi naturalmente encurtado devido às obras na Sala das Sessões). No total, realizaram-se 56 eventos, 9 dos quais foram actuações musicais.

No que se refere à assistência pelo público às Sessões Plenárias, foram recebidas 12.830 pessoas, uma redução de 39,5% face a 2007, explicada pelas intervenções em curso no plenário e que condicionaram, no 2º semestre do ano o fluxo de assistência normalmente verificado;

Gráfico 6.1
EVOLUÇÃO DE ASSISTÊNCIAS A SESSÕES PLENÁRIAS

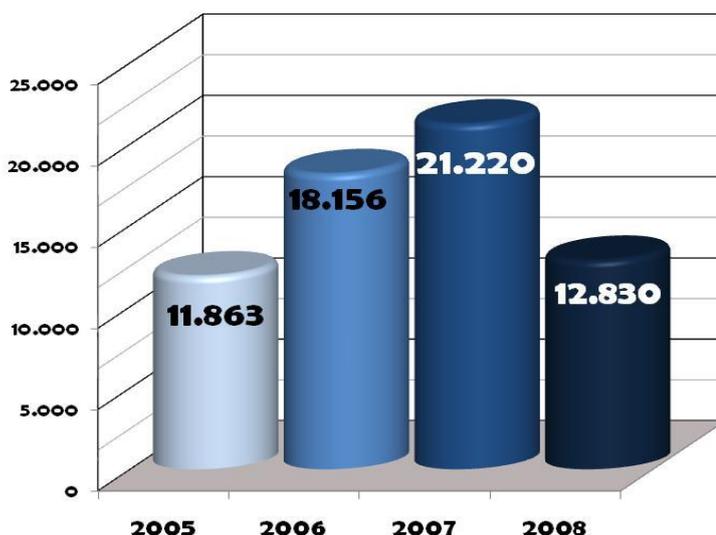
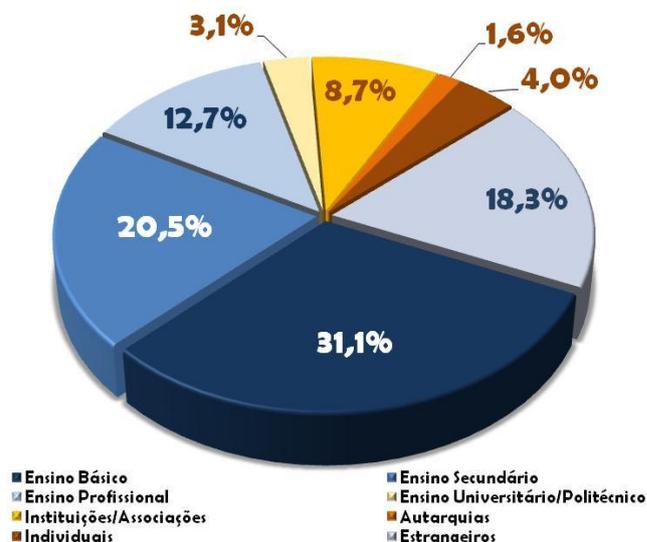


Gráfico 6.2
DISTRIBUIÇÃO POR PÚBLICO-ALVO



A informação ao Cidadão surge concretizada através de várias acções, nomeadamente na manutenção da página Internet do Parlamento, na resposta a pedidos de informação, na publicação de 107 Boletins Informativos, no apoio à actividade dos órgãos de comunicação social (113 comunicados) e na publicação de 120 anúncios.

3.1.4. A “Equipa Parlamento dos Jovens” deu continuidade à execução do **Programa Parlamento dos Jovens** de acordo com as orientações definidas pela Comissão Parlamentar de Educação e Ciência e reportando directamente, para efeitos da respectiva gestão, à Secretária Geral.

O programa foi desenvolvido ao longo do ano lectivo com a realização de debates nas escolas, preparatórios da organização de candidaturas por listas para eleição de jovens “deputados” para Sessões Escolares, seguidas de Sessões Distritais e Regionais (nas Regiões Autónomas), culminando com a realização de duas Sessões Nacionais na Assembleia da República que tiveram lugar em 28 e 29 de Abril (ensino Secundário) e em 19 e 20 de Maio de 2008 (2º e 3º ciclos do ensino Básico). Nestas Sessões foram aprovadas Recomendações à AR sobre os seguintes temas:

- União Europeia: participação, desafios e oportunidades (Ensino Secundário);
- Energias Alternativas e preservação do Ambiente (Básico).

O Ministério da Educação e o Instituto Português da Juventude, através das respectivas Direcções Regionais, as Direcções Regionais de Educação e de Juventude das Regiões Autónomas e o Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal foram parceiros da AR na execução do programa. A Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas apoiou a participação de jovens eleitos na Escola Portuguesa de Macau, em representação do círculo "Fora da Europa".

No ano lectivo 2007/2008 continuou a registar-se um crescimento significativo da adesão de Escolas, traduzido no seguinte quadro comparativo com o ano anterior:

Escolas participantes	Básico		Secundário		Totais		Evolução 2007/2008		
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	Básico	Secundário	Total
	1	2	3	4	5	6	7=2/1	8=4/3	9=6/5
Escolas participantes	130	203	240	256	370	459	56,2%	6,7%	24,1%
Turmas envolvidas	592	1019	1591	1247	2183	2266	72,1%	-21,6%	3,8%
Alunos participantes nas listas eleitorais	3970	6680	5860	6310	9830	12990	68,3%	7,7%	32,1%
Votantes nas eleições - Sessões Escolares	25858	46062	42480	44751	68338	90813	78,1%	5,3%	32,9%
Alunos participantes nas Sessões Distritais/Regionais, eleitos nas S. Escolares	743	890	1005	1075	1748	1965	19,8%	7,0%	12,4%
Nº de Escolas eleitas para a Sessão Nacional	60	62	63	60	123	122	3,3%	-4,8%	-0,8%
Alunos eleitos para a Sessão Nacional	122	124	126	120	248	244	1,6%	-4,8%	-1,6%

Em Junho de 2008 a Comissão de Educação e Ciência aprovou um relatório de avaliação (Relator: Deputada Júlia Caré) que fez um balanço muito positivo sobre a execução do programa, mencionando: "uma nota comum à generalidade dos Deputados que acompanharam a iniciativa: o "entusiasmo", "curiosidade" e "interesse dos alunos e das escolas", factores determinantes do número crescente de estabelecimentos de ensino que ano após ano se inscrevem nesta actividade de reconhecido valor cívico."

Sob a coordenação da Comissão, 187 Deputados participaram em debates a convite das Escolas, tendo participado igualmente nas 40 Sessões Distritais e Regionais e nas 2 Sessões Nacionais.

3.2 Gestão de Recursos Humanos

Em 2008, deu-se continuidade à política de contenção dos efectivos adoptada nos últimos anos, com particular ênfase à valorização dos recursos disponíveis, intensificando-se a utilização das novas tecnologias de informação e de comunicação, como elementos facilitadores da prossecução dos objectivos a atingir pelos serviços, num contexto de continuidade pela opção gestionária de motivação dos recursos existentes, designadamente promovendo a abertura de concursos internos, com reflexos na evolução do pessoal nas respectivas carreiras profissionais.

Neste sentido, em 2008, destaca-se a abertura de concursos internos de acesso limitado nas áreas:

- Assuntos culturais;
- Biblioteca e documentação;
- Gestão e administração pública;
- Informática;
- Jurídica;
- Redacção;
- Relações internacionais;
- Tradução;
- Programador de sistemas;
- Técnica;
- Técnico – profissional;
- Administrativa.

Foi ainda efectuado um processo de selecção para preenchimento de cinco postos de trabalho em contrato individual de trabalho por tempo indeterminado, para reforço do grupo de pessoal auxiliar, bem como procedeu-se a processos de selecção para recrutamento de 7 trabalhadores em regime de contrato a termo resolutivo certo, por 6 meses, eventualmente renováveis, ao abrigo da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho e da Lei n.º 12/A-2008, de 27 de Fevereiro.

Estes processos de selecção visando a contratação a termo resolutivo certo, foram abertos para as funções correspondentes às seguintes carreiras e para os seguintes serviços:

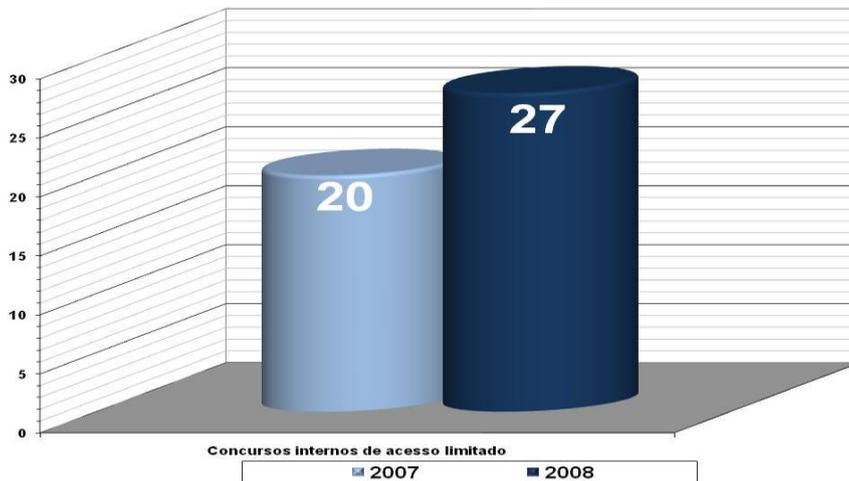
- Técnico-Profissional – Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida; Divisão de Aprovisionamento e Património e Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz;
- Técnica – Canal Parlamento;
- Técnica Superior – Divisão de Protocolo e Canal Parlamento.

(O Gráfico 7 apresenta a actividade concursal em 2008, a qual, face a 2007, registou um aumento significativo, nela se contabilizando 6 processos de selecção, de que resultaram na contratação por tempo indeterminado de 5 auxiliares parlamentares, e 7 contratações, com efeitos apenas em 2009, em regime de contrato a termo resolutivo certo por 6 meses, eventualmente renováveis.

Esta evolução da actividade concursal é explicada pelo facto de um maior número de funcionários ter preenchido os módulos de tempo de permanência nas respectivas categorias,

que são legalmente exigidos para a promoção, beneficiando alguns deles de redução do referido tempo, em consequência do mérito revelado no desempenho durante o ano de 2007, cuja avaliação se realizou em 2008, no âmbito do SIADAR – Sistema de Avaliação de Desempenho na Assembleia da República.

Gráfico 7 – EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE CONCURSAL



Salienta-se ainda que no ano de 2008, por opção gestionária, ao abrigo dos artigos 46.º, n.º 1 a 5 do artigo 47.º e n.º 1 do artigo 113.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e nos termos do despacho da Secretária-Geral da Assembleia da República, de 06/05/08, exarado sobre a Proposta n.º 72/SG/CA/2008, 143 funcionários viram o **respectivo posicionamento remuneratório alterado**, concretamente:

- 46 Funcionários que integravam as categorias de topo das carreiras verticais e que detinham 3 anos no escalão em que estavam posicionados, contados até 31-12-2007;
- 42 Funcionários que integravam o escalão mais elevado das carreiras horizontais e detinham 3 anos no escalão onde estavam posicionados, contados até 31-12-2007;
- 27 Funcionários que integravam as categorias das carreiras horizontais em que é exigida a permanência de 5 anos no escalão em que estavam posicionados, contados igualmente até 31-12-2007;
- 13 Funcionários que se integravam nas carreiras verticais e horizontais e que preenchiam os requisitos do n.º 6.3. do referido Despacho, nomeadamente terem obtido 2 Muito Bons no período de 2004 a 2007 e ainda deterem o escalão em que estavam posicionados há, pelo menos, 2 anos.
- 15 Funcionários que a 31 de Dezembro de 2008 exerciam funções de cargos dirigentes e que integravam as carreiras verticais e preenchiam simultaneamente os requisitos referidos no ponto anterior.

Salienta-se ainda que, os 143 funcionários acima referidos, detinham as seguintes categorias:

- 29 Assessores principais;

- 9 Assesores;
- 2 Operadores especialistas;
- 7 Técnicos principais;
- 1 Técnico especialista;
- 3 Adjuntos especialistas principais;
- 19 Adjuntos especialistas;
- 29 Secretários especialistas;
- 1 Zelador;
- 5 Motoristas;
- 2 Auxiliares de biblioteca;
- 27 Auxiliares;
- 3 Guardas-nocturnos;
- 1 Fiel de armazém;
- 3 Operadores de reprografia;
- 1 Operador de offset;
- 1 Jardineiro

O numero de efectivos sofreu também alterações decorrentes de:

- Saída de 3 funcionários requisitados;
- Saída de 1 funcionário do quadro para outro organismo;
- Saída de 9 funcionários do quadro por motivo de aposentação,
- Regresso de 2 funcionários do quadro, que exerciam funções noutros organismos
- Ingresso por requisição de 3 funcionários.

Assim, em 31 de Dezembro de 2008, exerciam funções na Assembleia da República 388 funcionários do Quadro, 14 funcionários requisitados e 17 contratados em regime de avença⁶, num total de 419, mantendo-se ainda, àquela data, 11 funcionários do quadro a exercer funções em gabinetes ministeriais e noutros organismos, que não se incluem no total de efectivos supra referido.

O **Gráfico 8**, representando a distribuição dos efectivos por grupos profissionais, revela, na prática, que o ano de 2008, em matéria de gestão de recursos humanos, identifica-se plenamente com a estratégia definida e que vem sendo praticada, nomeadamente nos últimos anos, tendo por objectivo a contenção na utilização dos recursos humanos.

Neste sentido, não se regista uma alteração significativa do número dos efectivos, com um total de 402 (não se incluindo neste número os contratados em regime de prestação de

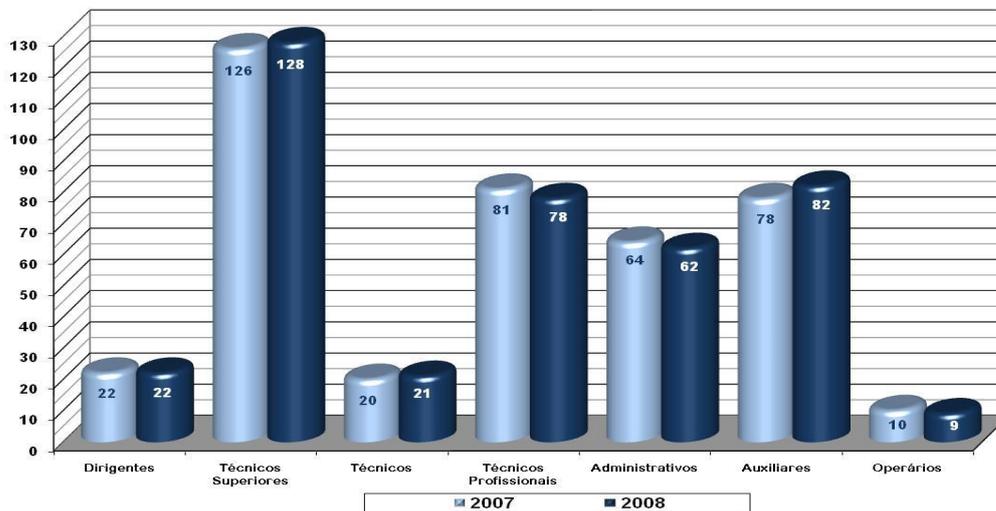
⁶ Os prestadores de serviço em regime de avença, encontram-se distribuídos pelos serviços: GAB.SG., DAC, DRAA, DAPAT, GME, JP; CFSI, AADAR e CNPMA

serviços, considerando a natureza jurídica da sua colaboração), registando-se ligeiras alterações que se reflectiram em todos os grupos profissionais, excepto nos dirigentes, em resultado das seguintes acções:

- O processo de selecção para colmatar aposentações no grupo dos auxiliares (5 contratos);
- Três requisições para reforço do grupo profissional dos técnicos superiores, técnico-profissional e administrativo (uma requisição tendo por contrapartida a cessação de uma outra).

Destaca-se ainda que o grupo profissional com maior representatividade (31,8% do total dos efectivos) continua a ser o dos técnicos superiores.

Gráfico 8 – EFECTIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS

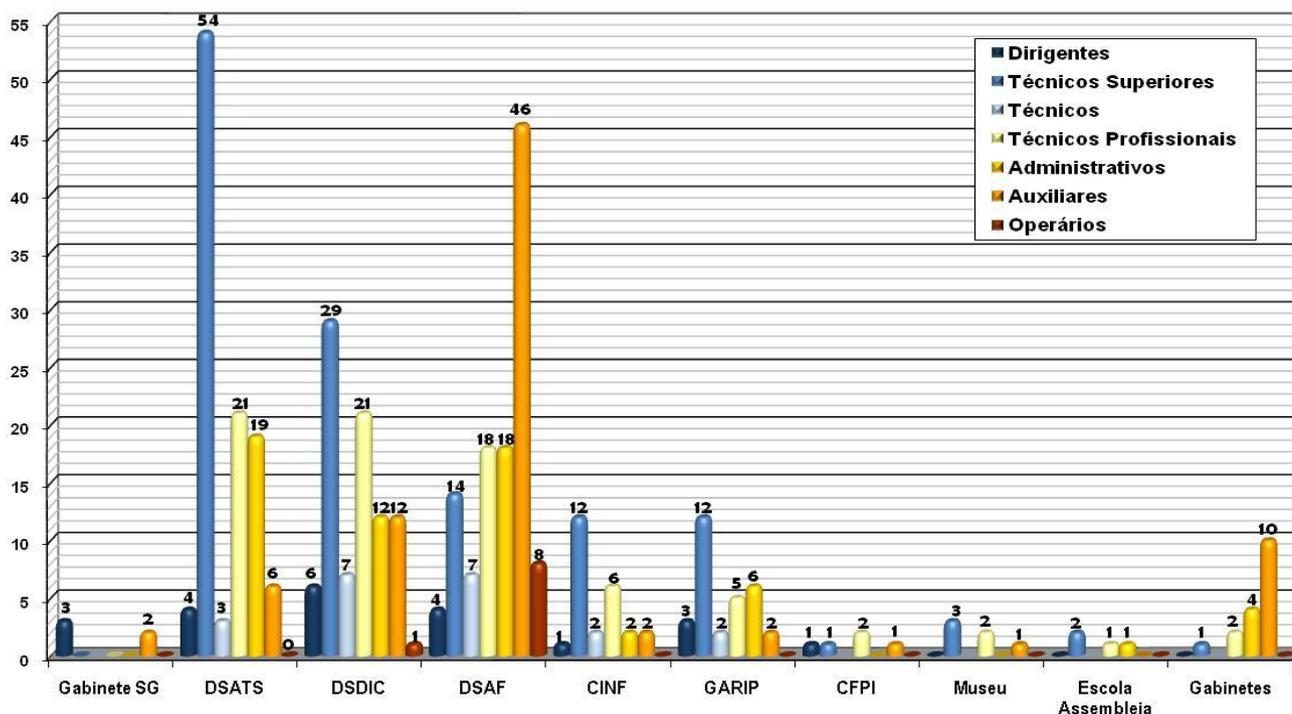


O **Gráfico 9** contempla a distribuição dos grupos profissionais pelos serviços a que estão afectos e permite concluir que as alterações ocorridas não são significativas, considerando o enquadramento existente no ano anterior.

De facto, as áreas do apoio legislativo (DSATS) e do apoio documental (DSDIC) continuam a ser as mais dotadas de pessoal técnico superior, seguindo-se depois a área de apoio administrativo e financeiro (DSAF), e a informática (CINF) e relações públicas e internacionais (GARIP) com exactamente o mesmo número de pessoal daquele grupo profissional.

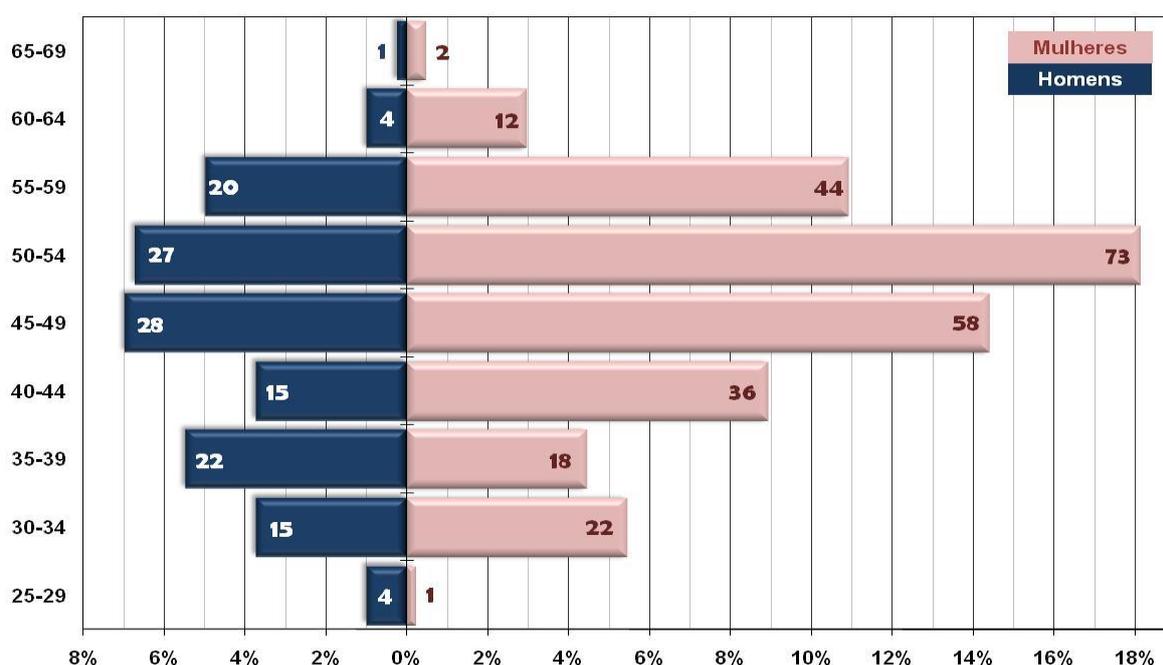
Também sem alteração a área de apoio administrativo e financeiro (DSAF), considerando as competências próprias no âmbito da gestão dos recursos humanos e do património, é a área de maior concentração do pessoal auxiliar, que assegura o controlo dos acessos aos edifícios da Assembleia da República, em colaboração com as forças de segurança, e ainda a vigilância dos espaços comuns, a que acresce ainda as funções de apoio aos vários serviços e gabinetes.

Gráfico 9 – EFECTIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS/SERVIÇOS



O Gráfico 10 ilustra a distribuição dos efectivos por escalões etários e regista que o maior número de efectivos se concentra no escalão etário dos 50 a 54 anos, permitindo concluir que se mantém a subida da média etária, fixando-a em 47,4 anos, 0,5% mais elevada do que a do ano anterior, resultando das medidas adoptadas no sentido da contenção de novas admissões, bem como da alteração às regras de aposentação.

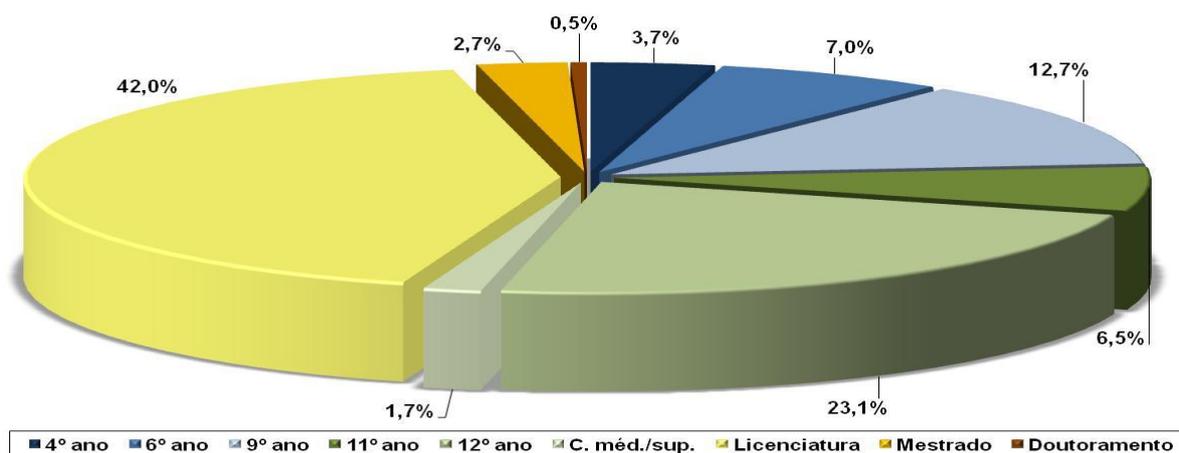
Gráfico 10 – EFECTIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS E SEXO



Da leitura do **Gráfico 11** - distribuição dos efectivos por nível habilitacional, resulta claro o elevado nível das habilitações dos efectivos, que se vem mantendo sempre em crescendo nos últimos anos.

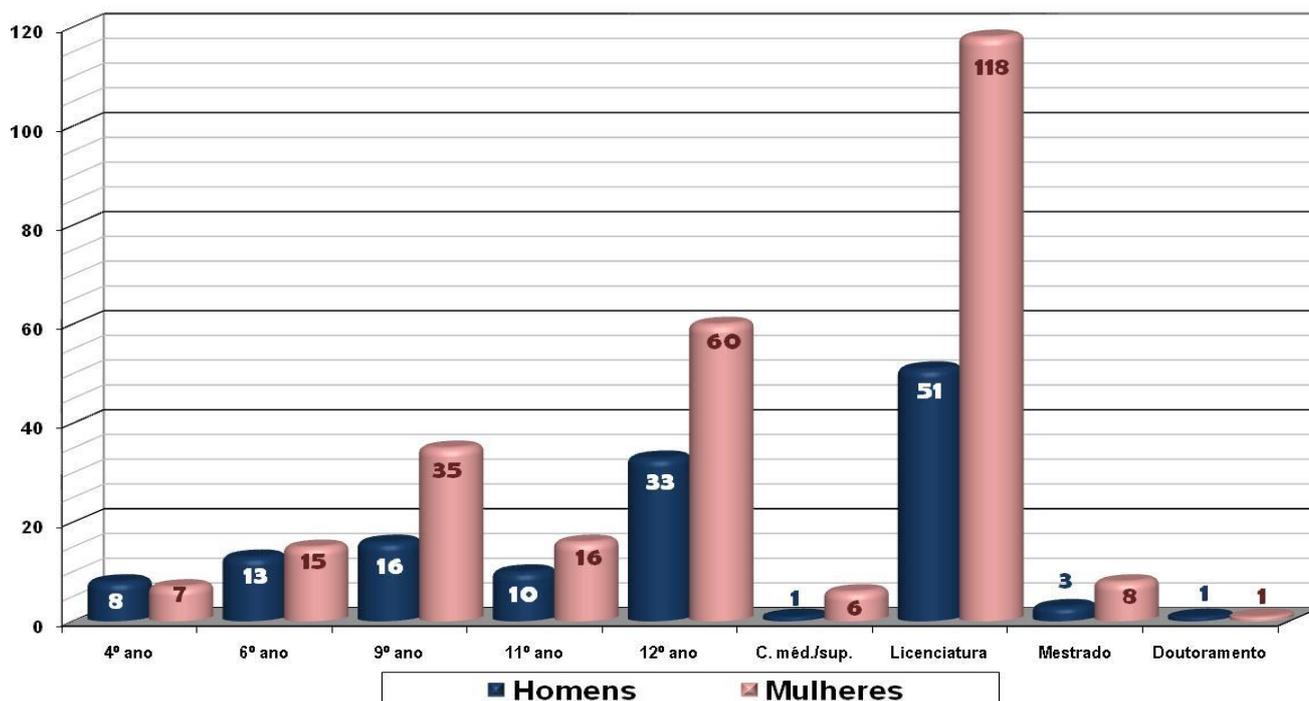
Destaque ainda para a análise dos níveis habilitacionais mais baixos, cujos valores percentuais são cada vez menores de ano para ano, o que se explica por uma valorização dos efectivos por via do acesso à frequência de graus superiores de ensino.

Gráfico 11 – EFFECTIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL



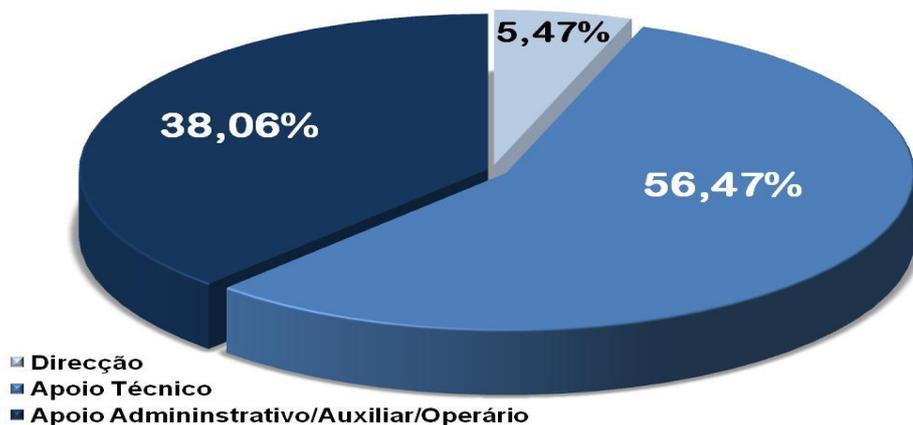
A distribuição do nível habilitacional por sexo, analisada no **Gráfico 12**, posiciona um maior número de mulheres em níveis habilitacionais mais elevados, sendo exemplo desta constatação o nível habilitacional dos licenciados com 42% do total de efectivos.

Gráfico 12 – NÍVEL HABILITACIONAL POR SEXO



O **Gráfico 13**, agrupando as grandes áreas de actividade, permite verificar que a área de apoio técnico detém 56,5% dos 402 efectivos dos serviços da Assembleia da República, sendo 388 funcionários do quadro e 14 requisitados, registando-se, comparativamente com o ano anterior, uma descida de 0,9% do índice de tecnicidade.

Gráfico 13 – EFECTIVOS POR GRANDES ÁREAS DE ACTIVIDADE



No que se refere à Formação Profissional assinala-se a execução do Plano de Formação para 2008, no âmbito do qual se realizou um total de 13.638 horas de formação (internas e externas), contando com 629 participações (de Funcionários Parlamentares, dos Grupos Parlamentares e de Funcionários dos Parlamentos de Língua Portuguesa), cuja transversalidade mais uma vez se comprova pelo alcance das acções de formação a todos os Grupos de Pessoal.

Total de Funcionários em acções de formação	
Internas	426(a)
Externas	203
Total	629

Hrs Formação por Gr. Profissional	Dirigente	Técnico Superior	Técnico	Técnico Profissional	Adminis trativo	Auxiliar	Operário	Total
Formação Interna	167	3.008	271	1.953	1.219	512	58	7.188(b)
Formação Externa	432	2.752	714	1.472	784	96	0	6.250
e-learning	0	200	0	0	0	0	0	200
Total	599	5.960	985	3.425	2.003	608	58	13.638

Manteve-se o recurso à intranet, como forma de promover a visibilidade do programa de formação, tendo entrado em funcionamento a aplicação informática específica que potencia a gestão de todo o processo.

Realizaram-se internamente 22 acções de formação, incluindo o I Encontro Interparlamentar de Quadros de Apoio ao Processo Legislativo (estruturado pela DSATS) que se realizou entre os

dias 20 e 24 de Outubro de 2008, tendo por objectivo a troca de experiências realizadas nos diversos Parlamentos de língua portuguesa na área do Apoio Legislativo Parlamentar. Os 30 formandos apresentaram a seguinte distribuição: 3 formandos da Assembleia Nacional de Angola, 3 formandos da Câmara dos Deputados do Brasil, 1 formando do Senado do Brasil, 3 formandos da Assembleia Nacional de Cabo Verde, 4 formandos da Assembleia da República de Moçambique, 5 formandos da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, 1 formando do Parlamento Nacional de Timor-Leste e 10 formandos da Assembleia da República de Portugal.

Nº de Acções Formação (b)	Menos de 30 hrs	30 a 59 hrs	60 a 119 hrs	120 hrs	Total
Internas	22	3	0	6	31
Externas	109	39	3	4	155
e-learning	0	0	0	1	1
Total	131	42	3	11	154

(a) inclui 20 funcionários Parlamentares dos Parlamentos de Língua Portuguesa

(b) integra horas de formação do I Encontro Interparlamentar de Quadros de apoio ao Processo Legislativo

4. Actividade Editorial

Em 2008 deu-se continuidade à actividade cultural e editorial que tem vindo a ser desenvolvida e que se traduziu na edição de livros, brochuras, folhetos, postais, agendas, convites e outros materiais promocionais; na produção de peças e artigos evocativos do Parlamento; na organização de sessões de lançamento de livros; na produção e acompanhamento de exposições; no apoio a obras de outras editoras; e na divulgação do Parlamento através da Livraria Parlamentar e da participação nas feiras do livro de Lisboa e do Porto.

Editaram-se 31 livros, de entre os quais se destacariam os dois primeiros volumes da obra *A questão colonial no Parlamento* e o título *Félix Pereira de Magalhães*, publicados na Colecção Parlamento, o trabalho realizado por um conjunto de funcionários parlamentares *O Parlamento na prática*, as versões francesa e inglesa da Constituição da República Portuguesa e do Regimento da Assembleia da República, os livros publicados na Colecção Colóquios e Conferências Parlamentares e o catálogo da exposição *José Relvas: o conspirador contemplativo*. A Divisão de Edições editou, ainda, a agenda de secretária para 2009, em dois formatos, uma agenda de bolso, um calendário e diverso material relativo à história e da actividade parlamentar. Destacam-se a edição da brochura *O Parlamento de Portugal nas versões inglesa, francesa e castelhana*, as plaquettes de homenagem a D. António Alves Martins e a Vasco da Gama Fernandes, os materiais editados para a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE, o e o conjunto de programas/convites executados para os eventos culturais que tiveram lugar no Parlamento. Também na área da divulgação, foi editado o segundo número da Colecção Parlamento Jovem com o título “Como se faz uma lei”.

Em 2008, foram concluídos os trabalhos de organização de quatro novos volumes da Colecção Parlamento: *Cunha Leal*, *Manuel Fernandes Tomás*, *Mouzinho da Silveira* e *Os Deputados da Assembleia Nacional*.

Também neste ano, foi aprovado pelo Grupo de Trabalho para os Assuntos Culturais (GTAC) o projecto de investigação sobre os Presidentes do Parlamento desde 1821 à actualidade, da responsabilidade do CEPESE da Universidade do Porto, cuja edição está prevista para 2010. No âmbito das Comemorações do Centenário da República, foi assinado um contrato com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa para a realização do Dicionário da República e do Republicanismo e aprovada a edição de um livro sobre o 5 de Outubro e a República, da autoria das escritoras Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada.

Em 2008, foram editados 82 novos objectos evocativos e reeditados 35. Procurou-se a dignificação dos objectos evocativos da Assembleia da República, visando a edição de peças exclusivas e o desenvolvimento da ideia de colecções de artigos. Neste sentido, foi criada uma linha de jóias em prata inspiradas em motivos do Palácio de São Bento, uma colecção de porcelanas com imagens do Refeitório dos Monges e, em parceria com a Câmara Municipal de Alpiarça, um conjunto de



materiais dedicados a José Relvas. No que diz respeito a materiais de papelaria, foi também criada uma linha dedicada ao repórter parlamentar Joshua Benoliel.

No que respeita aos diversos eventos realizados na Assembleia da República, merecem um destaque particular as cerimónias de homenagem a D. António Alves Martins e Vasco da Gama Fernandes e nas Jornadas Europeias do Património.

Por ocasião da remodelação da Sala das Sessões, procedeu-se a intervenções nas paredes que isolaram a zona de obras, utilizando imagens da construção do Hemiciclo e dos Passos Perdidos nos finais do século XIX, inícios do século XX, e fotografias ilustrativas da evolução do espaço do Plenário desde a sua inauguração em 1903. Assegurou-se ainda a realização, no sítio da AR, de um jornal electrónico semanal sobre a evolução das obras.

Foi também editada a publicação electrónica Regras de legística a observar na elaboração de actos normativos da Assembleia da República e criada a imagem dos sítios da Conferência dos Presidentes da UE e da Presidência Portuguesa da Comissão de Cultura da APEM.

Mantiveram-se as participações nas Feiras do Livro de Lisboa e do Porto. Na Feira do Livro do Porto, em 2008, as vendas (€ 3 865,46) foram inferiores às realizadas em 2007 (€ 4 295,20), situação idêntica à verificada em Lisboa, em que o valor total das vendas (€ 4 975,55) foi inferior ao do ano transacto (€ 5 350,58). Para os stands e catálogo das Feiras do Livro foi desenvolvida uma imagem gráfica exclusiva. Nas Feiras, foram instalados terminais com o programa informático de vendas da Livraria Parlamentar, permitindo automatizar a contabilidade e o movimento de stocks. A AR participou ainda na Feira do Livro de Braga (Março-Abril), com vendas no valor de € 1 964,76. Através da APEL – Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, as publicações da AR estiveram expostas na Feira do Livro de Frankfurt, realizada em Outubro. Renovou-se a iniciativa Natal na Livraria Parlamentar (Novembro-Dezembro), com peças em promoção e, em Fevereiro-Março teve lugar uma Feira do Livro na Livraria Parlamentar, com publicações editadas pela AR à venda com descontos.

Registo ainda para a manutenção do horário de abertura da Livraria Parlamentar nos sábados em que se realizaram visitas ao Palácio de São Bento e no fim-de-semana das Jornadas Europeias do Património. Foi assegurada a abertura de um posto de venda no Refeitório dos Frades durante o período em que esteve patente da exposição sobre José Relvas (2ª feira a sábado, de 27 de Junho a 29 de Novembro).

Foi ainda organizada, em parceria com a Câmara Municipal de Alpiarça, a exposição José Relvas: o conspirador contemplativo (Junho-Novembro), com obras de arte e documentos do espólio da “Casa dos Patudos”. A exposição esteve patente no Átrio Principal, Escadaria Nobre, corredor paralelo à Biblioteca e Refeitório dos Monges, tendo colaborado ainda na organização de outras mostras de menor dimensão, com destaque para a exposição de artistas plásticos cubanos, patente, no Palácio de São Bento ao longo do mês de Outubro de 2008. No último trimestre de 2008, iniciaram-

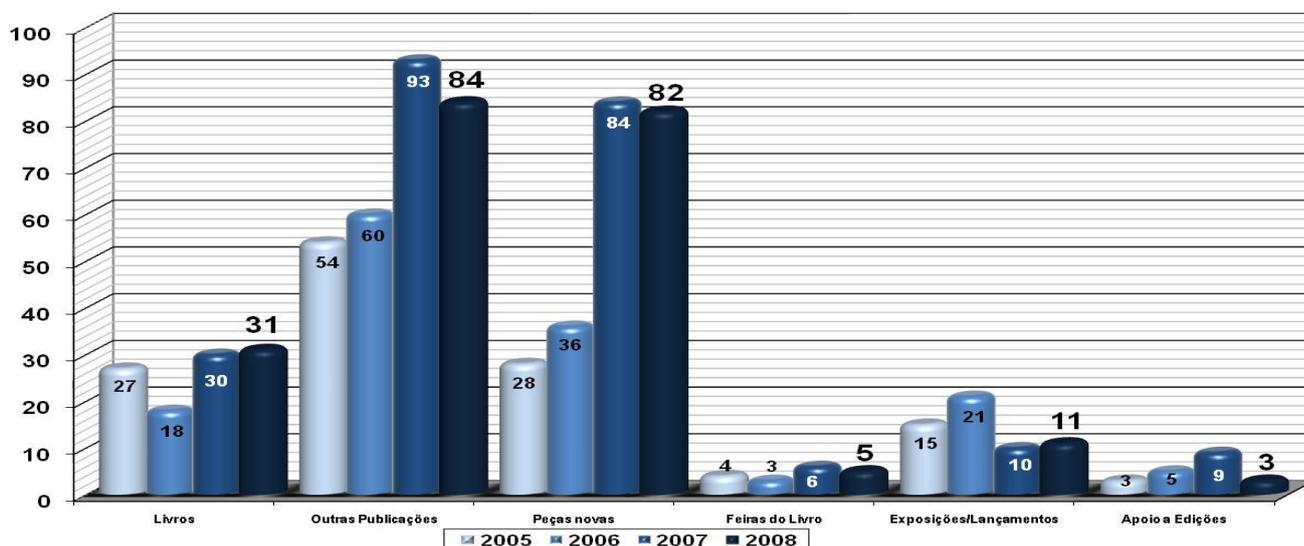
se ainda os preparativos para a organização de uma exposição dedicada ao Arquitecto Miguel Ventura Terra, a inaugurar em Abril de 2009.

Ainda relativamente aos lançamentos de livros, a Divisão de Edições organizaram-se diversas apresentações, quer de obras editadas pela Assembleia da República, quer por outras editoras, assim como se manteve o apoio a edição de outras obras editadas em 2008, através da aquisição de exemplares.

Quadro 20 – LANÇAMENTOS EDITORIAIS

Actividade Editorial	2008
Livros	
Edições exclusivas da Assembleia da República	28
Colecção Parlamento	3
Apoio a Edições (obras já editadas)	3
Material Promocional	
Brochuras	24
Postais, marcadores, convites, cartazes, etc.	56
Agendas de bolso, de secretária e calendários	4
Peças	
Peças novas: estanhos, porcelanas, pele, cristais e papelaria	82
Reedições	35
Exposições	
Organização	1
Colaboração	2
Feiras do livro	
Lisboa, Porto, Açores, Frankfurt, 'Natal na Livraria Parlamentar'	5
Lançamentos de livros	8

Gráfico 14 – EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE EDITORIAL



5. Cooperação Interparlamentar

5.1 Bilateral

No âmbito da Cooperação Parlamentar com os Países de Língua Portuguesa, durante o ano de 2008, importa sublinhar:

Cooperação com a Assembleia Nacional de Angola

- Visita de estudo de uma Delegação de Deputados da Comissão de Saúde, Ambiente, Acção Social, Emprego, Antigos Combatentes, Família, Infância e Promoção da Mulher da ANA;
- Visita de estudo de uma Delegação de Deputados da Comissão de Ciência e Tecnologia, Cultura, Desporto, Assuntos Religiosos e Comunicação Social da ANA;
- Visita de estudo de uma Delegação de Deputados da Comissão dos Direitos Humanos, Petições, Reclamações e Sugestões dos Cidadãos da ANA.

Cooperação com a Assembleia Nacional de Cabo Verde

- Assinatura do novo Protocolo de Cooperação, na Cidade da Praia;
- Visita de Estudo de uma Delegação da ANCV composta por dois Deputados e um Conselheiro do Gabinete do Presidente da ANCV.

Cooperação com a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau

- Assinatura do novo Protocolo de Cooperação, em Lisboa, por ocasião da visita oficial do Presidente da ANPGB;
- Visita de estudo do Secretário – Geral da ANPGB à AR;
- Colocação, na ANPGB, em Bissau, de uma Leitora de português, a tempo inteiro, por um ano, para ensino da língua portuguesa aos Deputados e Funcionários guineenses (ao abrigo do Protocolo celebrado entre a AR e o Instituto Camões).

Cooperação com a Assembleia da República de Moçambique

- Nos termos do nº 3 do Memorando de Intenções relativo ao Programa de Cooperação estabelecido entre a Assembleia da República de Moçambique e a Assembleia da República de Portugal, subscrito em Maputo a 19 de Novembro de 2007, entre os Secretários Gerais dos dois Parlamentos, foi criado um Grupo Misto de Trabalho com a missão identificar e avaliar o potencial de cada instituição e com base nisso apresentar uma detalhada proposta de actividades a inserir no Programa de Cooperação;



- A parte portuguesa do Grupo Misto de Trabalho, deslocou-se à Assembleia da República de Moçambique de 5 a 11 de Abril para cumprir os objectivos acima identificados;
- Dando continuidade à Missão do Grupo Misto de Trabalho realizada em Maputo, a parte moçambicana deslocou-se ao Parlamento português, de 24 a 30 de Julho, com vista a finalizar o projecto;
- A culminar o trabalho desenvolvido por ambas as partes do Grupo Misto de Trabalho foi celebrado em Lisboa, em Julho, o Programa de Cooperação Parlamentar para 2008/2010, assinado pelos Secretários Gerais de ambos os Parlamentos. O âmbito desta cooperação parlamentar compreende a assistência técnica; a capacitação e formação; o investimento em material e/ou equipamento nas áreas identificadas como prioritárias: processo legislativo, informática, administração, finanças e documentação;
- A convite do Parlamento moçambicano, deslocou-se a Moçambique, em Agosto, um Assessor Jurista Parlamentar para participar como orador num Curso de Capacitação Técnica sobre o Processo Legislativo e apresentar o tema "Processo Legislativo e Técnicas de Elaboração Legislativa de pareceres atinentes às Propostas e Projectos de Lei". Este curso teve como objectivos a criação da capacidade e habilitações técnico-profissionais e humanas para os funcionários da Assembleia da República de Moçambique.

Cooperação com a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe

- Fornecimento de material de apoio à conservação, higienização e arquivo de documentos;
- Envio de todas as publicações editadas pela Assembleia da República;
- Recrutamento e Selecção de um Consultor para apoio à actividade parlamentar;
- Formação e estágio do Consultor santomense recrutado para a ANSTP, na ARP;
- Assistência técnica a aquisição de um sistema de gravação de vídeo;
- Deslocou-se a S. Tomé, numa missão de assistência técnica, uma equipa com o objectivo de fazer o levantamento das necessidades, elaboração das especificações técnicas e do caderno de encargos para o desenvolvimento as bases de dados do processo legislativo e da legislação santomense em texto integral;
- Foi, ainda, realizada a Avaliação Intercalar elaborada pelos Directores da Assembleia da República sobre os respectivos projectos.

Cooperação com o Parlamento Nacional de Timor-Leste (PNTL)

- Assinatura do novo Protocolo de Cooperação, em Lisboa, por ocasião da visita oficial do Presidente da Parlamento Nacional de Timor-Leste



No âmbito desta cooperação destacam-se as seguintes acções:

- Continuidade da missão de assistência técnica assegurada por um técnico superior jurista da Assembleia da República
- Colocação, no Parlamento Nacional, em Timor-Leste, de uma Leitora de português, a tempo inteiro, por um ano, para ensino da língua portuguesa aos Deputados e Funcionários timorenses (ao abrigo do Protocolo celebrado entre a AR e o Instituto Camões)

Para além da cooperação prioritária com os Parlamentos dos Países de Língua Portuguesa, desenvolveu-se outra acção de cooperação com o Congresso de Deputados de Espanha, resultante do impulso dado pelos Presidentes de ambos os Parlamentos durante a visita bilateral do Presidente José Bono a Portugal. Assim, foi realizada uma visita de estudo ao Congresso espanhol, permitindo avaliar o processo legislativo, em especial em comissão, o processo de acolhimento de Deputados e a estrutura orgânica, em especial na área das relações internacionais, públicas e protocolo.

A Assembleia da República recebeu ainda um grupo de funcionários de alto nível da Câmara dos Deputados de Itália, no âmbito do processo de formação daquele Parlamento.

5.2 Multilateral

No domínio da cooperação parlamentar multilateral, a AR participou nos seguintes encontros:

- IX Encontro da Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa, na Cidade da Praia, em Cabo Verde. A Secretária-Geral da Assembleia da República chefiou a delegação que representou o Parlamento português e interveio sobre "Controlo das Contas do Parlamento", apresentando também o Relatório da Assembleia da República relativo à actividade da última Sessão Legislativa. Também integraram a Delegação o Director do Centro de Informática para apresentação de um "Estudo comparativo sobre tecnologias de informação e comunicação nos parlamentos europeus e nos da CPLP"; a Chefe da Divisão do Apoio às Comissões que proferiu uma intervenção sobre o tema "Reflectir sobre modelos de apoio técnico às Comissões Especializadas Permanentes"; o Chefe da Divisão de Redacção e Apoio Audiovisual que fez uma intervenção sobre "Taquigrafia"; e a Chefe da Divisão de Relações Internacionais que interveio sobre "Glossário de termos parlamentares".
- IV Encontro dos Quadros Técnicos de Informática, que decorreu no âmbito da ASG-PLP, na Assembleia Nacional de Cabo-Verde. O Encontro teve como temas: Governação



Electrónica, Assinatura Digital e Forense Computacional. O evento contou com a participação de quadros técnicos da área de informática dos parlamentos de Angola, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, S. Tomé e Príncipe e Câmara dos Deputados do Brasil. A representar o Parlamento português estiveram presentes o Director do Centro de Informática e a Coordenadora da Equipa Internet.

- I Encontro Interparlamentar de Quadros de Apoio ao Processo Legislativo, realizado, no âmbito da ASG-PLP, na Assembleia da República. Contou com a presença de técnicos do apoio ao processo legislativo dos Parlamentos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

6. Financiamento de Entidades Autónomas

Neste agrupamento integram-se não só as transferências para os orçamentos das Entidades Autónomas, concretamente a CNE, CNPD, ERC, Provedoria de Justiça e CADA, como as verbas destinadas a suportar os encargos com o Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informação, com o Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, com o Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida, com a Associação dos Ex-Deputados e com o Grupo Desportivo Parlamentar.

O valor orçamentado daí decorrente, tal como ressalta do Quadro 21, superou os valores do ano anterior em 1,62%, importando destacar, no que respeita às Entidades Autónomas, que as verbas provenientes do Orçamento de Estado se mantiveram constantes face aos valores de 2007, reflectindo as variações unicamente o diferencial de integração de Saldos de Gerência e/ou Receitas próprias face às previsões orçamentais iniciais para o Ano. Em 2008, passou igualmente a constar do rol de Entidades autónomas ou integradas da AR o Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida, cuja execução orçamental reflectiu, contudo, um peso residual inferior a 1% no conjunto desta realidade (0,54%)

Quadro 21 – EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES AUTÓNOMAS

Unidade: Euro

Entidades	OAR2007 corrigido	OAR2008 corrigido	Var%
	1	2	3=2/1
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	2.448.107	2.448.107	0,00%
Comissão Nacional de Eleições	1.115.000	1.115.000	0,00%
Provedoria de Justiça	5.901.025	5.604.214	-5,03%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	2.183.929	2.390.651	9,47%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	650.930	715.930	9,99%
Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações	134.039	155.721	16,18%
Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz	57.425	69.921	21,76%
Conselho Nacional de Procriação Medicamente assistida	0	193.297	n. aplic.
Associação dos Ex-Deputados	21.000	21.000	0,00%
Grupo Desportivo Parlamentar	16.000	16.000	0,00%
TOTAL	12.527.455	12.729.839	1,62%

Em termos de execução orçamental, a actividade regista, à semelhança de anos transactos, um nível próximo da execução plena (95,01%), como se infere do Quadro 22, que se segue:

Quadro 22 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES AUTÓNOMAS

Unidade: Euro

Entidades	OAR2008		GR%
	Dotação corrigida	Encargos Assumidos	
	1	2	3=2/1
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	2.448.107	2.382.024	97,30%
Comissão Nacional de Eleições	1.115.000	874.802	78,46%
Provedoria de Justiça	5.604.214	5.459.748	97,42%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	2.390.651	2.390.651	100,00%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	715.930	715.930	100,00%
Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações	155.721	133.102	85,47%
Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz	69.921	36.010	51,50%
Conselho Nacional de Procriação Medicamente assistida	193.297	65.877	34,08%
Associação dos Ex-Deputados	21.000	21.000	100,00%
Grupo Desportivo Parlamentar	16.000	16.000	100,00%
TOTAL	12.729.839	12.095.142	95,01%

7. Investimentos

O crescimento global dos valores orçamentados em investimento para 2008 traduziu-se em 61,06% (Quadro 23).

Quadro 23 – EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO

Unidade: Euro

Investimento	OAR2007	OAR2008	Var%
	Corrigido	Corrigido	
	1	2	3=2/1
Edifícios	200.000	186.505	-6,75%
Equipamento de informática	1.411.883	2.258.923	59,99%
Software informático	739.588	1.401.951	89,56%
Equipamento Administrativo	862.345	529.096	-38,64%
Ferramentas e utensílios	10.000	8.087	-19,13%
Artigos e objectos de valor	100.000	40.000	-60,00%
Equipamento de gravação e audiovisual	1.771.378	2.558.592	44,44%
Outros Investimentos	3.087	1.307	-57,68%
Locação financeira – outros investimentos	66.322	5.000	-92,46%
Bens do Domínio Público	3.379.896	6.776.946	100,51%
TOTAL	8.544.499	13.766.406	61,11%

Em termos de execução orçamental, registou-se uma taxa global de 71,68%, a que corresponde um saldo de €3.898.103, valor que representa a diferença entre as dotações orçamentadas e os encargos assumidos (Quadro 24), realçando-se que o montante de compromissos transitados nesta subactividade foi de €586.221.

Quadro 24 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS

Unidade: Euro

Investimento	OAR2008		GR%
	Corrigido	Encargos Assumidos	
	1	2	3=2/1
Edifícios	186.505	148.623	79,69%
Equipamento de informática	2.258.923	1.853.967	82,07%
Software informático	1.401.951	921.542	65,73%
Equipamento Administrativo	529.096	347.160	65,61%
Ferramentas e utensílios	8.087	0	0,00%
Artigos e objectos de valor	40.000	859	2,15%
Equipamento de gravação e audiovisual	2.558.592	1.755.829	68,62%
Outros Investimentos	1.307	0	0,00%
Investimentos por Locação financeira	5.000	0	0,00%
Bens do Domínio Público	6.776.946	4.840.322	71,42%
TOTAL	13.766.406	9.868.303	71,68%

Os investimentos contabilizados em “**Edifícios**” respeitam a obras de conservação e beneficiação do património imobiliário da Assembleia da República (constituído por quatro imóveis) assim como na melhoria das instalações. Os projectos concluídos neste domínio reportam-se às seguintes intervenções:

- Empreitada de requalificação do espaço designado Pombal no Palácio de S. Bento;
- Empreitada de restauro dos vãos de caixilharias e portas no exterior do Palácio de S. Bento;
- Empreitada de reforço estrutural das lajes dos tectos das salas 5008, 5010, 5012, 5016 e 5017 e novo sistema de AVAC;
- Empreitada de ampliação do Canal Parlamento;
- Empreitada de remodelação da galeria e dos pisos 4.º e 6.º do Edifício D. Carlos;
- Elaboração do projecto do Reforço Sísmico da Sala das Sessões do Palácio de S. Bento, com a consequente adjudicação da correspondente empreitada;
- Elaboração do Projecto para a 2.ª Fase da Requalificação dos Sótãos do Andar Nobre;
- Elaboração do Projecto de Reabilitação Global da Cobertura da Sala do Senado.

De destacar que, no cumprimento do Plano de Investimentos de 2008, deu-se início à importante “**Empreitada de Remodelação da Sala das Sessões da Assembleia da República**”, a qual afectou cerca de 52% dos recursos financeiros da rubrica de edifícios no ano de 2008.

Considerando que, a **Sala das Sessões** integra um monumento classificado, com características históricas e específicas muito próprias, a implementação desta obra revelou-se de grande complexidade, uma vez que, consubstanciou uma série de outros projectos de várias especialidades, designadamente, a reformulação total do sistema de AVAC do Hemiciclo, a criação de um novo sistema audiovisual (projecção multimédia), a implementação da solução informática “Bancada Electrónica Parlamentar” para todos os postos de trabalho dos Deputados no Hemiciclo, a remodelação do sistema de iluminação e dos equipamentos eléctricos, o restauro das bancadas dos Deputados e substituição integral do pavimento integrados num projecto de estabilidade e reforço da estrutura com francas melhorias ao nível de segurança contra incêndios e de segurança anti-xilófagos.

Esta obra dotará a sala das Sessões de novas funcionalidades e melhores condições de conforto para todos os que desempenham as suas funções neste espaço.

Há igualmente a assinalar outros projectos de relevância, não previstos no Plano de Actividades, direccionados para a Conservação do Património da AR sobre os quais importa referir as melhorias realizadas em cada um dos imóveis:

Palácio de S. Bento:

- Alteração à sala do Senado, de molde a prepará-la para receber os 230 Deputados durante o período de obras na sala das Sessões;

- Beneficiação do Refeitório dos Frades;
- Execução e novo revestimento dos tampos das bancadas da Sala do Senado;
- Recuperação funcional, limpeza e conservação da Fonte do Claustro;
- Obras de beneficiação na Sala 4042 – Grupo Parlamentar do CDS-PP;
- Reparação e pintura da plataforma metálica de suporte das unidades exteriores de AVAC do CINF e protecção de tubagens e cablagens no Palácio;
- Limpeza e impermeabilização da cobertura em terraço sobre a cozinha do bar dos Deputados;
- Beneficiação das condições de vazão dos tubos de queda por cima do corredor da Sala D. Maria;
- Substituição do pavimento do contentor de águas no Parque Interior do Palácio;
- Beneficiação da escada de acesso exterior de ligação entre o Parque Interior e a caixa dos elevadores nºs 14 e 15;
- Reparação e pintura do tecto da sala 5079 C e impermeabilização da caleira sobre a referida sala;
- Conservação das coberturas em telhado e limpeza dos algerozes do Palácio;
- Reabilitação do gabinete de seguranças de S. Exa. o PAR;
- Reabilitação de uma sala do AHP.

Edifício D. Carlos I:

- Isolamento das paredes de um gabinete no 2º Piso;
- Reparações em alguns WC's;
- Tratamento do soalho no piso da Galeria devido à infiltração de águas.

Casa Amarela:

- Reparação e pintura das paredes do átrio de entrada da Casa Amarela;
- Execução e levantamento da rede de águas existentes na Casa Amarela;
- Beneficiação na sala de atendimento do Conselho Nacional de Protecção de Dados (CNPD).

Os investimentos imputados a “**Equipamento de informática**” e a “**Software Informático**”, com taxas de execução orçamental de 82,07% e 65,73%, respectivamente, concorreram para a prossecução de objectivos de melhoria nos termos da seguinte sistematização:

- Melhorar a qualidade das **aplicações de informática (software)**, através de:
 - Licenciamento de produtos Microsoft;
 - Aquisição de software de virtualização;
 - Introdução de novas funcionalidades na aplicação para gestão da votação do Orçamento do Estado (2008);
 - Actualização das aplicações da AR@Net em tecnologia ASP para a plataforma.Net;

- Melhorar a qualidade do **equipamento (hardware)** para processamento da informação, através das seguintes aquisições:
 - Aquisição de monitores para integração nas bancadas do Hemiciclo;
 - Aquisição da Solução Bancada Electrónica Parlamentar para os postos de trabalho no Hemiciclo;
 - Aquisição de equipamento informático (microcomputadores, impressoras e scanners);
 - Aquisição de equipamento informático diverso (pen-disk, discos, memórias, baterias, etc);
 - Aquisição de workstation de captura de vídeo para os Grupos Parlamentares;
 - Substituição dos portáteis dos Deputados e dos dirigentes dos Serviços da AR;
 - Aquisição de workstations HP xw4600 para técnicos da Divisão de Redacção e Apoio Audiovisual;
 - Aquisição de novos servidores IBM para gestão de bases de dados do Processo Legislativo;
 - Aquisição de um novo sistema de armazenamento de dados para o Centro de Processamento de Dados da AR;
 - Expansão da capacidade de processamento e do espaço em disco do sistema informático;
 - Aquisição de equipamento de salvaguarda de dados para o Centro de Processamento de Dados do Centro de Informática.

No domínio do "**Equipamento Administrativo**", com uma taxa de execução de 65,61%, o investimento distribui-se por várias áreas prosseguindo a renovação, modernização e apetrechamento dos equipamentos da Assembleia da República.

O início da obra da Sala das Sessões levou a que o Plenário se reunisse na Sala do Senado, pelo que se revelou necessário intervir neste espaço para aumentar o número de lugares para o Governo, Senhores Deputados e Comunicação Social. Para tanto foi necessário apetrechar a sala de mobiliário, designadamente:

- Execução de novas bancadas;
- Aquisição de cadeiras.

Relativamente ao investimento realizado no **mobiliário**, e à semelhança do ano anterior, continuou-se a apetrechar as diversas áreas da Assembleia da República – Grupos Parlamentares e Serviços da AR – de acordo com as necessidades sentidas, em termos de rentabilização do espaço existente, sendo de destacar:

- Aquisição de mobiliário destinado ao novo Espaço Pombal, para instalar o serviço CIC-RP;
- Aquisição de mobiliário destinado ao vestiário dos Auxiliares Parlamentares;

- Aquisição de mobiliário diverso destinado aos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP localizados no Edifício Novo;
- Aquisição de mobiliário específico para os gabinetes de montagem e locução do Canal Parlamento;
- Aquisição de estantes em madeira para o GP PSD no Edifício Novo;
- Aquisição de cadeiras para o Auditório do Edifício Novo;
- Aquisição de expositores para a tabacaria;
- Aquisição de mobiliário para o Gabinete do Auditor Jurídico.
- Aquisição de mobiliário diverso para os serviços da AR: DSDIC, DAC, DP, CIC-RP, gabinete de apoio da Secretária-Geral, AHP, DAPAT, MUSEU, CINF, DGF e DRHA.

Ao nível dos equipamentos de sistemas de climatização e ventilação realizou-se o fornecimento e montagem de algumas unidades de ar condicionado destinados aos seguintes espaços: Gabinete do Vice-Presidente do CDS-PP; Centro de Processamento de Dados (CPD); Sala do Conselho de Administração; e Sala nº 5059 afecta ao GP PS.

No que respeita à rubrica “**Equipamento de gravação e audiovisual**”, cuja taxa de execução foi de 68,62%, salienta-se: upgrade ao sistema áudio da Sala do Senado; retirada e recolocação do equipamento dos sistemas de áudio, de votação electrónica e de controlo de tempos, em resultado das obras de remodelação da Sala das Sessões; equipamento para projecto de painéis informativos a colocar em diversos espaços da AR; equipamento destinado à ligação entre o Hemiciclo e as salas dos operadores de televisão no 4º piso e a régie do Canal Parlamento; e equipamento de captação de imagens de televisão nas salas 7, 8 e 9 das Comissões Parlamentares.

7.1 Projectos transitados para 2009

A identificação dos projectos com maior relevância financeira com encargos transitados para 2009, por via da respectiva natureza e do inerente regime de pagamento faseado e/ou por motivo de decorrerem de procedimentos concursais já iniciados e ainda não concluídos, consta do quadro seguinte:

Quadro 25 – PROJECTOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2009

EDIFÍCIOS
Remodelação da Sala das sessões da AR
Reforço estrutural sísmico da sala das sessões do Palácio de São Bento
Remodelação da Cozinha do Palácio de São Bento
Reestruturação da caixa do elevador nº12 do Palácio de São Bento
Remodelação da Clarabóia exterior da sala das sessões do Palácio de São Bento
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO
Aquisição de novos servidores IBM

SOFTWARE INFORMÁTICO

Aquisição do software de Gestão METALIB para a Biblioteca da Assembleia da República

Solução de Integração das aplicações do Sistema de debates Parlamentares e das bases de Dados do

Aquisição e implementação do sistema informático para o Hemiciclo

Aquisição e implementação do sistema de Gestão integrado (SIGAR)

EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO

Aquisição de Equipamento para a Cozinha do Palácio de São Bento

Aquisição de Estantes de Madeira para o GP PS

Aquisição de outro mobiliário diverso

8. Execução Financeira

8.1 Das Despesas

Da leitura do Quadro 26 ressalta um grau de execução orçamental de 85,55% (€102.657 10³ / €119.992 10³), face a uma execução financeira que foi de 84,77%, valor que resultou do abate do diferencial entre as despesas autorizadas e as processadas, apurado no encerramento de exercício.

Quadro 26 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (CLASSIF. ECONÓMICA)

Unidade: Euro

Despesa por Classificação Económica	OAR2008			GR% Orçamental	GR% Financeira
	Dotação corrigida	Encargos Assumidos	Despesa Paga		
	1	2	3		
Despesa Corrente	105.018.724,26	91.582.570,65	91.224.838,49	87,21%	86,87%
Despesas com Pessoal	47.914.280,96	45.747.890,43	45.738.604,97	95,48%	95,46%
Remun. certas e permanentes	37.321.423,10	36.325.424,17	36.316.138,71	97,33%	97,31%
Abonos variáveis ou eventuais	4.721.404,56	4.002.405,33	4.002.405,33	84,77%	84,77%
Segurança social	5.871.453,30	5.420.060,93	5.420.060,93	92,31%	92,31%
Aquisição de bens e serviços	24.421.601,32	16.442.620,79	16.094.174,09	67,33%	65,90%
Aquisição de bens	3.066.078,38	1.815.829,17	1.777.632,35	59,22%	57,98%
Aquisição de serviços	21.355.522,94	14.626.791,62	14.316.541,74	68,49%	67,04%
Juros e outros encargos	10.900,00	8.742,60	8.742,60	80,21%	80,21%
Juros e outros encargos	10.900,00	8.742,60	8.742,60	80,21%	80,21%
Transferências correntes	11.114.985,60	10.653.585,00	10.653.585,00	95,85%	95,85%
Entidades Privadas ou Públicas	37.000,00	37.000,00	37.000,00	100,00%	100,00%
Entidades autónomas	11.067.332,00	10.616.585,00	10.616.585,00	95,93%	95,93%
Exterior	10.653,60	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Subvenções	20.942.767,80	18.194.899,18	18.194.899,18	86,88%	86,88%
Subvenção aos Partidos Políticos	20.066.087,90	17.318.219,29	17.318.219,29	86,31%	86,31%
Subvenção aos Grupos Parl.	876.679,90	876.679,89	876.679,89	100,00%	100,00%
Outras despesas correntes	614.188,58	534.832,65	534.832,65	87,08%	87,08%
Dotação provisional	0,00	0,00	0,00	n. aplic.	n. aplic.
Diversas	614.188,58	534.832,65	534.832,65	87,08%	87,08%
Despesa de Capital	14.972.974,94	11.074.872,35	10.488.651,84	73,97%	70,05%
Aquisição de bens de capital	13.766.405,70	9.868.303,14	9.282.082,63	71,68%	67,43%
Investimentos	6.984.459,80	5.027.981,05	4.441.760,54	71,99%	63,59%
Locação Financeira	5.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Bens do Domínio Público	6.776.945,90	4.840.322,09	4.840.322,09	71,42%	71,42%
Transferências de capital	1.206.569,24	1.206.569,21	1.206.569,21	100,00%	100,00%
Entidades autónomas	1.206.569,24	1.206.569,21	1.206.569,21	100,00%	100,00%
Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	n. aplic.	n. aplic.
Dotação provisional	0,00	0,00	0,00	n. aplic.	n. aplic.
Total	119.991.699,20	102.657.443,00	101.713.490,33	85,55%	84,77%

A despesa assumida que não teve execução financeira deu origem à transição de encargos para 2009, no montante total de €943.952,67, cuja distribuição por classificação económica consta do Quadro 27.

Quadro 27 – ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2009 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Unidade: Euro

Despesa por Classificação Económica	OAR2008				Encargos por pagar
	Encargos Assumidos	Estrutura	Despesa Paga	Estrutura	
	1	2=1/Σ1	3	4=3/Σ3	
Corrente	91.582.570,65	89,21%	91.224.838,49	89,69%	357.732,16
Despesas com Pessoal	45.747.890,43	44,56%	45.738.604,97	44,97%	9.285,46
Remun. certas e permanentes	36.325.424,17	35,39%	36.316.138,71	35,70%	9.285,46
Abonos variáveis ou eventuais	4.002.405,33	3,90%	4.002.405,33	3,93%	0,00
Segurança social	5.420.060,93	5,28%	5.420.060,93	5,33%	0,00
Aquisição de bens e serviços	16.442.620,79	16,02%	16.094.174,09	15,82%	348.446,70
Aquisição de bens	1.815.829,17	1,77%	1.777.632,35	1,75%	38.196,82
Aquisição de serviços	14.626.791,62	14,25%	14.316.541,74	14,08%	310.249,88
Juros e outros encargos	8.742,60	0,01%	8.742,60	0,01%	0,00
Juros e outros encargos	8.742,60	0,01%	8.742,60	0,01%	0,00
Transferências correntes	10.653.585,00	10,38%	10.653.585,00	10,47%	0,00
Entidades Privadas ou Públicas	37.000,00	0,04%	37.000,00	0,04%	0,00
Entidades autónomas	10.616.585,00	10,34%	10.616.585,00	10,44%	0,00
Exterior	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Subvenções	18.194.899,18	17,72%	18.194.899,18	17,89%	0,00
Subvenção aos Partidos Políticos	17.318.219,29	16,87%	17.318.219,29	17,03%	0,00
Subvenção aos Grupos Parlamentares	876.679,89	0,85%	876.679,89	0,86%	0,00
Outras despesas correntes	534.832,65	0,52%	534.832,65	0,53%	0,00
Dotação provisional	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Diversas	534.832,65	0,52%	534.832,65	0,53%	0,00
Capital	11.074.872,35	10,79%	10.488.651,84	10,31%	586.220,51
Aquisição de bens de capital	9.868.303,14	9,61%	9.282.082,63	9,13%	586.220,51
Investimentos	5.027.981,05	4,90%	4.441.760,54	4,37%	586.220,51
Locação Financeira	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Bens do Domínio Público	4.840.322,09	4,72%	4.840.322,09	4,76%	0,00
Transferências de capital	1.206.569,21	1,18%	1.206.569,21	1,19%	0,00
Entidades autónomas	1.206.569,21	1,18%	1.206.569,21	1,19%	0,00
Outras despesas de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Dotação provisional	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Total	102.657.443,00	100,00%	101.713.490,33	100,00%	943.952,67

Decorre da avaliação anteriormente efectuada ao plano de investimentos a identificação dos projectos cujos encargos transitaram para a gerência de 2009.

O Quadro 27 evidencia ainda a estrutura da despesa assumida e paga, sendo que do diferencial entre ambas (Σ Despesa paga/ Σ Despesa assumida) reflectem, em termos globais, uma variação inferior a 1% (4% em 2007), apresentando execuções financeiras face a encargos, respectivamente, de 99,61% (recorde-se que este indicador apresentava 96,93% em 2007) para as despesas correntes, e de 94,71% para as de capital, (uma melhoria muito significativa face aos 78,93% evidenciados em 2007 e que revelam o progresso registado nos prazos para pagamento).

Face à totalidade dos encargos assumidos, no montante de €102.657.443,00, constata-se que apenas €943.952,67 transitaram para 2009, uma redução superior a 75% face a 2007 (em que transitaram €3.846.197,72 de encargos assumidos).

Nestes termos, a despesa assumida e que não teve execução financeira, dando lugar à transição de encargos para o exercício de 2009, deve-se, em parte, à inexistência do período complementar para o apuramento de contas, uma vez que a implementação do POC-AR implica o encerramento do ano económico a 31 de Dezembro, e à existência de despesas autorizadas envolvendo pagamentos faseados no tempo, em função da evolução verificada nos projectos a que respeitam.

8.2 Das Receitas

Importa salientar que, na estrutura da receita cobrada, as receitas próprias da AR representam 3,1% das Receitas totais, revelando uma estabilização relativamente ao mesmo indicador para 2007 (3,4%). Por outro lado, estas receitas registaram um acréscimo de 3,2%, cuja análise se efectuará de seguida, correspondendo a um grau de realização de 131,5%, superando as previsões efectuadas aquando da elaboração do OAR2008 Suplementar.

Quadro 28 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS

Unidade: Euro

natureza das Receitas cobradas	2007	2008	Var%
	1	2	3=2/1
Publicações, impressos e artigos diversos	53.644,10	56.846,59	5,97%
Outros bens	50.829,57	53.482,53	5,22%
Juros	1.371.205,47	1.799.143,29	31,21%
Guias de reposição não abatidas	816.240,48	356.940,27	-56,27%
Vendas de senhas de refeição	294.300,40	255.481,35	-13,19%
Rendas	49.092,10	48.629,21	-0,94%
Receitas diversas - AR	43.806,53	57.271,51	30,74%
Receitas diversas - CNPD	354.346,29	502.666,61	41,86%
Receitas Cobradas	3.033.464,94	3.130.461,36	3,20%

natureza das Receitas cobradas	2007	2008	Var%
	1	2	3=2/1
Transferências do OE (Corrente e Capital)	86.821.835,77	97.711.966,00	12,54%
Total	89.855.300,71	100.842.427,36	12,23%

Quanto à receita proveniente da venda das senhas de refeição, esta registou uma diminuição de 13,19%, passando de €294.300,40 em 2007 para €255.481,35 em 2008, facto que reflecte o decréscimo de refeições vendidas motivadas pelas intervenções no Refeitório que implicaram nomeadamente o seu encerramento temporário em Novembro de 2008.

Os montantes relativos a "Receitas Diversas" aumentaram em mais de 30% face aos valores apurados em 2007, atento, fundamentalmente, ao facto de neste agrupamento se incluírem os reembolsos provenientes do Parlamento Europeu relativos a encargos de deslocações de funcionários da AR àquele órgão comunitário.

Relativamente aos rendimentos gerados pelas aplicações financeiras, estes registaram um aumento de 31,21%, dando sequência ao crescimento verificado em 2007 (49,9%), essencialmente resultante da melhoria contínua na estratégia de aplicação dos excedentes de tesouraria.

O financiamento com origem no OE, que representa 96,9% do total do OAR2008, reflectindo uma variação residual de 0,3% em relação ao exercício anterior, conforme é evidenciado no Quadro 28.

As receitas orçamentadas e cobradas em 2008 constam do quadro abaixo.

Quadro 29 – GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS EM 2008

Unidade: Euro

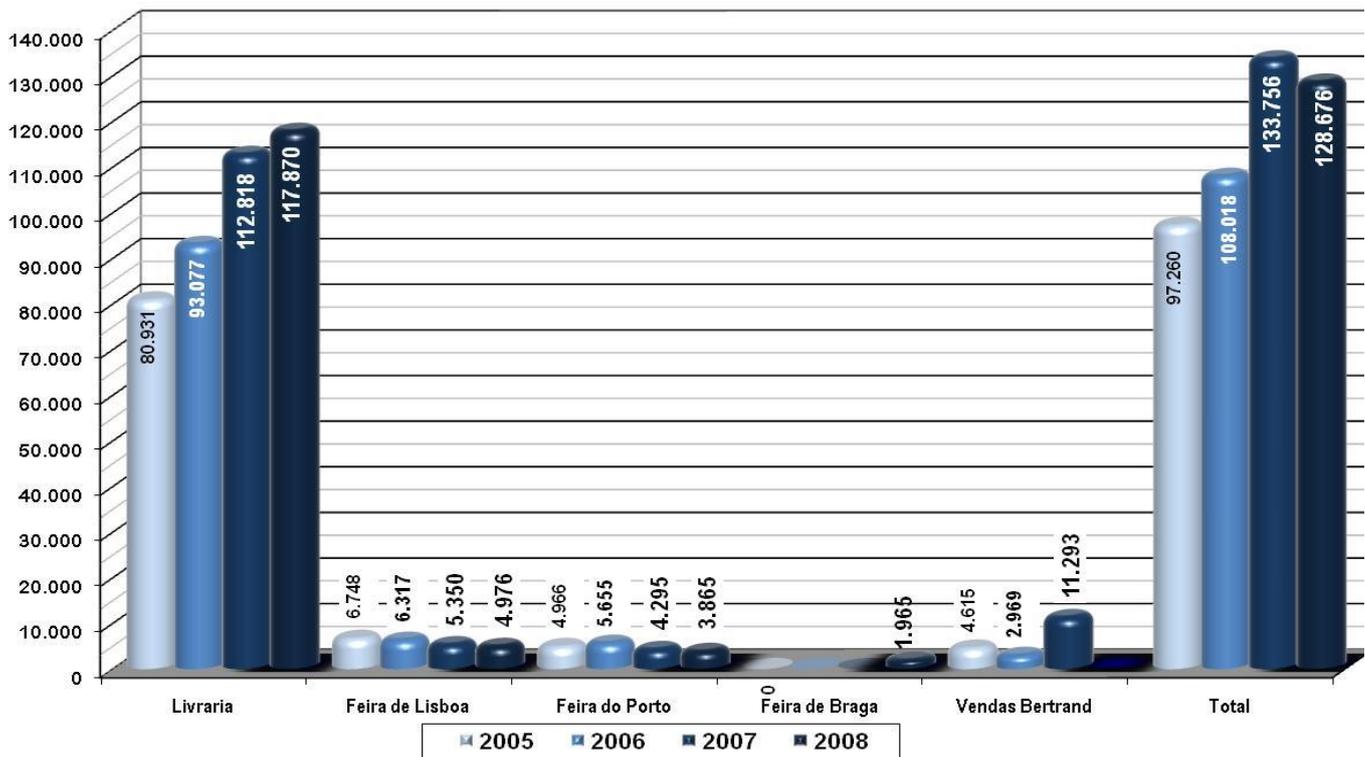
Natureza	Receita OAR2008		
	corrigida	cobrada	GR%
	1	2	3=2/1
Publicações, impressos e artigos diversos	45.000,00	56.846,59	126,33%
Outros bens	31.000,00	53.482,53	172,52%
Juros	1.147.910,05	1.799.143,29	156,73%
Guias de reposição não abatidas	300.000,00	356.940,27	118,98%
Vendas de senhas de refeição	280.000,00	255.481,35	91,24%
Rendas	48.000,00	48.629,21	101,31%
Receitas diversas - AR	26.200,00	57.271,51	218,59%
Receitas diversas - CNPD	502.500,00	502.666,61	100,03%
Receitas Cobradas	2.380.610,05	3.130.461,36	131,50%
Transferências do OE (Corrente e Capital)	97.711.965,79	97.711.966,00	100,00%
Total	100.092.575,84	100.842.427,36	100,75%

Da análise do Quadro 29 constata-se que a receita cobrada foi superior à orçamentada em todas as rubricas à excepção das “Vendas de senhas de refeição” pelas razões já evidenciadas, sublinhando-se o grau de realização verificado nas “Receitas diversas - AR”, já abordadas, e os “Outros bens”, os quais reflectem os resultados de vendas da Livraria da AR.

A evolução das vendas realizadas na Livraria Parlamentar encontra-se expressa no Gráfico 15, verificando-se um aumento significativo e constante face aos últimos 3 anos, tendo a Livraria registado vendas brutas no valor de € 117 870,21, superiores em € 5 051,23 ao montante apurado no ano transacto.

Gráfico 15 – EVOLUÇÃO DAS VENDAS NA LIVRARIA PARLAMENTAR

Unidade: Euro



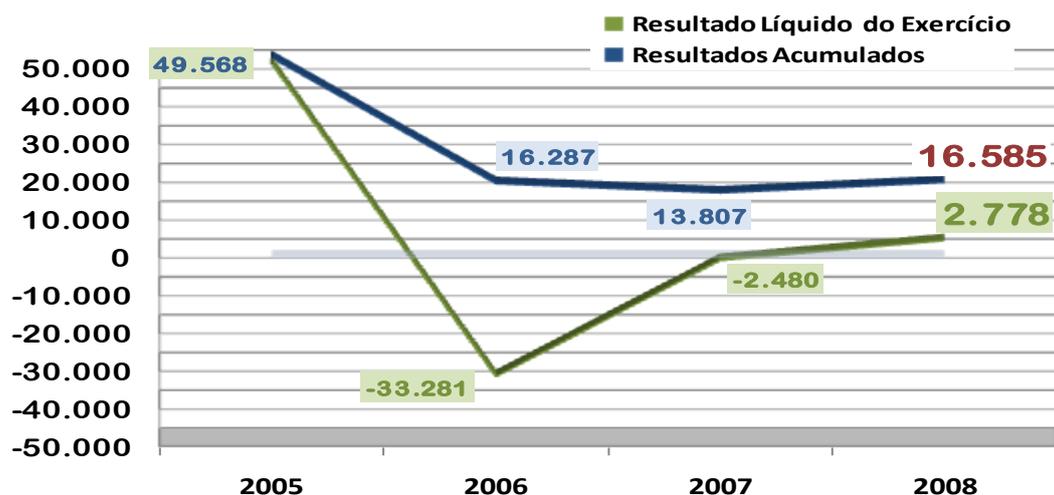
9. Situação Patrimonial da AR a 31 de Dezembro de 2008

Como parte integrante do presente Relatório, importa uma abordagem económica, pelo que é de reter alguns Rácios de Situação Financeira, Rentabilidade e de Estrutura reflectidos pelos mapas patrimoniais reportados a 2008.

Não obstante a implementação da contabilidade patrimonial se ter iniciado em Dezembro de 2005, e tendo presente que somente desde Janeiro de 2006 se procedeu à aplicação do POCAR na gestão corrente da Assembleia da República, evidencia-se a natural limitação à maturidade do sistema, nomeadamente a decorrente da aplicação informática existente. Na realidade, uma análise patrimonial sólida e coerente assentará necessariamente na evolução registada ao longo de um período não inferior a um quinquénio.

Gráfico 16 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS

Unidade: Milhões de Euro

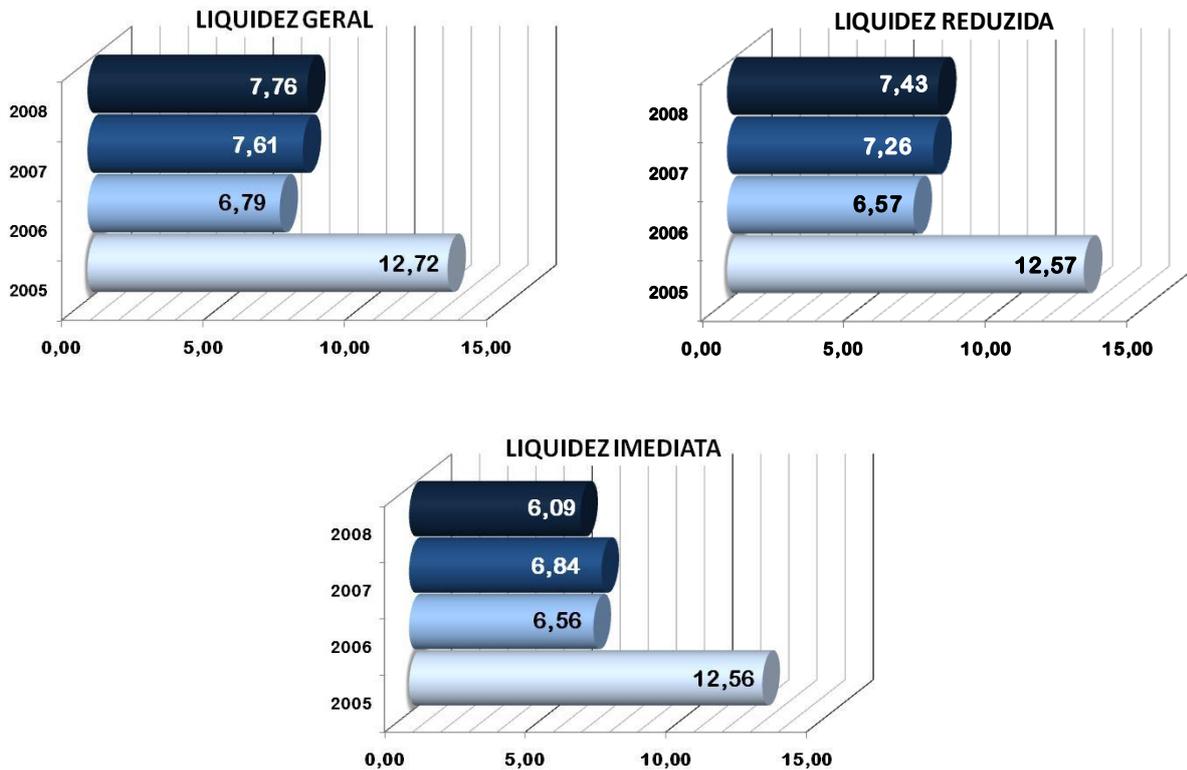


A evolução dos Resultados Líquidos apurados desde o ano piloto da introdução da contabilidade patrimonial na AR (cfr. gráfico 16) reflecte encargos ocasionais registados como custos operacionais, cujo impacto patrimonial se deveria reflectir exclusivamente em termos de Balanço, sem afectação directa de Proveitos ou Custos de exploração (como sucedeu, por exemplo, em 2005 e 2006 com as Subvenções Estatais para as Campanhas Eleitorais).

A especialização destas operações e o seu reflexo contabilístico foram aperfeiçoados ao longo dos exercícios de 2007 e 2008, o que se traduz numa maior acuidade dos Resultados Líquidos apresentados (€2.778.304,29), existindo, contudo, um amplo espaço para a introdução de procedimentos de melhoria nesta matéria, dadas as limitações que decorrem da aplicação

informática actualmente utilizada (aplicação de 1ª geração) que se estima substituir ao longo de 2009, com a implementação do Sistema Integrado de Gestão da AR (SIGAR).

À semelhança do evidenciado em 2007, a situação de liquidez financeira reflectida na situação patrimonial a 31/12/2008, apresenta valores elevados, traduzidos pelos rácios de Liquidez.

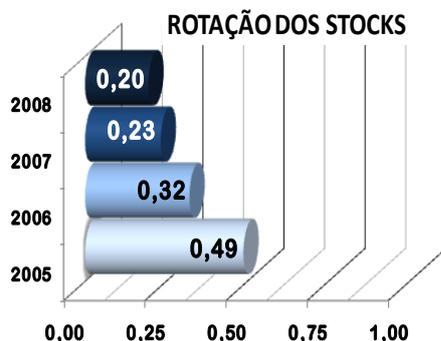
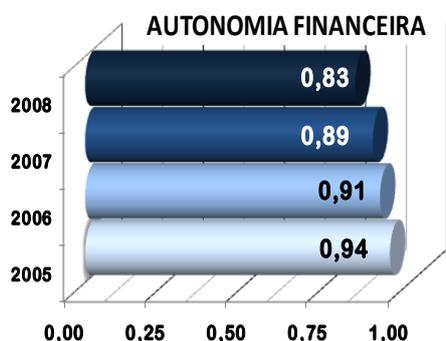
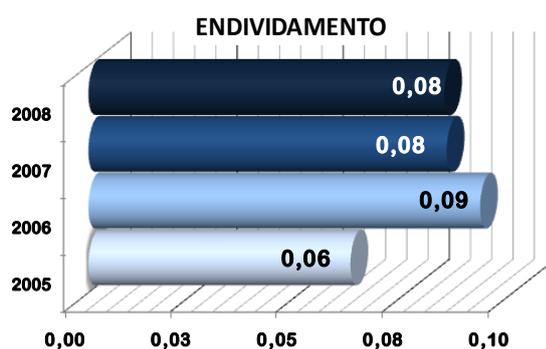
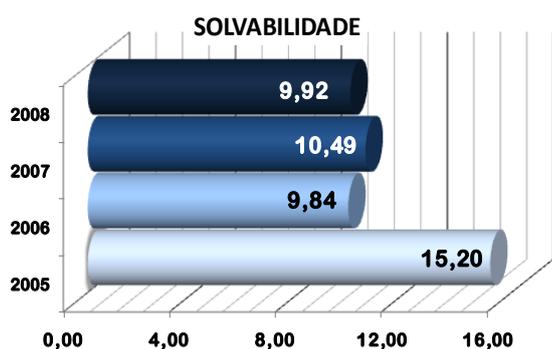


A liquidez imediata (Disponibilidades/Dividas a terceiros), com o índice a crescer para 6,09, apresenta uma variação negativa de 11% face a 2007 e superando largamente os intervalos de equilíbrio mínimo, que variam entre 0,8 e 1,2. Quanto ao rácio de Liquidez Geral (Activo Circulante/Dívidas a terceiros), apresenta um valor de 7,76, sendo que o intervalo de equilíbrio mínimo se situa entre 1,5 a 2.

Para estes valores concorre sobretudo o facto de a Assembleia da República, enquanto Órgão de Soberania e Entidade Pública, deter, receitas maioritariamente provenientes de transferências do OE, pelo que a tendência é a de apresentar rácios de equilíbrio económico elevados, dada a sua vocação operacional quase exclusivamente dedicada à prestação de serviços de âmbito não comercial ou empresarial. Nesse sentido, a desproporção de relações verificada entre o Activo Circulante e o Passivo, encontra-se alinhada com a verificada na maioria das entidades de natureza operacional idêntica.

De igual modo, os rácios utilizados como indicadores estruturais da organização (Solvabilidade, Endividamento e Autonomia Financeira), apresentam valores que suplantam os intervalos de segurança financeira.

Assim, a análise à respectiva evolução entre 2005 e 2008, não obstante permanecerem períodos atípicos pelas razões já anteriormente referidas, permite identificar, pela assimetria dos valores evidenciados em 2005 face aos apresentados em 2007 e 2008, melhorias quanto à especialização económica das operações contabilísticas.



No que respeita ao indicador de Rotação de Stocks (Vendas e Prestações de Serviços / Existências) a sua evolução permite identificar uma melhoria de processos de gestão de aprovisionamentos e racionalização do consumo, mas sobretudo o aumento de actividades correntes em 2008 (acompanhadas, naturalmente, por um aumento ao nível da utilização de *inputs*, isto é, consumíveis necessários às várias actividades desenvolvidas), oportunamente apresentadas neste Relatório. Contudo, a variação verificada é também influenciada pelo processo de reavaliação de Stocks realizada pela Divisão de Edições. Esta medida, cuja realização periódica confere consistência ao próprio sistema contabilístico, acaba, no entanto, e no período em que é efectuada, por influenciar o indicador em questão na medida em que a revalorização dessas Existências contribui para a redução do índice contabilístico da sua rotação, aproximando o seu valor do 0.

Nota Final

De acordo com os artigos 4º e 59º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), o Relatório e Conta são aprovados pelo Plenário da Assembleia da República, após apresentação à Assembleia da República do respectivo parecer do Tribunal de Contas.

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 52.º da Lei nº 98/97, de 26 de Agosto, relativa à Organização e Processo do Tribunal de Contas, republicada pela Lei nº 48/2006, de 29 de Agosto, a Assembleia da República procede à remessa da sua Conta de Gerência ao Tribunal de Contas até 30 de Abril do ano seguinte a que diz respeito, para emissão de parecer nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma legal.



Serviços da Assembleia da República

Secretária-Geral
Maria Adelina de Sá Carvalho

Adjunta da Secretária Geral
Maria do Rosário Rodrigues de Andrade de Paiva Boléo

Adjunta da Secretária Geral
Maria Teresa Terreló Xardoné

Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado
Ana Margarida Serpa Soares Menino Vargas

Divisão de Apoio ao Plenário
Isabel Maria Graça Pereira

Divisão de Apoio às Comissões
Cláudia Cristina Martins Ribeiro Diogo

Divisão de Redacção e Apoio Audiovisual
José Nogueira Diogo

Direcção de Serviços de Documentação e Informação ao Cidadão
Rui José Pereira Costa

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
Fernando Carlos Marques Pereira

Divisão de Edições
Maria Teresa Silvério da Fonseca

Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas
Victor Manuel Pires da Silva

Biblioteca
José Luís Martins Tomé

Arquivo Histórico-Parlamentar
Maria Manuela Castelo Branco Neves Ferrão Sousa Magalhães



Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros
Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo

Divisão de Recursos Humanos e Administração
Vítor Manuel Leal Madeira

Divisão de Gestão Financeira
Maria Isabel Duarte Silva Feijóo Burnay

Divisão de Aprovisionamento e Património
Fernando Paulo da Silva Gonçalves

Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo
José Manuel Araújo

Divisão de Relações Internacionais
Cristina Isabel Gonçalves Ferreira

Divisão de Protocolo
Domingos Manuel Fonseca de Almeida Machado

Centro de Informática
João Viegas Vilhete d'Abreu

Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar
João José da Costa Santos Gil

Serviço de Segurança
Tenente-Coronel José Manuel Lucas Pimenta